

sumário pormenorizado da lição

Identidade e arquitetura: uma leitura da questão habitacional na primeira metade do século XX português

integrada na unidade curricular Cultura e Habitar do curso de doutoramento do Programa de Doutoramento em Arquitetura, Terceiro Ciclo de Estudos, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

conforme previsto no Decreto-Lei nº 239/2007 de 19 de Junho para a atribuição do **título académico de agregado** no ramo do conhecimento de Arquitetura pela Universidade do Porto.

Rui Jorge Garcia Ramos

Porto 2013

sumário

1. Introdução	3
2. Problematizar a identidade em arquitetura: quatro movimentos em torno da história	9
Ansiedades identitárias	9
Conteúdo e expressão: a Casa Portuguesa	14
Paisagem com casas	19
Entre projetos literários e arquitetónicos	22
3. A lição: notações para o seu desenvolvimento	26
Notação I (a viagem a Portugal)	26
Notação II (o pitoresco como híbrido moderno e português)	34
Notação III (a casa de Salazar)	44
Notação IV (a identidade nacional entre nação e nacionalismo)	47
Notação V (da «política do espírito» à nova paisagem)	58
Notação VI (do programa habitacional moderno ao "sítio onde se regressa")	64
Notação VII (do mundo e do meu estirador)	69
4. Sumário pormenorizado da lição	76
5. Referências bibliográficas	78

sumário pormenorizado da lição

Identidade e arquitetura: uma leitura da questão habitacional na primeira metade do século XX português

1. Introdução

A lição aqui sumarizada integra a unidade curricular Cultura e Habitar do curso de doutoramento (PDA), conforme está previsto no programa, previamente observado no Relatório da unidade curricular. Nesse âmbito, esta lição — Identidade e arquitetura: uma leitura da questão habitacional na primeira metade do século XX português — é um momento de recapitulação dos temas tratados nas lições que a antecederam. Situa-se por isto no fim de um ciclo letivo, integrando a última sessão designada "A arquitetura doméstica no centro das controvérsias modernas: um balanço".

Nesta lição pretendo tratar a questão identitária em arquitetura como reflexão significativa para a releitura da sua história, entre 1900 e 1960, e como roteiro para uma interpretação alargada do século XX português. Vou olhar estes tópicos com alguma liberdade ensaística, através do tema da habitação, como fenómeno arquitetónico mas transversal a diferentes áreas de conhecimento, e, especificamente, através da habitação programada, como produção sistemática e extensa, de iniciativa tanto pública como privada, que alavanca a produção arquitetónica do século XX.

Na configuração do meu interesse por este tema, presente em diferentes vertentes do programa de Cultura e Habitar, pode recuar-se ao momento em que conheci, ainda como estudante na disciplina de História da Arquitetura Portuguesa (ESBAP-FAUP, 1985), o livro acabado de publicar, de José

Mattoso, *Identificação de um País* (1985). Esta longa aproximação ao tema pode ser entendida como uma *collection particulière* formadora de um olhar particular sobre a arquitetura. Como em qualquer coleção, é necessário tempo para reunir e para deixar que os diferentes materiais se encontrem e, na melhor das hipóteses, possam contribuir para outras leituras. Seria despropositado descrever agora este processo de índole pessoal,¹ contudo mostra-se relevante na orientação de interesses investigação, pedagógicos e arquitetónicos. A atenção prestada ao tema — focado na casa, na habitação e, agora, nos programas habitacionais — tem conduzido a diferentes trabalhos de investigação e à participação em colóquios, seminários e publicações. Mas é sobretudo a investigação conduzida no âmbito do grupo Atlas da Casa, do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU-FCT) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, ligada com a constituição de redes de trabalho, nacionais e internacionais, sempre articulada com a lecionação no Mestrado Integrado e no Programa de Doutoramento em Arquitetura, e com a orientação de dissertações e teses e a participação em júris de doutoramento, que tem permitido alargar o debate e a constituição de projetos transversais. Poderá parecer pouco, como salienta Mário Krüger em relação à experiência em Cambridge,² mas o encontro de professores, investigadores e também de alunos de outras instituições é uma experiência insubstituível e revigorante para o aprofundamento do trabalho e dos caminhos a percorrer. Entre outros, saliento reconhecidamente os que mais de perto têm acompanhado esta demanda pessoal mas também institucional, como Raquel Henriques da Silva e João Leal (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Marieta Dá Mesquita (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa), Carlos Sambricio (Departamento de Composición Arquitectónica da Universidad Politécnica de Madrid), José Ángel Sanz Esquide (Departamento de Composición Arquitectónica da Escola Técnica Superior de Arquitectura del Vallés), Monique Eleb e Jean-Michel Léger do Atelier ArchiHabitat (Unité Mixte de Recherche AUSSER, Architecture Urbanistique Sociétés: Savoirs, Enseignement et Recherche), Txatxo Sabater e Josep Maldonado, do "Groupe d'études approfondies sur le logement" (Escola Técnica Superior d'Arquitectura del Vallès, Barcelona), Agatángelo Soler Montellano, do grupo de investigação

¹ RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2008, "Figura e fundo: notas a propósito do Pavilhão Carlos Ramos", in José Quintão (ed.), *O Pavilhão Carlos Ramos*, Porto, FAUP Publicações, p. 23-29.

² KRÜGER, Mário, 2005, *Leslie Martin e a Escola de Cambridge*, Coimbra, edarq.

"Nuevas Técnicas, Arquitectura, Ciudad" (Departamento de Proyectos da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid) e Rémi Papillault (École Nationale Supérieure d'Architecture de Toulouse e da Fondation Le Corbusier). Também outros têm contribuído para aprofundamento da investigação sobre habitação e identidade, de forma indireta com a participação em diferentes iniciativas e projetos transversais, como Barbara del Brocco (Facoltà di Architettura, Università degli Studi Roma Tre, DIPSA Dipartimento di Progettazione e Studio dell'Architettura), Mark Swenarton (School of Architecture, University of Liverpool), Sten Gromark (School of Architecture, Chalmers University of Technology, Sweden), Katrin Paadam (Tallinn University of Technology, Estonia), Anne Debarre (Laboratoire ACS, ENSA Paris, Malaquais, UMR CNRS/MCC), Gustavo Rojas (Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid), Esperanza Campaña, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid), Eli Støa (NTNU School of Architecture, Trondheim, Norway) e Mervi Ilmonen (Aalto University, School of Engineering, Centre for Urban and Regional Studies, YTK, Helsinki, Suomi, Finland).

*

A lição agora apresentada debruça-se sobre um intervalo de tempo que pode ter diversas delimitações. Uma das opções reconhece a importância no início do século XX do Bairro O Comércio do Porto (1899, Marques da Silva) como operação singular de filantropia, plena de referências internacionais, que, ao identificar a questão social da carência de casa das classes operárias, assinala a necessidade da procura de uma resposta arquitetónica; e o ano de 1972, quando por despacho governamental foram extintos todos os programas e organismos relacionados com a intervenção na habitação programada,³ no seguimento da reforma da sua tutela, especialmente do Ministério das Corporações e Previdência Social (MCPS) e do Ministério das Obras Públicas (MOP),⁴

³ Este aspeto é resultado da investigação em curso sobre as Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência (HE-FCP) conduzida por Maria Tavares no grupo Atlas da Casa do CEAU-FCT, no âmbito específico da sua tese de doutoramento.

⁴ Em 11 de Agosto de 1972 é criado no MOP a Secretaria de Estado de Urbanização e Habitação que acolhe os serviços da Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas, que incluía a Secção das Casas Económicas, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Ao mesmo tempo é também extinto o serviço das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência (HE-FCP), transitando o seu pessoal para a Caixa Nacional de Pensões e para os serviços da Comissão de Edifícios de Organismos Dependentes do MCPS entretanto criada, que fica responsável pela gestão da ocupação das habitações existentes e

iniciando-se outra aproximação a este problema. Mas julgamos que, se estas balizas podem servir a delimitação do debate da questão habitacional, a problematização da arquitetura portuguesa através do tópico da identidade pode flutuar para outros acontecimentos também esclarecedores. Nas múltiplas raízes da formação de outro olhar sobre Portugal — como Almeida Garrett o elaborou —, gostamos de observar, em 1865, a Questão Coimbrã como panfletário confronto entre "velho" e "novo", como um possível vértice dessa construção identitária que na passagem para o século XX confronta os arquitetos e a arquitetura. Esta questão identitária será sucessivamente renovada ao longo do século XX, em contextos diferentes e, por vezes, antagónicos, mas partilhando sempre uma mesma necessidade de voltar a olhar a "terra". Em arquitetura este olhar, sempre circunscrito entre "cá de dentro" e "lá de fora", será interrompido com a obra de juventude de Álvaro Siza, ao considerar que pertencer a uma "terra" é pertencer ao mundo que a inclui; ou seja, que o "local" ao qual se pertence é, antes de mais, parte do mundo. Esta deslocação de referente para uma identidade supranacional pressente-se em 1961, na Piscina de Marés em Leça da Palmeira, uma obra fora do seu tempo. Mas será só mais tarde, em 1970, na série de projetos numa proximidade conceptual do bairro das Caxinas e, sobretudo, em 1981, na casa Avelino Duarte em Ovar, que se percebe que o tema da identidade como atitude localista deixava de ter sentido, porque uma obra só é de um local se, simultaneamente, pertencer ao seu mundo formal.

Assim, nestes períodos temporais e embora o significado de "identidade" no século XIX seja diferente dos adotados ao longo do século XX até ao final da década de 60, e diferente do sentido contemporâneo,⁵ este tópico tem sido sempre tomado como uma noção estratégica envolvida com objetivos específicos. Como salienta Pedro Vieira de Almeida,⁶ é esta evolução de significado que interessará estudar, com certa operacionalidade para uma leitura da arquitetura do período tratado e da habitação programada.

das respetivas rendas. A capacidade de novos projetos é atribuída ao Fundo de Fomento da Habitação (FFH) criado em 1969 na dependência da Secretaria de Estado de Urbanismo e Habitação do MOP.

⁵ LEAL, João, 2003, "«Estrangeiros» em Portugal: a antropologia das comunidades rurais portuguesas nos anos 1960", *Ler História*, nº 44, p. 155-176.

⁶ ALMEIDA, Pedro Vieira, 2006, "Identidade e arquitectura", *Vinte e Um por Vinte e Um*, nº 2, Porto, Revista da Escola Superior Artística do Porto, p. 138-143.

*

Este documento de suporte à lição é reflexo de um longo processo de ensino e aprendizagem, iniciado em 1986, e decorrente dos trabalhos de investigação realizados ou em curso.

O espaço/tempo da lição é a construção de uma narrativa que, embora orientada por um programa, se manifesta fluida e necessariamente variável. Por isso, a fixação de um *sumário* neste documento deve ser entendida como um elemento de trabalho aberto. Julgamos que a noção de "work in progress" poderá ser esclarecedora das condições de produção de uma lição, onde se retoma, trabalha e volta a trabalhar, durante vários anos, as matérias lecionadas. Esta prática, que não deve confundir-se com repetição, embora, por vezes, seja próxima da obsessão do colecionador, permite não só a melhoria da comunicação em aula, como também a incorporação de variações significativas nas abordagens e desdobramentos de temas propostos.

Na preparação deste documento, depois de quatro pequenos textos — Problematizar a identidade em arquitetura: quatro movimentos em entorno da história — que anunciam entradas múltiplas sobre o tema, registam-se sete notações para o desenvolvimento da lição. Esta estrutura de notações segue a proposta de Pierre Boulez para a peça musical *Douze Notations*, compostas por 12 partes que são retomadas pelo seu autor, desde a sua apresentação em 1946, e individual e sucessivamente transpostas para diferentes contextos musicais até à atualidade. Trata-se de um programa de intenções do compositor que abre, ao trabalhar sobre a sua própria obra, a possibilidade de rever este material ao longo do tempo, traduzindo os interesses de cada momento, num aprofundamento da escrita musical. Esta ponderação de todas as dimensões da obra, com sucessivos ajustes ou vastas transformações, levou a que a peça inicial desse lugar a outra peça. As *Douze Notations* são o resultado deste processo de trabalho que deixa em aberto, para o momento da interpretação, a escolha das partes a tocar e a sua ordenação.

O programa de Boulez parece adequar-se à intenção de preparar uma lição e, posteriormente, à sua execução na aula. A partir deste exemplo, as sete notações para o desenvolvimento da lição, agora apresentadas, revelam aspetos de investigações em curso sobre arquitetura, identidade e programas habitacionais e permitem uma fixação provisória para a sua comunicação numa aula. Assim, estas notações configuram uma dupla vertente: por um lado, um programa de inquirição sobre o tema, por outro, uma possibilidade de construir diversas

narrativas. Esta proposta não tem por objetivo fechar e concluir um ciclo temático, deixando por isso espaços não preenchidos, quer numa leitura cronológica, onde momentos, obras e autores estão ausentes, quer numa interpretação dos problemas, ainda marcada pelo seu mapeamento que orientará outros desenvolvimentos ao longo do tempo. Tal como em *Douze Notations*, a sua adoção, total ou parcial, e a sua sequência, será ponderada e dependerá das circunstâncias de cada lição e da continuação da investigação.

2. Problematizar a identidade em arquitetura: quatro movimentos em torno da história

Uma das características da modernidade da obra de Kafka consiste na existência de entradas múltiplas. A dificuldade ou a resistência que suscita é o resultado de uma estratégia inerente à sua formulação que, de antemão, tenta escapar à força ou à inércia redutora das leituras que, invariavelmente, prometem a obra à dependência de uma entidade transcendente.⁷

Ansiedades identitárias

A arquitetura portuguesa da longa primeira metade do século XX,⁸ herdeira de posições oitocentistas, é percorrida por feixes de continuidade que, não podendo resumir-se unicamente a uma questão de forma, de desenho ou de ideias mas a todas em simultâneo, lhe asseguram um ar de família. Também no tempo longo da história da arquitetura portuguesa, observado por diversos autores entre os quais se destaca a releitura de Alexandre Alves Costa, é sublinhada a sua continuidade multissecular. Esta continuidade não significa igualdade ou estagnação, mas, pelo contrário, um processo de continuidades que rejeita a indiferença e que oferece a possibilidade da permuta⁹, condições centrais à identificação de uma arquitetura e essenciais ao trabalho quotidiano dos mestres pedreiros, dos arquitetos e de todos os que projetam e erguem obras.

Contudo, a hipótese que se coloca aqui — a existência de marcas identitárias como linha de continuidade no século, nos contextos e processos da construção da identidade nacional — significa erguer uma narrativa a partir dos projetos e das suas leituras críticas, necessariamente seletiva e parcial. A questão identitária que une e separa estes projetos não pode ocultar, como refere

⁷ GODINHO, Rafael, 2003, "Prefácio" in G. Deleuze, F. Guattari, *Kafka: Para uma literatura menor*, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 7.

⁸ Considera-se que o século XX coabita com um quadro sociocultural oitocentista de tal modo inercial, polarizado entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, que se manterá sob diferentes aspetos até ao final dos anos de 1960.

PEREIRA, Paulo, 1999, *2000 anos de arte em Portugal*, Lisboa, Temas e Debates e Autores, p. 319.

⁹ CATROGA, Fernando, 2006, *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil: Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Almedina.

Mattoso, o "seu próprio caráter, ou seja, a sua irremediável insegurança".¹⁰ Assim, esta proposta deve residir, antes de mais, na solidez dos factos que permitem a compreensão do passado por intermédio de encadeamentos essenciais, que podem permanecer para além da contingência da interpretação e esta, convém recordar, "já que de uma interpretação se trata, não de verdade, não precisa de ser limitada por nenhuma espécie de timidez: o seu vigor depende da capacidade para conciliar todos os dados disponíveis e sobretudo do seu grau de explicabilidade (...)".¹¹

Uma das dificuldades da leitura da questão identitária em arquitetura reside, sobretudo, na "ousadia da imaginação no aproveitamento dos dados"¹² para conciliar o conhecimento do projeto arquitetónico com outros estudos especializados de disciplinas como a antropologia, a sociologia ou a história.

Um dos inevitáveis cruzamentos surge com a vastidão dos trabalhos sobre a nação e o nacionalismo. Os investigadores destes temas (cf. Gellner, Smith, Anderson), considerados unanimemente como fenómenos complexos, sublinham como a "questão da nação" desempenha um papel congruente com uma visão moderna do nacionalismo e da noção de consumo na história da sociedade industrial. Esta perspetiva parece encontrar a arquitetura no que se designa por "questão simbólica" — que deixa de ser um fenómeno estável para se transformar ao ritmo da sociedade — como processo aberto ao problema, não só do consumo imaterial e material, mas também do consumo do próprio espaço (cf. Urry). Problema que conduz ao entendimento do nacionalismo e da manifestação da identidade nacional como, simultaneamente, contingente e necessário na sociedade moderna (cf. Gellner).

A questão da identidade e, especificamente, da identidade nacional pode assim constituir-se como hipótese pertinente para uma interpretação da arquitetura deste período. Ou seja, permite a aprofundar a convicção de que existe um elo, a que se chama questão identitária, entre obras, arquitetos e

¹⁰ MATTOSO, José, 2007, "Introdução à biografia de D. Afonso Henriques", in *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates, p. 18.

¹¹ Idem.

Também Joseph Rykwert refere, no contexto da construção da história do Movimento Moderno, a ideia de que a "procura da verdade não é simplesmente inútil como danosa" e, como exemplo, refere Sigfried Giedion que acreditava que alguns factos do passado são muito mais importantes do que outros.

RYKWERT, Joseph, 1994, "The Use of History", *Lotus*, nº 81, p. 129.

¹² Idem.

tempos diversos ao longo século XX português. Não se tratando de um assunto exclusivo da arquitetura, a questão identitária é parte de "um dinamismo essencial" que define a sociedade e a sua vida cultural e com ela o processo da arquitetura portuguesa, como já referiu José-Augusto França, "num sistema de forças que explodem ou se equilibram, se estruturam, destruturam e reestruturam".¹³

A hipótese agora colocada segue os estudos de João Leal e anseia por contribuir para a sua ampliação. A sua detalhada análise sublinha a progressiva apropriação por todos os setores da sociedade de uma *ideia de arquitetura portuguesa* que conduz no final da primeira década do século XX a um apaziguamento do debate sobre a identidade nacional e dos processos da sua tradução em edificação.¹⁴ Também Paulo Pereira observa este aspeto nas décadas seguintes, como possibilidade de consenso de uma *casa portuguesa* no quadro de uma arquitetura regional.¹⁵ Esta aceitação implícita da questão identitária nos processos de produção arquitetónica, verificada pelos dois autores, muito vincada por esmorecimento da crítica arquitetónica e da sua débil teorização após as primeiras décadas do século XX, permitirá às gerações seguintes aceitarem o moderno e o estilo português como alternativas possíveis. Parece-nos que este "apaziguamento" regista a passagem para outros processos de manifestação da questão identitária em arquitetura que, embora em rotas por vezes divergentes, mantém a necessidade primeira e comum de interrogação dos processos identitários.

A identidade pode assim ser vista como problema subjacente, base implícita ou explícita da produção arquitetónica até ao fim dos anos de 1960, que tem no tema da habitação um campo dileto de exploração. O levantamento desta realidade histórica, e a sua verificação no estudo das obras arquitetónicas,¹⁶

¹³ FRANÇA, José-Augusto, 1966 (1963), *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Bertrand, p. 13.

¹⁴ LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, D. Quixote, p. 117.

¹⁵ PEREIRA, Paulo, 2004, "O Património como ideologia: as intervenções no património edificado", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, nº 14-15, p. 27-45.

Também o "regionalismo" como ação oposta ao "internacionalismo" em arquitetura, no período tratado, poderá trazer importantes significados a este inquérito, nomeadamente na identificação dos seus elos internacionais que não aprofundaremos. Sobre o tema ver:

VIGATO, Jean-Claude, 1994, *L'architecture régionaliste: France 1890-1950*, Paris, Éditions Norma.

¹⁶ A indispensabilidade desta "dimensão" da obra é reconhecida por Siza, ao incluir a obra no fluxo do tempo, sendo, também, o seu único resgate na situação contemporânea:

permite uma reformulação da questão da identidade nacional como estrutura ética e moral onde se produz a arquitetura, numa conflitualidade de origem diversa, sinal de continuidade eclética — independente da origem no Picturesque, nas Beaux-Arts, no Movimento Moderno ou na sua crítica — e da tradição do seu pragmatismo construtivo.

A verificação destes processos identitários, em sentido amplo, reforça o seu sentido e interferência transversal, implícita ou explicitamente, na produção arquitetónica da primeira metade do século XX. Nomeadamente através do debate identitário designado como a Casa Portuguesa que, ao viajar do campo da literatura para o da arte (cf. Said), se repercute em diferentes momentos e conceções projetuais, talhando a preocupação de pertencer a um lugar ou, genericamente, de "ser português".

E esta preocupação identitária subjacente é narrada na elaboração do projeto de arquitetura e no discurso teórico e crítico, e emerge como âncora da mão que desenha, da opção construtiva, da escolha dos materiais, da conceção espacial e da sua adequação ao programa.

Trata-se portanto da construção de artefactos arquitetónicos reportados e relacionados com um conjunto específico de elementos, visuais e mnemónicos, do "teatro da memória" de uma nação.¹⁷ Para além dos mecanismos de influência, no plano da criação, da tradição, ou no plano da história, recorrentes na produção artística e arquitetónica, deve observar-se finamente como dentro destes processos os dispositivos mnemónicos são ativadores, verdadeiros pontos de partida, da obra arquitetónica corrente. Ou seja, as obras vulgares e comuns em todo o território nacional apropriam-se desses elementos através de processos de afinidade e analogia (cf. Molder, 2009). Alguns destes elementos, já identificados no discurso da Casa Portuguesa e investigados por João Leal em *Etnografias Portuguesas*, estabelecem diversos processos de continuidade que podem abrir outras leituras da história da arquitetura portuguesa nesta primeira parte do século XX.

"Os instrumentos de reconhecimento do real chama-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura. Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura contemporânea." Citada por:

COSTA, Alexandre Alves, 2009, "Identidade nacional e património construído: arquitectura, cidade e território", *ecdj*, nº 12, Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 53-58.

¹⁷ A obra de Yates sobre imagem e memória, como de outros membros do Warburg Institute, é seguida por Colin Rowe:

YATES, Frances A., 1984 (1966), *The Art of Memory*, Routledge.

O tema da identidade nacional foi desvalorizado ao ter sido proscrito dos estudos arquitetónicos, por diversas razões históricas, como é evidenciado pelo debate e polémica em redor da exposição da obra de Raul Lino em 1970.¹⁸ Ou ainda, como nos estudos dispersos sobre a habitação e os programas habitacionais até ao fim do Estado Novo, veículo privilegiado na reiteração das diferentes políticas estatais, falta ainda aprofundar as práticas de objetificação das memórias identitárias na produção arquitetónica, perante um cruzamento interdisciplinar pouco profícuo e uma ténue problematização arquitetónica. Por isto, o retrato da arquitetura portuguesa deste período ignora também que a produção de memória — os instrumentos e os processos, os lugares e os artefactos —, como parte do processo político e da luta social, condicionou opções tomadas e formalizadas através de elementos arquitetónicos, em diferentes momentos (inquéritos, congressos, exposições, publicações e edificação) e recorrendo a diferentes linguagens (pitoresca, nacionalista, moderna, regionalista). Do edifício ao contexto urbano, da política patrimonial ao lugar do monumento, da tradição construtiva ao uso dos materiais aparentes, da expressão tectónica à desmaterialização, da decoração à produção artesanal, são alguns dos múltiplos elementos que, em contextos específicos, apontam ou rejeitam raízes identitárias que subjazem ao desenho da planta, do corte e do alçado.

¹⁸ O catálogo da exposição:

FRANÇA, José-Augusto, RIO-CARVALHO, Manuel, ALMEIDA, Pedro Vieira de, PIMENTEL, Diogo L. (org.), 1970, *Raul Lino: Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

E a polémica que gerou:

DIAS, Francisco Silva, 1970, "A-propósito da exposição sobre obras de Raul Lino", *Arquitectura*, nº 115, p. 94-96.

[s. n.], 1970, "Da imprensa", *Arquitectura*, nº 116, p. 96-97. [Reprodução de dois artigos publicados no *Diário de Lisboa* de 21 Novembro de contestação à exposição assinados por 70 e 65 arquitectos e resposta de Pedro Vieira de Almeida em *O Século*, 24 Novembro 1970].

DUARTE, C., 1970, "Noticiário", *Arquitectura*, nº 116, p. 97. [Debate "A polémica da Casa Portuguesa" organizado na SNBA, em 10 Dezembro 1970, com a participação de Keil do Amaral, Fernando Távora, Arménio Losa e Charters Monteiro].

FRANÇA, José-Augusto, ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1970, "Ainda «O caso Raul Lino»: José-Augusto França e Pedro Vieira de Almeida respondem a F. Silva Dias", *Arquitectura*, nº 116, p. 139-140. [O texto de França tem a data de "Dezembro 1970", pelo que é possível verificar, pela cronologia dos acontecimentos, que a data 1970 referida na edição da revista *Arquitectura* não é correta, tendo sido, possivelmente, publicada no ano seguinte.]

PORTAS, Nuno, 1970, "Raul Lino: uma interpretação crítica da sua obra de arquitecto e doutrinador", *Colóquio*, nº 61, Lisboa, p. 14-21.

PALLA, Maria Antónia, 1970, "Útil ou nefasto à arquitectura Portuguesa: A grande polémica em torno de Raul Lino", *Século Ilustrado (O)*, 26 Dezembro.

Para o estudo da exposição e das suas consequências, ver "A exposição da obra de Raul Lino em 1970: um episódio final" em:

RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2011, "Disponibilidade moderna na arquitectura doméstica de Raul Lino e Ventura Terra na abertura do século XX", in Marieta Dá Mesquita (coord.), *Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade*, Lisboa, Caleidoscópico, p. 78-111.

Assim, este inquérito e reavaliação da problemática identitária procura colocar na teia da história da arquitetura do século XX aspetos especificamente disciplinares e, presentemente, focados no problema da habitação até os anos de 1960, momento em que se coloca outra ansiedade identitária com o abandono da sua raiz pastoral.

Conteúdo e expressão: a Casa Portuguesa

No início do livro *Kafka: Para uma literatura menor* (1975), os seus autores, Gilles Deleuze e Félix Guattari, colocam uma inesperada questão: "Como é que se entra na obra de Kafka?"¹⁹ Desde logo, ao identificarem a obra deste autor como "um rizoma, uma toca" e, potencialmente, "uma armadilha", esclarecem que a centralidade do problema da análise da obra de Kafka não está na obra, ou seja, no deslindar do *rizoma* e da *toca* da peça literária, mas em Kafka. Interessa-nos esta deslocação que decompõe a obra e o autor para, seguidamente, reforçar a sua unidade.

Vamos encontrar uma observação semelhante quando João Barrento, no "Prefácio" da sua tradução da *Viagem a Itália de Goethe* (1813-1814), nos adverte que, para além dos significativos episódios que rodeiam a escrita desta obra, "o objetivo real da Viagem a Itália é Goethe, não a Itália!"²⁰

Estas notas de leitura sugerem-nos o interesse em decompor a questão da Casa Portuguesa em expressão e conteúdo. Já José-Augusto França sugere esta desconstrução da expressão Casa Portuguesa, salientado que ela é mais um "sintoma" da ansiedade incómoda da *geração de 90*, do que a precisa identificação de uma linha de conteúdos e de atuação nos campos da arte, música e literatura, bem como de artigos e trabalhos de índole etnográfica.²¹ Por isto, a expressão Casa Portuguesa não fixa um conteúdo, nem pode ser confundida com um tipo de casa ou arquitetura específica, mas antes com a

¹⁹ DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix, 2003 (1975), *Kafka. Para uma literatura menor*, Lisboa, Assírio & Alvim.

²⁰ BARRENTO, João, 2001, "Prefácio" in Johann W. Goethe, *Viagem a Itália* (1813-1814), Lisboa, Relógio d'Água.

²¹ FRANÇA, José-Augusto, 1970, "Raul Lino, Arquitecto da Geração de 90", in *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 73-114.

afirmação de um leque de ideias sobre a identidade nacional que utiliza meios muito distintos.

Esta abordagem permite abrir outras perspetivas sobre o velho problema da arquitetura conotada com a expressão Casa Portuguesa. A deslocação provisória da sua vinculação ao campo da arquitetura, vulgarmente comprometido com questões estilísticas largamente reconhecidas, permite observar que o seu conteúdo investe em produtos identitários que são parte de um conjunto muito diversificado de atributos definidores da nação portuguesa. Assim, podemos redefinir o conteúdo atribuído à expressão Casa Portuguesa. Ela revela, por exemplo, um debate sobre a nação e o nacionalismo, o que recoloca, com outra perspetiva, a questão da compreensibilidade das suas marcas visuais articuladas através de um projeto arquitetónico.

A partir deste preâmbulo, podemos colocar algumas questões que abrem outros entendimentos da expressão Casa Portuguesa e do significado na arquitetura no debate identitário do século XX.

Porque foi a questão identitária em arquitetura tão marcante e tão persistente ao longo do século XX?

Mas para nos aproximarmos de respostas a estas questões talvez seja necessário recuar a outros aspetos centrais do tema. Ao olharmos a literatura sobre a formação das identidades nacionais, podemos levantar a hipótese deste problema identitário em arquitetura ser mais um contributo para a legitimação da conformação da nação?²² Mas, neste caso, onde está a identidade ameaçada pela homogeneidade cultural imposta a uma sociedade refém da industrialização? A industrialização foi tardia em Portugal e o Ultimato Inglês (1890), muito referido, não é suficiente para definir um processo que o antecede e que continuará depois dele. Os estudos sobre o binómio identidade/nação identificam como primordial, para a génese do nacionalismo e das transformações do estado moderno, a tensão entre uma *sociedade agro-letrada e industrial* (v. Gellner, 1983). Pode encontrar-se esta tensão em Portugal? Se não se encontra, que exceção permite a afirmação identitária pelo século XX adentro? A singularidade do caso português é estudada por José Manuel Sobral em "A formação das nações e o nacionalismo", quando refere a tese inicial de

²² SOBRAL, José Manuel, 2002, "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e caso português", *Análise Social*, XXXVII (165), p. 1093-1126.

Gellner (*Nations and Nationalism*, 1983) e sua indispensável revisão (*Nationalism*, 1998), onde Portugal é exemplo de uma nação anterior ao impacto da industrialização, só ocorrida no início da segunda metade do século XX. Esta verificação permite, ainda segundo Sobral, revalorizar no caso português elementos pré-modernos na génese da identidade nacional,²³ o que atende à circunstância excepcional portuguesa como um *processo* (e não como uma *cristalização*) de alargamento de uma consciência étnica a partir de um núcleo — segundo Mattoso, monárquico-eclesiástico — que submete a população a processos de *incorporação burocrática* (aparelho do Estado) e *mobilização vernacular* (inoculação popular pelas elites).²⁴ O que permite, no presente estudo, sublinhar a importância da questão identitária e da sua marca arquitetónica como parte de processos de conformação e legitimação da nação.

Mas, ao verificar-se este processo, como pode compreender-se o prolongamento da manifestação identitária pelo século XX adentro? Uma das hipóteses em estudo pode encontrar-se no sucesso da arquitetura vulgarmente identificada com a expressão Casa Portuguesa. A sua amplitude social e temporal, a dispersão territorial e a abrangência a diversos tipos de edifícios traduz, não só um fenómeno popular, mas também um portuguesismo de massas (cf. Mosse, 1975). Mas está este portuguesismo determinado a preencher o vazio de uma enunciação coletiva (isto é, de massas)?

A questão identitária em arquitetura no início do século XX, como *processo* de legitimação de um estado e nação antigos (cf. Mattoso) e a renovada procura as suas raízes e expressão (cf. Lourenço), é enunciada pela intelectualidade na sequência da defesa de modelos de desenvolvimento distintos. A controvérsia travada pelas elites, bem visível nos periódicos de arquitetura,²⁵ punha em confronto diferentes arquiteturas, onde emerge o argumento, mais que a real ameaça, de uma arquitetura estrangeirada destruidora dos genuínos valores nacionais. O assunto de uma arquitetura em busca das suas raízes portuguesas

²³ Seguindo a importante reflexão de José Manuel Sobral onde, entre diferentes autores, salienta a importância de Adrian Hastings (*The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*, 1977), para quem a génese antiga da nação é reforçada pelo fator étnico, "grupo humano que partilha uma identidade cultural e uma linguagem falada" fortalecido por um ideal coletivo de estado-nação; e Smith (*National Identity*, 1991; *Nationalism and Modernism*, 1998), para quem o processo de transformação de etnias em nações é determinante e envolve uma conceção da identidade nacional que não corresponde a um dado estável. Ver:

SOBRAL, José Manuel, 2002, "A formação das nações...", [op. cit.], p. 1103, p. 1005.

²⁴ Ibid., p. 1112.

²⁵ RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, *A Casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, Porto, FAUP Publicações.

torna-se comum e será mantido sob diferentes expressões e conteúdos — esta é talvez a sua maior peculiaridade — até ao final dos anos de 1960.²⁶ Esta procura fazia-se sobretudo contra uma cíclica ameaça do portuguesismo, mais do que pela preposição unívoca, facto que se traduzia na multiplicidade e sobreposição de respostas e de contra respostas. Por exemplo, os *chalets* construídos pela burguesia e pela nova classe média, como desejo exótico e afirmação de classe foram considerados uma ameaça à "nossa paisagem",²⁷ as arquiteturas *beauxartianas* que edificavam a cidade dos equipamentos públicos, difundidas de Paris para o mundo, foram vistas como manifestações importadas²⁸ ou, mais tarde, as arquiteturas *modernas* representaram a ameaça internacionalista; ou outras arquiteturas críticas do moderno e empenhadas numa nova leitura da realidade portuguesa, serão entendidas como perturbação de uma identidade institucionalizada pelo regime ditatorial através da imagem da casa pitoresca, o que de novo colocava a questão superlativa da identidade. Para além da suas diferenças, como expressão e conteúdo, todas as arquiteturas reconheciam a necessidade de olhar para a nossa terra.

Nos anos de 1950, a procura de um olhar moderno com raízes na terra aproximavam-no da retórica finissecular da identidade nacional, fechando-se de alguma forma um círculo. Nesse momento, isso constituiu uma manifestação de oposição às ideias conservadoras patrocinadas, quer pelo pitoresco paroquial, quer pelo nacionalismo totalitário. É o retomar progressista desta questão que Vieira de Almeida verifica numa das obras mais programáticas de Teotónio Pereira, a casa Barata dos Santos (1958), em Vila Viçosa:

"É assim quasi irónico verificar por exemplo, que mesmo alguns dos arquitectos que mais activamente repudiam a linha que o projecto de Lino significava, nela se podem incluir em pelo menos algumas das suas obras." (...) "Citável como exemplo flagrante o

²⁶ Ver ação dos periódicos da primeira metade do século XX, que militam na necessidade de uma arquitetura e arte portuguesas.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, *A Casa...*, [op. cit.].

²⁷ Contudo o *chalet*, como casa unifamiliar com sinais da tradição popular alpina, representa bem um processo de analogia, transferência e, finalmente, incorporação por transformação. Ou seja, deve atender-se também à sua incorporação, de forma generalizada, na paisagem portuguesa, o que traduz uma casa portuguesa e, como tal, a sua participação na querela identitária.

Ibid., 2011, "A perspectiva das coisas. Raul Lino em Cascais", *Monumentos*, nº 31, p. 106-121.

²⁸ Ibid., 2011, "Raízes e caminhos: Marques da Silva e a arquitetura do século XX", in Rui Jorge Garcia Ramos (coord.), *Leituras de Marques da Silva*, Porto, FIMS, p. 15-27.

da casa de Vila Viçosa, (...) que é com as qualidades e com os defeitos que terá uma das obras mais raulinescas levadas a cabo depois do fim da guerra."²⁹

A afirmação, ao longo do século, desta ansiedade identitária portuguesa é consonante com o desdobramento da questão da Casa Portuguesa, com a adoção de rótulos e significados diversos. Contudo esta constante preocupação com a identidade, apesar da sua polifonia, é também, paradoxalmente, uma manifestação da modernidade; ou seja, a questão da nação, do nacionalismo e dos seus mecanismos identitários traduzem um indispensável quadro de modernidade, independentemente do seu peso específico, de acordo com os distintos contextos explicativos.³⁰ Mesmo no contexto português esta questão deve ser observada como registo da passagem para uma conceção moderna do tempo celebrada, por exemplo, pelo exacerbo romântico, pela "descoberta" das culturas populares, pela construção de uma história nacional, pela viagem de identificação de um território, etc. Nesta situação são introduzidos sistemas de recuperação do passado, do *tempo perdido*, acessível retrospectivamente através de dispositivos patrimonialistas como o museu, a coleção, o arquivo, e traduzido por arquiteturas atentas a esta problemática.

Teremos também que atender à ditadura totalitária vivida em Portugal, como um regime que manipulará a construção de uma identidade nacional de acordo com o seu interesse, o que suscitará a exigência e defesa de outros processos de mobilização da legitimidade identitária pela oposição ao regime.³¹

Depois desta reflexão e de tudo o que já foi escrito sobre o tema, reconhece estar-se perante uma irresolúvel disjunção de expressões e conteúdos que, na linha do tempo, problematizam continuamente a questão da Casa Portuguesa.

²⁹ ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1986, "Carlos Ramos: Uma Estratégia de Intervenção", in *Carlos Ramos: Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nota 27.

³⁰ SOBRAL, José Manuel, 2002, "A formação das nações...", [op. cit.].

³¹ HOBBSAWM, Eric, 1998 (1990), *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*, Lisboa, Terramar.

Paisagem com casas

Nos anos de 1950, no contexto do debate inglês da retoma do *picturesque* e da renúncia ao palladianismo, já depois de Rudolf Wittkower e Colin Rowe terem publicado os seus influentes ensaios,³² os Smithson constatavam, com clarividência, o fim de um ciclo do pensamento arquitetónico. Nesta linha, apresentavam a sua interpretação da cidade contemporânea, como um sistema *multi-layer* espacialmente heterogéneo e de iterações não lineares. Este espaço que se desejava habitável, embora fosse fortemente moldado pelas infraestruturas de comunicação — onde automóveis e peões se deviam reconciliar —, era determinado por relações de ordem topológica e não, como até então, de ordem tipológica, dicotomia que constituiria uma bifurcação histórica, irresolúvel e permanente, ocorrida no pensamento arquitetónico. Quando Alison e Peter Smithson publicam, em 1957, esse modelo teórico, *Cluster City: A New Shape for the Community*,³³ escolhem para ilustrar essa metrópole a reprodução parcial de *Cendres de Phocion* (*Landscape with the Ashes of Phocion*), uma pintura realizada em 1648 por Poussin (1594-1665). Embora a pintura de Poussin seja correntemente evocada, nomeadamente por Rowe, a sua utilização em *Cluster City* é plena de significado e ambiguidade. Por um lado, a imagem pastoral de Poussin — com construções de referência clássica casualmente dispersas na paisagem, entre personagens atarefados e sugestivos de múltiplas narrativas — serve para demonstrar a atmosfera desejada para a sua cidade, heterogénea e rica de iterações; ou seja, o fim da cidade centrada e homogénea. Por outro lado, é uma referência à origem visual do pitoresco contemporâneo, onde a amálgama de objetos se concilia com a nostalgia de um outro tempo. A imagem de Poussin polariza as situações representadas: a vida no campo com a cidade ao fundo, no movimento incessante dos seus habitantes e os personagens protagonistas, e a desordem

³² Desde 1945 Rudolf Wittkower publica diversos ensaios sobre a interpretação inglesa de Palladio e, em 1949, o livro *Architectural Principles in the Age of Humanism* (Warburg Institute); em 1947, Colin Rowe publica o artigo "The Mathematics of the Ideal Villa: Palladio and Le Corbusier Compared" (*The Architectural Review*).

³³ SMITHSON, Allison e Peter, 1957, "Cluster City: A New Shape for the Community", *The Architectural Review*, n.º 122, p. 333-336.

Este trabalho segue investigações anteriores, como a de Kevin Lynch (1954) e obra arquitetónica de Denys Lasdun (1914-2001) na década de 1950.

visual suburbana face ao rigor geométrico de cada edifício.³⁴ Os Smithson propunham, não só a rejeição do *picturesque* da tradição inglesa e da sua declinação moderna no Townscape, mas também, como mais tarde se verificará, a sua substituição por outra codificação dessa amálgama visual, que lhes permitirá compatibilizar no seu trabalho a casualidade quotidiana das coisas banais e anónimas. Tratava-se para os Smithson de acolher na arquitetura as narrativas da sociedade dos anos de 1960. Mas também uma interpretação que veio sustentar, direta e indiretamente, o regresso a uma nova arquitetura do historicismo, da revisão moderna, do *brutalismo* ou do pós-moderno, aspetos patentes em obras de arquitetos como Aldo van Eyck (cf. Orfanato Municipal, 1955), James Stirling (cf. Preston Housing, 1957), ou Fernando Távora (cf. Escola Primária do Cedro, 1958).

Mas o que nos interessa nesta abertura é a presença do binómio paisagem e casa ao longo do século, entendido pragmaticamente no projeto arquitetónico através, por exemplo, da valorização do local, da renovação dos modos habitar ou da afirmação de novos sinais identitários. Esta articulação irá modelar a paisagem e a casa num debate intelectual que vem do século XIX e que, no século XX, polarizará o debate arquitetónico em redor do problema da habitação e da sua tradução nos programas habitacionais.

A casa e a paisagem serão utilizadas, desde o final do século XIX, num caloroso debate público e popular, jornalístico e político, como objetivação do portuguesismo, através da imagem de um mundo rural pitoresco.³⁵ Assim, na apropriação popular desta *casa portuguesa* está contida uma representação ideológica e política que irá maximizar o seu significado e problemática. Esta casa conciliou um exterior revivalista da ruralidade sem rejeitar um interior de conforto moderno. Trata-se de um processo que acompanha a passagem de dispositivos da casa da elite burguesa para a casa de produção corrente da classe média e mesmo das classes populares, copiando e transformando os critérios eruditos com menores recursos económicos e menor dimensão espacial. Está em curso, portanto, a produção de uma arquitetura híbrida, rapidamente aceite por construtores, arquitetos e clientes, com influência na definição, até então estabilizada, de cultura popular, mas igualmente com impacto no mercado dos

³⁴ ROSEMBERG, Pierre, CHRISTIAN, Keith (ed.), 2008, *Poussin and Nature: Arcadian Visions*, New York, The Metropolitan Museum of Art.

³⁵ LOWENTHAL, David, 2008, *Passage du temps sur le paysage*, Infolio.

materiais de construção e na formação do gosto.³⁶ No final dos anos de 1950, este binómio permitirá uma relação entre o lugar e o edifício como fator determinante para uma arquitetura produzida, não só de uma forma diferente, mas também aderente à realidade para ser atuante no quotidiano dos seus habitantes.

É nesta dimensão híbrida, coletiva e massificadora, criticada pela elite cultural em sucessivos momentos do século XX — mas para a qual se predispôs a um sincretismo³⁷ e sobre o qual se estabeleceu um progressivo consenso entre os arquitetos³⁸ —, que reside a sua força de conjunto edificado de casas e de sentido paisagístico. A esta paisagem de casas habitadas por famílias de norte a sul do país equivale uma extensa paisagem historicizada, imbuída de tradições, mas também de elementos que lhe são exteriores ou modernos, todos nas suas respetivas metamorfoses. Trata-se também da génese da paisagem suburbana irremediavelmente caótica, identificada pelos Smithson que, ao longo do século XX, transformará aldeias e cidades, num processo inicialmente *pitoresco*; depois, *nacionalista* de face autoritária e paroquial; depois ainda, "modern modified"³⁹; mais tarde, *neorrealista*, como esperança humanista; e hoje de configuração irreconhecível.

Podemos dizer que, para Raul Lino, casa e paisagem são transversais ao seu programa intelectual. Contudo a leitura deste binómio encerra a problemática da sua proposta de um genuíno "regresso à terra" como ideia-força e rejeição, sem dilema, do moderno maquinista.⁴⁰ Esta equação, como refere Paulo Varela Gomes, é o "erro de Lino".⁴¹ Não pela rejeição do projeto moderno, mas por assentar na impossibilidade de educar o povo a partir de cima, para assim todos se poderem rever na autenticidade das suas tradições, nos valores que orientam a vida, no equilíbrio com a natureza e, acima de tudo, numa leitura esclarecida

³⁶ LEITE, Carolina, 1996, "Quem tem medo dos emigrantes? Produção, percepção e utilização do espaço doméstico: As lógicas inconciliáveis dos actores", *Noites de Sociologia do Porto*, nº VI, 11 de Abril, p. 232-236.

SMILEY, David, 2001, "Making the Modified Modern", *Perspecta*, nº 32, p. 39-54.

TAVARES, Domingos, 2008, *Francisco Farinhas: realismo moderno*, Porto, Dafne.

³⁷ Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política de Espírito» 1933-1949*, Lisboa, Estampa.

³⁸ LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, D. Quixote.

³⁹ SMILEY, David, 2001, "Making...", [op. cit.].

⁴⁰ RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2011, "A perspectiva das coisas...", [op. cit.].

⁴¹ GOMES, Paulo Varela, 1993, "O último erro de Raul Lino", *Expresso* (Revista), 23 de Janeiro, p. 42-43.

da paisagem física e cultural. Quando escreve, por exemplo, sobre a "campanha das árvores" ou a "questão da Sé do Funchal"⁴² está a defender esta hipótese, mas ninguém o escuta ou pode entender. Está a defender a nossa paisagem e casa, como herança natural e patrimonial, essência de qualquer identidade cultural.

Entre projetos literários e arquitetónicos

A abordagem de múltiplas ideias e experiências conduzida por Enrique Vila-Matas no livro *Diário Volúvel* (2008) surge como pretexto de, ao fazer interrogarmo-nos, abrir outras possibilidades de leitura de problemas comuns. É isto que acontece quando discute a cisão entre o homem do século XIX e o do XX, aspeto surpreendente, mas ignorado vulgarmente na ânsia do estabelecimento de pontes e continuidades com o século da revolução industrial:

"Até ao século XIX, o grande político e o grande escritor podiam confluir numa similaridade solidária de linguagens. O romance do século XIX, por exemplo, retratava o mundo com as mesmas categorias que presidiam à tarefa do político que construía o mundo. (...) No século XX, essa solidariedade quebrou-se. O político e o escritor, a história e a poesia, começaram a falar duas linguagens diferentes e incompatíveis; os seus mundos começaram a não coincidir um com o outro. Franz Kafka, herdeiro da linguagem paradoxal de Erasmo, foi mestre desta subtil, decisiva inversão."⁴³

Serve este início para refletir como o pensamento romântico literário do século XIX, ao fornecer um argumento intelectual, providenciou o suporte para uma demanda no campo das artes, na passagem para o século XX. Literatura, arte e arquitetura coincidiam. A procura de "outra" literatura e, posteriormente, de "outra" arquitetura era a vontade de quebrar com um certo olhar antigo e sinal de abertura ao progresso. Era este o desejo do grupo de Coimbra (v. Questão Coimbrã) que simultaneamente pretendia reconstruir a nossa

⁴² LINO, Raul, [1933-1938], Arborização junto a Monumentos Nacionais, 16 Junho, Parecer datiloescrito do Vogal do Conselho Superior de Belas-Artes.

LINO, Raul, 1941, "A Propósito da Sé do Funchal", *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, nº IX, p. 5-15.

⁴³ VILA-MATAS, Enrique, 2010 (2008), *Diário Volúvel*, Lisboa, Teorema, p. 178.

identidade.⁴⁴ Esta aliança desejada entre progresso e identidade nacional vai ser coincidente nas letras e na arquitetura, revelando-se como uma das vias disponíveis para pensar a modernidade.⁴⁵ Até ao momento em que essa coincidência deixa de ser possível.

A alteração dos equilíbrios da vida registados, ao longo do século XIX e também na passagem para o século XX (período observado), nos estudos de áreas muito diversas, tem na cidade o seu reflexo perfeito. Esta cidade, antes de mais, é espelho do processo de degradação da condição humana, sinalizado pela questão da habitação, da habitação operária e, por sua vez, pela localização da indústria entre o casario. Será o debate para a resolução destes problemas ou, simplesmente, o debate para o apaziguamento de problemas de cariz diverso,⁴⁶ identificados nas classes laboriosas e na cidade burguesa, que levará ao reconhecimento de novas formas habitacionais. Mas a partir deste momento, quando a arquitetura passou a ser, também, parte da problemática técnica, económica e social, regista-se uma subtil e progressiva perda de solidariedade das artes com a tarefa do político que construía o mundo. As artes plásticas, a literatura e a arquitetura iriam constituir-se como terrenos discursivos autónomos, o que não impediu o apoio ou a rejeição das políticas erguidas pelos políticos, mas deixou vaga a sua unanimidade.⁴⁷

A Casa Portuguesa, na sua raiz, traduz uma posição intelectual oitocentista, formulada e partilhada pelos homens de letras que, ao questionarem-se sobre a sua identidade, procuravam, por todos os meios, exprimir um sentimento de portugalidade. Para José-Augusto França, como já referimos, é um "sintoma" desse questionar, comum a todos os que pensavam um Portugal novo ou velho.

⁴⁴ Ver os textos e as publicações envolvidas na Questão Coimbrã reunidos e digitalizados pela Google Books e a Universidade de Harvard (2007): < <http://bit.ly/xw1Dc7> > [2010].

⁴⁵ RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, "Ser moderno em 1900: a arquitectura de Ventura Terra e Raul Lino", in atas do colóquio *Caminhos e identidades da modernidade: 1910, o Edifício Chiado em Coimbra* [2009], Câmara Municipal de Coimbra, p. 15-31.

⁴⁶ GONÇALVES, Eliseu, 2010, "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário", in *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*, Porto, FLUP, p. 126-134.

⁴⁷ A arquitetura continua a ser uma arte, mas agora também é técnica que, em parceria com os engenheiros, tem de resolver os novos desafios. É uma questão de sobrevivência, lição que todos os arquitetos aprenderam. Sobre esta mudança e tempo de incerteza, ver:

SILVA, Raquel Henriques da, 2006, "Ventura Terra em contexto", in Ana Isabel Ribeiro (coord.), *Miguel Ventura Terra: a arquitectura enquanto projecto de vida*, Esposende, Câmara Municipal de Esposende, p. 14.

Mas quando no campo da arquitetura se pede aos arquitetos que olhem a realidade, para os trabalhadores que *suam*, como refere Antero de Quental,⁴⁸ para atender à degradação das suas condições de vida, as respostas ao problema da habitação passavam pelas questões técnicas da produção extensiva, da economia da construção e da negociação de soluções. O que significa que o diletantismo do arquiteto/artista será substituído por uma aproximação realista à circunstância portuguesa. A intervenção da arquitetura deixará de ser resposta formal destinada à burguesia, para se ajustar a novas encomendas da emergente classe média e à necessidade de habitação popular, assumindo um caminho separado das outras artes.

Mesmo Raul Lino assume este pragmatismo sem concepções ideológicas, ao admitir, como colaborador avançado desde 1934 do Serviço de Construção de Casas Económicas, da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que a habitação unifamiliar com logradouro é inviável em determinadas circunstâncias. Na sua conferência "Casas Económicas" reconhece a necessidade da adoção da habitação coletiva em altura, em meio urbano tradicional, por imperativos morfológicos, mas também pelo valor fundiário e da quantidade de alojamento necessário para satisfazer as carências verificadas, apesar da desvirtuação dos valores, culturais e familiares, que arrastará.⁴⁹

Se esta clivagem entre literatura e arquitetura pode ser associada à exigência da passagem da casa unifamiliar para a habitação plurifamiliar, como paradigma do problema da habitação, tal não deverá significar uma substituição de uma por outra. No tempo longo, necessário para estudo da habitação e do habitar, verifica-se que a defesa do tipo arquitetónico da casa unifamiliar tem raízes profundas, mais vastas do que a ideia romântica, pitoresca, conservadora e, mais tarde, nacionalista. Se sabemos que a casa foi o argumento experimental e panfletário do Movimento Moderno (v. Pavilhão de L'Esprit Nouveau, 1925), também foi, em moldes distintos, aliado oportuno dos valores rurais do Estado Novo e de outros nacionalismos,⁵⁰ que manipularam, por exemplo, os

⁴⁸ QUENTAL, Antero, 1865, *A dignidade das letras e as litteraturas officiaies*, Lisboa, Typografia Universal.

⁴⁹ LINO, Raul, [1934], "Casas Económicas", Arquivo familiar Raul Lino, 24 pág. [dactiloscrito, anotado com indicação para a projeção de imagens na conferência que realiza no Brasil].

⁵⁰ A este propósito, ver, por exemplo, o Plano Diretor para Lisboa, de Étienne de Gröer (1948).

argumentos da cidade-jardim de Howard e a experiência urbanística de Unwin.⁵¹ Noutro contexto, a casa unifamiliar é defendida como solução, como acontece com Lewis Mumford (1895-1990) no confronto travado com a urbanística moderna do *International Style*, entre regionalismo e universalismo.⁵²

Se são possíveis pontos de encontro entre literatura e arquitetura, a sua coincidência não será possível como no passado. Iniciada com os arquitetos formados em Paris (v. Ventura Terra, Marques da Silva) e aprofundada pelo Movimento Moderno, a arquitetura vai reivindicar a sua autonomia disciplinar e científica. A linguagem *beauxartiana* em resposta às novas tecnologias do ferro, do betão e do vidro ainda evita esta disjunção. Isto deve-se, em parte, à manutenção da arte de construir em pedra e em outros materiais tradicionais, que ainda asseguram uma obra híbrida. Mas, em simultâneo, já está outra arquitetura a formular uma narrativa própria, próxima do marketing, sustentada pela ação icónica de Le Corbusier (1887-1965) e pela escrita legitimadora de historiadores como Pevsner (1902-1983) ou Giedion (1888-1968).

Pode questionar-se o fim de uma elite, política e intelectual, de acordo com os termos legados pelo século XIX? A diluição deste grupo social, observada por José Manuel Sobral ao longo da sua investigação,⁵³ corresponde ao processo de massificação da nação (cf. Mosse, 1975) e de banalização dos comportamentos a ele associados (cf. Billig 1995, Bourdieu 1994), abrindo assim outro tempo?

MASSU, Claude, 2006, "Universalisme e régionalisme chez Lewis Mumford", in Jean-Lucien Bonillo, Claude Massu, Daniel Pinson (dir.), *La Modernité Critique: autour du CIAM 9 d'Aix-en-Provence - 1953*, Marseille, Editions Imbernon, p. 79-85.

⁵¹ HOWARD, Ebenezer, 1970 (1898), *Garden Cities of To-morrow*, London, Faber and Faber. [To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform 1ª ed]

UNWIN, Raymond, 1914 (1909), *Town Planning in Practice: an Introduction to the Art of Designing Cities and Suburbs*, London, T. Fisher Unwin.

⁵² RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, *A Casa...*, [op. cit.], p. 305-307.

⁵³ SOBRAL, José Manuel, 1999, "Da casa à nação: passado, memória, identidade", *Etnográfica*, vol. III (1), p. 71-86.

Ibid., 2002, "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e caso português", *Análise Social*, nº XXXVII (165), p. 1093-1126.

Ibid., 2004, "O Norte, o Sul, a raça, a nação: representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)", *Análise Social*, vol. XXXIX (171), p. 255-284.

3. A lição: notações para o seu desenvolvimento

Qual é o nosso projecto? Que espécie de identidade estaremos a construir, nós que somos, por natureza e por defesa, inventores natos de identidades?

Entre outras, podemos referir algumas construções identitárias. O milagre de Ourique, a nossa "missão" de reconstruir o Império cristão na continuidade da Reconquista, a epopeia sintetizada nos Lusíadas, tão única e universal que comoveu o Olimpo, o regresso da corte à aldeia do nacionalismo restauracionista, a independência desejada contra franceses e ingleses, na assunção das razões da decadência dos povos peninsulares, sustentada colectivamente pela reacção ao Ultimato, numa espécie de proposta de recomeço dos nossos romantismo, liberalismo e republicanismo, o passo atrás do ruralismo clerical do Estado Novo, o 25 de Abril e seu, algo nebuloso, projecto de invenção de um modelo português de socialismo, todos são momentos, entre outros sub-momentos, de manifestação do nosso espírito ficcionista, diria talvez, para amaciar a ironia, da nossa veia poética.⁵⁴

Notação I (a viagem a Portugal)

A arquitetura é, antes mais, uma enunciação identitária, observada em momentos de tensão, de rutura ou de confronto, mas também em momentos de continuidade. Neste sentido, considero que a materialização do tema da identidade através da arquitetura, enquanto problema conceptual transposto para o projeto, é parte integrante e, simultaneamente, reveladora da construção da cultura moderna. Se nesta passagem para o projeto, entre o século XIX e o século XX, é importante a construção de uma ideia de cultura popular, ela não se limitou aos processos de objetificação do popular. Antes do "popular" se inscrever plenamente no discurso e no contra-discurso das arquiteturas do século XX até ao final dos anos de 1960, registam-se momentos no século XIX que, de uma forma não-discursiva, introduzem o problema do "povo". Esta enunciação oitocentista antecede, prepara e justifica a urgência da questão da identidade nacional, tal como virá a ser colocada no campo da arquitetura, no raio do século XX.

⁵⁴ COSTA, Alexandre Alves, 2009, "Identidade nacional e património construído: arquitetura, cidade e território", *ecdj*, nº 12, Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 53-58.

Assim, durante o século XIX, assiste-se ao desenhar de um discurso sucessivamente mais frontal e abrangente sobre a questão da identidade nacional. Digamos também mais moderno, como tema ativador de processos próprios da modernidade, como nos mostra a literatura das ciências sociais sobre identidade, nação e nacionalismo (Cf. Gellner, Smith, Anderson, Sobral). Interessa-nos salientar os processos da reconstrução sucessiva de sinais característicos de uma identidade, desde uma notação ruralista, pétrea, moderna, até uma indeterminação contemporânea. Trata-se da composição de uma *notação identitária* consumada entre a articulação do não-discursivo e do discursivo, verificada em contextos e por atores sociais diferentes.⁵⁵ Esta articulação do "não-dito" e do "dito" tem os seus traços, por exemplo, no campo da literatura, das artes, plásticas e decorativas, e da arquitetura e é debatida intensamente, de forma explícita ou implícita, em palestras, na imprensa diária e especializada.

A construção da notação identitária não se delimitou à passagem do século XIX para o século XX português. Contudo, condições específicas já investigadas⁵⁶ determinaram a ausência de uma reflexão sistemática sobre este processo e sobre o projeto arquitetónico. Ou seja, a ausência de um discurso disciplinar criticamente alicerçado teve repercussões no desenho e conduziu a uma metodologia própria que confiava no dote individual, no estilo e na circunstância — distante de um envolvimento social. Trata-se de fatores propícios ao balancear entre o não-discursivo e o discursivo até ao final dos anos de 1960.⁵⁷ Mas será esta hesitação entre *sentir* e *agir* a marca identitária de uma arquitetura portuguesa?

Esta hesitação que balanceia sentimento e ação é ativada por diversos sub-processos. Um deles pode ser observado no desenvolvimento da ideia de nostalgia, que se converte numa condição adequada para uma leitura arcadiana do passado. A nostalgia pelo passado é a possibilidade de resgate do tempo sobre o qual passa a ser possível exercer uma seriação e avaliação. Esta possibilidade conduz a processos de identificação e celebração de uma continuidade perdida ou em risco de o ser, o que abre, por exemplo, a

⁵⁵ GUILLAUME, Marc, 2003 (1980), *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.

⁵⁶ FIGUEIREDO, Rute, 2007, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, Lisboa, Colibri.

⁵⁷ BOTELHO, Manuel, 1987, "Os anos 40: A ética da estética e a estética da ética", *RA*, nº 0, Porto, Revista da FAUP, p. 7-10.

possibilidade da valorização patrimonial, nacional e familiar, material e imaterial.⁵⁸ Contudo, é através da generalização social da nostalgia⁵⁹ que se populariza a valorização do "antigo", como memória pessoal e coletiva. Este reconhecimento das coisas antigas vai permitir desde logo, numa estratégia legitimadora encetada pelas elites, apontar o povo como um dos portadores desse valor inquestionável. Trata-se de um mecanismo de acesso popular ao passado, real ou mítico, que reforça o seu contributo para forjar sinais de uma identidade nacional. Pode assim pensar-se que a nostalgia, como um processo democratizador,⁶⁰ é um elemento legitimador desses sinais e, simultaneamente, tranquilizador das ansiedades identitárias dos diferentes grupos sociais.

Mas se a questão da identidade nacional se concretiza nos campos da arte e arquitetura, com grande empenho da imprensa, a sua objetificação surge primeiramente no reconhecimento do património material associada às artes decorativas como tema de estudo e debate, com a sua inventariação, preservação e exposição pública. Mas com isto irá também ultrapassar-se o debate restrito, até ao despertar da consciência coletiva para uma tradição artística mais vasta, refletida também na singularidade de algumas construções que serão reconhecidas como monumentos nacionais.⁶¹

A literatura sobre o tema assinala ter sido nas artes decorativas onde primeiramente se ensaiou um discurso sobre a possibilidade de uma arte

⁵⁸ LE GOFF, Jacques, 1998, "Introduction des Entretiens du Patrimoine", in Jacques Le Goff (pre.), *Actes des Entretiens du Patrimoine, Patrimoine et Passions Identitaires* (Paris, 1997), Fayard, Caisse national des monuments historiques et des sites, p. 9-13.

⁵⁹ SAMUEL, Raphael, 1999 (1994), "Resurrectionism", in David Boswell e Jessica Evans (ed.), *Representing the Nation. A Reader: Histories, Heritage and Museums*, Oxon, Routledge, 163-184.

⁶⁰ SOBRAL, José Manuel, 2002, "A formação das nações...", [op. cit.].

NORA, Pierre, 1989, "Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire", *Representations*, nº 26, p. 7-24.

⁶¹ Cf. Joaquim de Vasconcelos, Ramalho Ortigão, José de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos, entre outros.

LEAL, João, 2002, "Metamorfoses da arte popular: Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa", *Etnográfica*, vol. VI (2), p. 251-280.

RODRIGUES, Sofia Leal, 2003, "O pensamento artístico de Joaquim de Vasconcelos", *ArteTeoria*, nº 4, p. 44-57.

CARVALHO, José Alberto Seabra, CARVALHO, Marta Barreira, 2009, "Museus e exposições: ideias, formas e discursos de representação e celebração da arte portuguesa (do liberalismo ao Estado Novo)", in *Arte Portuguesa*, vol. 20 Em Torno da História da Arte, Fubu Editores, p. 92-139.

PEREIRA, Paulo, 2009, "História da História da Arte Portuguesa", in *Arte Portuguesa*, vol. 20 Em Torno da História da Arte, Fubu Editores, p. 34-87.

COSTA, Alexandre Alves, 2009, "Identidade nacional...", [op. cit.].

BRITO, Joaquim Pais de, 2011, "Etnografia, Etnógrafos e Configurações da Identidade", in Ana de Castro Henriques (coord.), *Primitivos Portugueses, 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves*, Babel, p. 42-51.

nacional, bem presente nas exposições, nacionais e internacionais,⁶² organizadas (não sem polémica regional) com as primeiras peças identificadas e sistematizadas para uma *coleção nacional*.⁶³ Rapidamente, a crítica a estas iniciativas irá centrar-se na escolha unicamente de arte erudita (cf. Ortigão e Joaquim de Vasconcelos), o que, ao colocar em questão a autenticidade e limitação deste cunho nacional, levou a reforçar que o lugar de legitimidade inquestionável dessa identidade deveria ser encontrado no *povo*.⁶⁴

Nesta sequência devemos destacar, brevemente, as intervenções de Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) e de José Leite de Vasconcelos (1858-1941). Em 1884, Joaquim de Vasconcelos propõe a valorização produtiva do saber popular como meio de qualificação da vida. Posição que o leva a defender as "indústrias populares" como essência vernacular da nação portuguesa, condição de desenvolvimento original e hipótese de uma genuína tradição artística portuguesa, numa abordagem "decisivamente influenciada pela sua estadia na Alemanha e pelos ensinamentos do movimento Arts and Crafts".⁶⁵ José Leite de Vasconcelos aprofunda a necessidade de criação do Museu Etnográfico (1886-1906), porque um "povo que ignora a sua história, e os elementos de toda a ordem que o constituem, não pode ter ideal. E um povo sem ideal é como se estivesse morto. (...) Um museu, (...), ethnographico posto que para mais não sirva, serve para educar o público, levando-o a conhecer e a amar a pátria".⁶⁶

Nestas ações, nas quais se envolveram outros intelectuais como Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida ou D. José Pessanha, verifica-se o abandono de um romantismo mítico sobre a nacionalidade para a adoção de uma abordagem da identidade centrada numa ideia de *racionalidade científica* e preocupada com a comunicação de massas, embora ainda cheia de passos pitorescos.⁶⁷ Aqui

⁶² Destaca-se: em 1881, Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art, realizada em Londres; e na sua sequência, em 1882, a Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola, em Lisboa. Posteriormente, já na perspectiva de afirmar uma arte portuguesa, em 1955-1956, a Exposição de Arte Portuguesa em Londres (800-1800), na Royal Academy of Arts, em Londres.

⁶³ SANTOS, Rui Afonso, 1997, "O Design e a Decoração em Portugal, 1900-1994", in Paulo Pereira (coord.), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, Temas e Debates e Autores, p. 437-505.

⁶⁴ FRANÇA, José-Augusto, 1966 (1963), *A Arte em...* [op. cit.], p. 73.

⁶⁵ LEAL, João, 2002, "Metamorfoses da arte...", [op. cit.], p. 259.

Pode aqui também atender-se às propostas para a reforma do ensino, nomeadamente do desenho industrial.

⁶⁶ VASCONCELOS, José Leite de, "Criação do Museu com o título de «Etnográfico» e o plano de organização do mesmo, 1893-1894" in *Historia do Museu Etnológico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 14.

⁶⁷ RODRIGUES, Sofia Leal, 2003, "O pensamento...", [op. cit.].

esboça-se um empreendimento duplamente centrado para definição de uma identidade nacional, referido por João Leal, entre a objetificação da cultura popular e da arte popular como sua expressão.⁶⁸

Mas o que levanta a questão identitária? Os estudos sobre este assunto, anteriormente referidos,⁶⁹ verificam que a identidade nacional emerge no debate político e intelectual, posteriormente popularizando-se, quando a nação é questionada, quer num processo formativo ou de redefinição, quer numa afronta à sua integridade. No século XIX a formação dos estados-nação é determinante para o mundo Ocidental, aspeto que, como já vimos, tem um registo específico na situação portuguesa. O romantismo do século XIX, cujas origens e expressões não detalharemos, descobre na "viagem a Portugal" o momento indispensável para uma tomada de consciência do nosso passado e de levantamento/exploração do nosso território (v. Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875). Esta viagem diletante e, por vezes, *científica*⁷⁰ é também um processo de estetização da natureza, meio indispensável para a sua incorporação na retórica identitária e na sua representação no espaço urbano e arquitetónico.

A questão da identidade nacional cruza assim as suas raízes com o século XIX, primeiro como questão intelectual e literária, na qual emerge a questão das massas populares, conduzindo à sua inscrição crescente em todos os tópicos da vida quotidiana. Esse facto que é acompanhado pela construção discursiva de uma história e de uma arquitetura, sintoma social de ansiedades identitárias causadas pelos *novos tempos*, como marca de autenticidade e legitimidade.⁷¹

Entre momentos possíveis para esta formulação identitária, a Questão Coimbrã, radical e panfletária, vai introduzir argumentos neste debate que, ao prolongarem no tempo e ao deslocarem-se para diferentes contextos, ativam mecanismos comuns e essenciais de representação da identidade nacional: a ansiedade de questionar o outro como necessidade vital; a autoridade que procede da consciência de uma nova geração, vivida como exigência ética; a

⁶⁸ LEAL, João, 2002, "Metamorfoses da arte...", [op. cit.], p. 253.

⁶⁹ Cf. Gellner, Smith, Anderson, Sobral.

⁷⁰ A Primeira expedição foi promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa levada a efeito em 1877-1879 por Serpa Pinto (1846-1900), Hermenegildo Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898) no âmbito da Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África; em 1884-1885 efetua-se a ligação entre Angola e Moçambique realizada por Capelo e Ivens. Mas a Sociedade também organiza outras viagens, como à Serra da Estrela ou uma "Missão científica" a Albergaria (v. *Ilustração Portuguesa*, 1908).

⁷¹ LOWENTHAL, D., 1997 (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge University Press, p. 101.

autenticidade por ser a tradução da voz dos trabalhadores que *suam*; e a legitimidade conferida por estar ao serviço do povo e da nação, na abertura de outro futuro como única hipótese de resgate do presente.

A Questão Coimbrã é, para além de uma questão literária, em si mesma irrelevante,⁷² um dos momentos de fratura entre um Portugal *velho* e outro desejado *novo*, revisto na indignação ética e estética de um grupo de jovens estudantes de Coimbra. A indignação ergue-se a propósito do posfácio da edição do livro *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas (1865), redigido por António Feliciano de Castilho, com o título "Carta ao editor António Maria Pereira". Este era o pretexto, o alvo era o ancião e figura tutelar das letras Feliciano de Castilho, que serviu o pretexto para concertar uma violenta controvérsia, já com algumas críticas e escaramuças jornalísticas anteriores, despoletada pela carta-aberta, redigida por Antero de Quental, conhecida como *Bom-Senso e Bom-Gosto*.⁷³ A missiva de Antero recusava a censura, dirigida por Castilho, a um grupo de jovens de Coimbra acusados de exibicionismo livresco, de obscuridade propositada e de tratarem temas que nada tinham a ver com a poesia. Os jovens escritores mencionados eram Teófilo Braga, autor dos poemas *Visão dos Tempos e Tempestades Sonoras* (1864), e Antero de Quental que publicava as *Odes Modernas* (1865).⁷⁴

Pouco depois da resposta de Antero de Quental, reage Teófilo Braga em defesa do grupo e publica *Teocracias Literárias* (1866); e, seguidamente, Antero de Quental aprofunda a sua crítica com *A Dignidade das Letras e as Literaturas Officiaes* (1865), e outros opúsculos se seguiram...⁷⁵ Trata-se de uma literatura militante, programática, idealista, mas que pretendia olhar para outra nação, dirigindo-se à "Nação verdadeira [...] três milhões de homens que

⁷² SARAIVA, António José, LOPES, Óscar, 2001 (1966), *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

⁷³ QUENTAL, Antero, 1865, *Bom-senso e bom-gosto. Carta ao excellentissimo senhor Antonio Feliciano de Castilho*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Para de todos os textos desta querela, ver nota 44.

⁷⁴ Como é referido na *História da Literatura Portuguesa*, outros escritores, como Vieira de Castro, parecem não ser atingidos diretamente. Salienta-se também a forma como estes títulos, ao apelarem aos sentidos, são uma corporização moderna da palavra que pode lembrar a mesma sonoridade, por exemplo em T. S. Eliot: *Terra Devastada* (1922), *Quatro Quartetos* (1943).

⁷⁵ Também Joaquim de Vasconcelos se irá envolver numa polémica relativa à tradução de Feliciano de Castilho do *Fausto* de Goethe, considerando o texto um devaneio literário, de grosseiras falhas que desrespeita a ideia original.

RODRIGUES, Sofia Leal, 2003, "O pensamento...", [op. cit.].

trabalham, suam, produzem".⁷⁶ Castilho não reagiu, mas conseguiu a intervenção de amigos; entre outros, Ramalho Ortigão escreve *A Literatura de Hoje* (1866) e Camilo Castelo Branco, *Vaidades Irritadas e Irritantes* (1896).⁷⁷

Regista-se aqui não uma retórica unicamente de homens de letras mas uma controvérsia moderna entre o "velho Portugal", ultra-romântico, saudosista e ortodoxo e o realismo, socialista, desperto para uma consciência social e aberto a uma mundividência e contemporaneidade que se pretendia cosmopolita e estridente.⁷⁸ A menção a *milhões de homens que trabalham* parece ultrapassar uma ideia de povo indiferenciado, sem individualidade e história própria, comum no mundo intelectual (cf. Garrett, Castilho), para invocar um outro povo mitificado, personagem do romance de costumes, guardião das virtudes e essências nacionais depositadas no mundo rural.⁷⁹ Apesar de reticências iniciais, o objetivo era contrapor a soberania popular (onde radica a ideia de democracia) ao mundo dos gabinetes.⁸⁰ Parece estar-se no fim de uma continuidade passado/presente que os próprios interventores, depois presentes em outras agitações intelectuais e literárias (v. Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, 1871), parecem não saber ou não ter força para prosseguir, não ultrapassando a decadência alvo da sua crítica, rendendo-se ao peso da vida. Da agitação passa-se — nas conferências do Casino cujo encerramento será imposto pelo governo — a um projeto mais vago de reforma da sociedade, como é referido no seu programa: "não pode viver e desenvolver-se um povo isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo"; "Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada".⁸¹

⁷⁶ QUENTAL, Antero, 1865, *A dignidade...*, [op. cit.], p. 23.

⁷⁷ SARAIVA, A. J., LOPES, Ó., 2001 (1966), *História da Literatura...*, [op. cit.], p. 800.

⁷⁸ Eça refere dos livros encomendados para Paris chegarem todas as manhãs de comboio... a Coimbra.

⁷⁹ PALACIOS CEREZALES, Diego, 2010, "O soberano ausente: o povo, povos, povinho, avatares de um sujeito mítico na cultura liberal portuguesa", in José Neves (coord.), *Como se faz um povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Fundação EDP, Edições Tinta-da-China, p. 71-84.

⁸⁰ "Apesar das reticências iniciais do liberalismo perante a soberania popular, a noção democrática de representação enraizou-se na cultura política da segunda metade do século XIX, consolidando-se institucionalmente na reforma de 1852 da Carta Constitucional, que consagrava o sufrágio universal. Os deputados consideravam-se eleitos pelo povo, (...)." Idem, p. 79.

Idem, p. 79.

⁸¹ Do programa impresso citado em:

SARAIVA, A. J., LOPES, Ó., 2001 (1966), *História da Literatura...*, [op. cit.], p. 802.

Sobre as gerações de intelectuais que se agitaram na passagem do século, ver também:

Num cenário político e culturalmente complexo prevalece, nos múltiplos grupos informais de intelectuais,⁸² o superficialismo da vida boémia com o debate político e filosófico de pendor literário, marcado pelo ecletismo e contradição dos personagens e dos modos de ação. Tal como Ramalho Ortigão, oponente na Questão Coimbrã mas editor das *Farpas* (1872) com Eça de Queirós. E, ao contrário deste, um profundo tradicionalista e amante da caminhada ao ar livre,⁸³ aspetos que o levam a interessar-se pela arte popular, a descrever o pitoresco dos lugares e a solidez dos costumes "antigos".⁸⁴

Neste sentido, mas de certa maneira por razões opostas à "revolução" pretendida em Coimbra, Ramalho Ortigão irá descrever Portugal, em 1896, com uma ideia de *património total*, registada na edição de *O Culto da Arte em Portugal*. No ano seguinte, quando Raul Lino conclui o seu período formativo na Alemanha e regressa a Lisboa para viajar pelo país, esta edição já dá força a uma campanha nacionalista, de defesa do que é genuinamente português, pondo a nu o *falso* e valorizando as *artes populares*, sempre num discurso impetuoso e sem preocupação de ação. Tal deve ser visto também como uma exacerbação romântica e, como observa Joana Cunha Leal, pese embora a "evidência da longevidade da definição de monumento como documento, que remonta no contexto nacional a Alexandre Herculano, não permite porém sustentar que a supremacia desse «valor nacional» tivesse, no final do século XIX, cimentado ou desenvolvido na prática oficial de classificação, conservação e restauro do património a noção herculeana de *património total*."⁸⁵

DIAS, Augusto da Costa, 1977 (1962), *A crise da consciência pequeno-burguesa: o nacionalismo literário da geração de 90*, Lisboa, Estampa.

FRANÇA, José-Augusto, 1970, "Raul Lino, Arquitecto da geração de 90", in *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 73- 114.

⁸² O Cenáculo é um desses grupos constituído por intelectuais como: Antero de Quental, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga (futuro presidente da República), Eça de Queiroz, Adolfo Coelho, Batalha Reis (Lino fará a sua casa), Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Adolfo Coelho, Augusto Soromenho, Guilherme Azevedo, Guerra Junqueiro.

⁸³ Também para Raul Lino o exercício da caminhada era fundamental, não só como empatia com a Natureza, mas sobretudo como forma de conhecer e pensar, de acordo com o sentido alemão de "wandern". Cf. Otto Friedrich Bollnow.

⁸⁴ SIMÕES, João Gaspar, [197-], *A Geração de 70: alguns tópicos para a sua história*, Lisboa, Editorial Inquérito.

GUERRA DA CAL, Ernesto, 1979, *Dicionário de Literatura*, vol. 3, Porto, Figueirinhas.

CATROGA, Fernando, 1993, "Os caminhos polémicos da «geração nova»", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 O Liberalismo 1807-1890, Estampa, p. 569-581.

⁸⁵ LEAL, Joana Cunha, 2006, "A individualidade de Lisboa e o tipo de casa portuguesa em Júlio de Castilho", *Vinte e Um por Vinte e Um*, nº 2, Revista da Escola Superior Artística do Porto, p. 75.

Da ação coimbrã fica a interrogação, direta e indireta, de que país é este, questão perseguida por outros que, ao articularem ideias de arte, de cultura popular e de património, inscrevem a questão da identidade nacional no debate do século XX.

Nesta perplexidade intelectual estará Raul Lino, chegado da Alemanha, e na sequência das suas viagens por Portugal, a elaborar a ideia de um genuíno "regresso à terra". A viagem de Lino por Portugal foi um "inquérito" para elaborar uma teoria de projeto, a partir da sua experiência da arquitetura e da história. Este ponto de partida permite-lhe a inédita leitura da arquitetura portuguesa, onde, lado a lado, arquitetura popular e erudita constroem uma mesma tradição e identidade. Com este programa intelectual defende uma via para a modernidade baseada na sua leitura da cultura portuguesa. Visão neogarrettiana, na linha de formulações nostálgicas anteriores, como a casa do Conde de Arnoso (1894), este programa surge para o jovem Lino como uma oportunidade de realizar os ideais em que se formou, sem se confrontar, contudo, com a realidade sociológica de Portugal, marcada pela pobreza e pelo subdesenvolvimento. Neste momento, na abertura do novo século, apesar da prerrogativa de Lino em defender (o que implica a ação) o seu programa arquitetónico, encontrava-se a disponibilidade entre os intelectuais para discutir a modernidade entre *homem* ou *máquina*.

Notação II (o pitoresco como híbrido moderno e português)

A noção da perda em determinadas circunstâncias históricas relativa, por exemplo, a manifestações culturais ou a aspetos materiais é comumente associada pelas ciências sociais a momentos de tensão pessoal ou coletiva, prenúncio de rutura e confrontação que ativam processos de reparação e resposta. No âmbito do nosso estudo, o pitoresco no campo da arquitetura pode ser observado, antes de mais, como reação à produção arquitetónica de influência francesa e académica, correspondendo à procura e afirmação de uma identidade portuguesa como contraproposta a esta arquitetura dita *estrangeirada* e dominante do gosto no final do século XIX, questão colocada, como vimos, em simultâneo no campo da cultura e das artes.

Na interrogação da identidade, como elemento transversal ao inquérito do problema habitacional em arquitetura, interessa sublinhar que o pitoresco na arquitetura do século XX decorre da tradição do *Picturesque*; ou seja, como uma expressão da *English free architecture*, expressão artística ligada à

paisagem e edificação, como unidade decorrente de uma particular arte-de-viver.⁸⁶ Esta orientação dissemina-se pelo mundo ocidental e é apropriada em diferentes contextos, desde as décadas finais do século XIX e ao longo de todo o século XX, como porta para redefinição de diversos processos identitários. Ao revisitarem as origens do *picturesque*, esses processos reconfiguram um novo elenco para outra arquitetura do *novo pitoresco* e dos historicismos, entre as quais o movimento *brutalista* na crítica da "cidade funcional"⁸⁷ ou a relevante campanha inglesa do Townscape, iniciada em 1941, pela *The Architectural Review*.⁸⁸ O *Picturesque* é, na perspetiva finissecular, uma contraproposta e afronta aos estilos académicos, contudo sem uma configuração arquitetónica precisa tal como era entendida na época, mas ajustada à satisfação pessoal de um estilo de vida, por exemplo, observado na informalidade aparente da *country house*.⁸⁹ A formulação do pitoresco é, sobretudo, uma reação contra as

⁸⁶ PRICE, Uvedale, 1810 (1794), *Essays on the picturesque, as compared with the sublime and the beautiful; and, on the use of studying pictures, for the purpose of improving real landscape*, London, Printed for J. Mawman.

BATTEUX, Charles (L'abbé Batteux), 1992 (1746), "L'imitation de la nature", in Jean-Pierre Épron (dir.), *Architecture: une anthologie*, vol. 2, Les architectes et le projet, Liège, Institut Français d'Architecture, Mardaga, p. 40-41.

⁸⁷ ATKINSON, Harriet, 2008, "A «New Picturesque»? The Aesthetics of British Reconstruction after World War Two", *Edinburgh Architecture Research*, nº 31, p. 24-35.

WHITE, William, 2009, "The Englishness of English Architecture: Modernism and the Making of a National International Style, 1927-1957", *Journal of British Studies*, vol. 48, nº 2, p. 441-465.

TARICAT, Jean, 2011, "Du pittoresque moderne au nouveau brutalisme", *Marnes*, nº1, Éditions de La Villette, p. 19-35.

VIDLER, Anthony, 2011, "Troubles in Theory Part I: The State Of The Art 1945-2000; II: Picturesque Postmodernism; III: The Great Divide: Technology vs Tradition", *The Architectural Review* [Essays], September, December (2011), July (2012).

⁸⁸ HITCHCOCK, Henry-Russell, 1926, *The Great Architect and the Vernacular*, MoMA Manhattan Special Collections Oversize, 6 pag. [dactiloscrito, anotado e assinado Henry-Russell Hitchcock, jr.]

PEVSNER, Nikolaus, 1947, "The Picturesque in Architecture", *The Journal of the R.I.B.A.*, vol. 55, nº 2, p. 55-61.

DE WOLFE, Ivor, 1949, "Townscape: A plea for an English visual philosophy on the true rock of Sir Uvedale Price", *The Architectural Review*, nº 636, p. 354-362 [Hugh de Cronin Hastings].

CULLEN, Gordon, 1949, "Townscape Casebook", *The Architectural Review*, nº 636, p. 363-374.

PEVSNER, Nikolaus, 1954, "C 20 Picturesque. An Answer to Basil Taylor's Broadcast", *The Architectural Review*, nº 688, p. 226-229.

COLQUHOUN, Alan, 1954, "Twentieth Century Picturesque", *The Architectural Review*, nº 691, p. 2.

BANHAM, Reyner, 1955, "The New Brutalism", *The Architectural Review*, nº 708, p. 354-361.

CULLEN, Gordon, 1978 (1971), *El paisaje urbano: tratado de estética urbanística*, Barcelona, Blume. [Edições: Townscape, 1961; The Concise Townscape, 1971]

BANHAM, Reyner, 1968, "The Revenge of the Picturesque, English Architectural Polemics, 1945-1965", in John Summerson (dir.), *Concerning Architecture. Essays on Architectural Writers and Writing Presented to Nikolaus Pevsner*, London, Allen Lane, p. 265-273.

⁸⁹ HITCHCOCK, Henry-Russell, 1975 (1958), *Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries*, Penguin Books.

neo arquiteturas, sendo ele próprio um ecletismo, formalmente indisciplinado, em contraste com a formação *beauxartiana* e a tradição clássica predominante entre os arquitetos.

Assim, pode pensar-se numa arquitetura de *collage* de elementos diversos, mas sobretudo com origem nas construções populares, que começa por ser um problema unicamente visual, ou seja, de composição pictórica para o lazer bucólico da aristocracia (v. Le Hameau, 1778; Chalet da Condessa de Edla, 1867). No entanto a sua adoção pela classe média emergente como local de habitação, de retiro sazonal e depois em permanência, rapidamente abre um processo de normalização dos seus elementos formais exteriores e, sobretudo, de adequação do espaço interior a um programa de vida. A arquitetura da casa mobiliza-se assim para uma nova consciência burguesa, que já não pretende mais uma casa, mas uma casa diferente. A estética do pitoresco, nas suas diferentes declinações formais e contextos ao longo do século XX, pode ser entendida como apropriação indispensável para a autodefinição da classe média.⁹⁰

Mas esta edificação, que recusava os estilos antigos, surge numa encruzilhada de problemas. Por um lado, a hipótese de diferentes desenhos ajustados a uma procura plural de identidades — pessoal e de classe, mas também locais, regionais e nacionais — permite, progressivamente, formar uma consciência das exigências modernas da vida, como o conforto, a economia doméstica ou responder a um novo tecido social. Trata-se de aspetos centrais na reforma da arquitetura nas primeiras décadas do século XX na Europa central, referidos pela literatura do tema, importados de Inglaterra, principalmente através de obra e ação de Muthesius.⁹¹ A Inglaterra, na época, era considerada o expoente máximo do bem saber viver, aspeto que a conceptualização da arquitetura pitoresca, principalmente da casa de campo, soube traduzir e expandir. Ou seja, esta casa proporcionava outras formas de habitar que, resumidamente, podem ser descritas no ajuste do dispositivo espacial às rotinas da vida doméstica e na adoção de articulações funcionais precisas entre

⁹⁰ MOSSE, George L., 1999 (1997), *A estética fascista e sociedade: algumas alterações*, in Ruth Ben-Guiat, *A estética no fascismo*, João Sá da Costa, Público, p. 3-12.

⁹¹ MUTHESIUS, Hermann, 1979 (1904-1905), *Das Englische Haus*, *The English House*, New York, Rizzoli.

Sobre o tema, ver:

VOGLIAZZO, Maurizio, 1981, "Das Englische Haus: proposta per un «manuale»", in Silvano Custaza, Maurizio Vogliazzo (ed.), *Muthesius*, Milano, Electa, p. 10-14.

interior/exterior.⁹² De alguma forma, foi este aspeto que Raul Lino tentou explicar repetidamente, embora sem grande sucesso.

Por outro lado, esta arquitetura "livre" do peso dos estilos académicos e face a novos imperativos económicos, sociais e culturais vai reivindicar uma estética própria e torna-se num importante instrumento para a recuperação de identidades em défice. No raiar do século XX, é já um meio de afirmação identitária, preocupado com a questão da nacionalidade e que, no caso português, vai configurar-se num processo ideológico onde radica um debate, escasso mas claro,⁹³ sobre as vias possíveis para se responder à modernidade.⁹⁴

Assim, o dissídio moderno — máquina ou homem — encontra neste cruzamento entre estilo de vida e identidade, o debate do que é ser português; isto é, um debate oblíquo sem vanguarda e sem burguesia esclarecida que o sustente. Neste quadro fala-se de uma arte nacional e da Casa Portuguesa, o que é nesta circunstância um sintoma deste debate. Deve observar-se que a Casa Portuguesa enquanto questão etnológica, etnográfica, antropológica, política e artística, e ao revelar-se profundamente heterogénea quanto às características e alcance, é impertinente como definição precisa de um tipo arquitetónico.

Assim, perante a questão *como ser moderno em 1900*, observa-se uma tensão irreconciliável na aproximação ao problema central do debate arquitetónico: a habitação. Para uns, o problema da habitação é primordialmente um problema humano, que deve ser abordado pela defesa de uma identidade portuguesa ameaçada, ou seja, pela defesa da sua cultura que, através da arquitetura e em particular da casa unifamiliar, será um estímulo para a formação e enriquecimento dos seus habitantes (cf. Lino). Para outros, trata-se de uma resposta cívica e urgente perante a degradação das condições de vida, nomeadamente pela carência de habitação para as classes desfavorecidas, só possível através das novas técnicas ao dispor da arquitetura, indispensáveis para a realização de imóveis urbanos de habitação coletiva em condições económicas vantajosas (cf. Terra). Desta forma, também em Portugal, o problema da habitação e a sua resolução técnica transforma-se num significativo debate e confronto público, seguindo pelos periódicos e com a publicação de alguns

⁹² RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, *A Casa...*, [op cit.].

⁹³ GOMES, Paulo Varela, 1989, "Teoria da Arquitectura Portugal 1915-1945: O Modernismo de Raul Lino", *Vertice*, nº 11, p. 67-79.

⁹⁴ RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2011, "Disponibilidade moderna...", [op. cit.].

livros. Entre as centenas de artigos registados em diversas investigações destaca-se a entrevista a Ventura Terra onde se apresenta abertamente o problema da habitação de premente resolução arquitetónica que, ao esbarrar na questão identitária, desconstrói a argumentação da Casa Portuguesa numa ótica moderna, assumindo o confronto com outros entendimentos e soluções.⁹⁵

Mas esta controvérsia sobre os caminhos da modernidade a seguir, representativa da tensão vivida entre campos culturais opostos, tomará a sua face mais emblemática, no confronto entre os projetos apresentados por Ventura Terra e Raul Lino para o Pavilhão de Portugal para a Exposição Universal de Paris em 1900. No auge do debate moderno e da campanha identitária, com a afirmação nacionalista por todos os meios, o júri do concurso escolhe o projeto de Terra, de influência *beauxartiana*, parisiense e de matriz académica.⁹⁶ Apesar de toda a simbologia nacional nele utilizada, esta escolha aberta à modernidade vinda de fora é aparentemente inesperada. A seleção do júri poderá deixar-nos interrogações sobre o âmbito elitista da querela identitária de uma expressão portuguesa e, necessariamente, da composição do júri ligada à academia e ao ensino aí praticado. Reconhece-se através deste episódio e, por vezes, pelos ausentes neste debate identitário, como é o caso de Marques da Silva,⁹⁷ que o confronto para o escrutínio de uma modernidade existia em 1900, entre campos de batalha bem definidos teórica e internacionalmente, o que, talvez, não voltaria a acontecer até à década de 50, quando se instalará outra "guerra cultural".⁹⁸

Para Raul Lino a questão da casa como resposta à ameaça da identidade portuguesa — sentida como perda da adequação do espaço às formas de habitar e, sobretudo, da construção em relação à paisagem, resultado de saberes ancestrais em permanente atualização (esta é a sua ideia de tradição) —, não se

⁹⁵ TERRA, Ventura, 1903, "A cidade. Uma palestra com Ventura Terra", *O Dia*, nº 919, 5 Março, p. 1.

⁹⁶ Os termos progressista e culturalista são adotados por Choay para designar o confronto entre dois entendimentos da modernidade.

CHOAY, Françoise, 1965, *L'urbanisme: utopies et réalités: Une anthologie*, Paris, Seuil.

⁹⁷ Marques da Silva nunca enfrentou o dilema deste debate, entre ser português, responder aos problemas da transformação da cidade moderna e satisfazer os seus clientes que, tendo casa na urbe, sonhavam com as delícias do campo.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2011, "Raízes e caminhos...", [op. cit.], p. 15-27.

⁹⁸ Esta expressão é usada por João Leal, que a recupera de Herman Lebovics, para designar "uma luta particularmente forte e significativa, que, embora estruturada em torno de um tema específico (...), teria repercussões ideológicas, políticas e culturais mais vastas".

LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas...*, [op. cit.], p. 54-60, 145-146, 222-223.

colocava como um problema de desenho ou estilo formal, mas antes como problema cultural. Ou seja, traduzido nos comportamentos e modos de fazer, na justeza dos espaços às condições do clima, do uso e das possibilidades de cada homem, e na proporção de cada uma dessas partes com o todo que edificam.⁹⁹ Por isso a casa em Lino não foi um problema pitoresco, embora a sua ação, que não abordaremos,¹⁰⁰ tenha contribuído através da disseminação de modelos visuais, por processos modernos, para a sua apropriação popular e repetição generalizada. Mas a sua proposta, ninguém a percebeu, ou não quis entender, ou não pôde, tendo sido deturpada por variantes pitorescas, de traços exteriores rurais e de ingenuidade decorativa floral. Assim, até 1918, ano da publicação do seu primeiro manual para a boa prática de edificar, a casa portuguesa de Lino é, antes de mais, uma hipótese de modernidade, contra outra cultura Moderna que germinava na Europa.¹⁰¹ A proposta de Lino afasta a técnica do centro do problema arquitetónico, cada vez mais preso à necessidade de responder industrialmente ao problema da habitação. Na convicção de uma modernidade liberta do peso do progresso maquinista (cf. Olbrich; Behrens, Darmstadt 1900), a sua casa é (e será sempre) a derradeira tentativa de um contra-tipo face ao modernismo abstrato, mas também a oposição aos neo's que então se praticam numa hibridez audaciosa e, sobretudo, uma resposta à proliferação do *chalet*.

É interessante constatar que a preocupação da casa portuguesa em recuperar arquitetonicamente uma tradição nacional, capaz de ativar na nossa memória a imagem de uma casa supostamente primordial, é também consumada na apropriação e transfiguração do *chalet* como construção popular alpina. Não iremos tentar analisar como o *chalet* e a casa portuguesa se misturam, aspeto já observado noutros contextos, nem tão pouco a viagem e transformação do seu tipo, registada em centenas de projetos publicados nos periódicos em Portugal, ao longo da primeira metade do século.¹⁰² Ambas as casas partilham o desejo de

⁹⁹ Ver declarações de Lino gravadas para documentário televisivo:

ELISEU, José (realizador), *Raul Lino* [documentário], produzido pela Radiotelevisão Portuguesa, aquando da Exposição Retrospectiva da Obra de Raul Lino, Lisboa, 1970 [0:41].

¹⁰⁰ RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2011, "A perspectiva das coisas...", [op. cit.].

¹⁰¹ Mas que em Portugal, em 1915, publicava o *Orpheu*, mas que *O Notícias Ilustrado*, e em 1929, entre os retratos dos "artistas modernistas", ao lado de Santa Rita, Amadeu, Cotinelli ou Ramos, entre muitos outros, publicava também Lino.

[s. n.], 1929, "Os «Futuristas» portugueses: as obras-primas dos modernistas e um resumo histórico de todo o movimento de arte moderna em Portugal", *Notícias Ilustrado (O)*, nº 37, p. 8-20.

¹⁰² RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, *A Casa: arquitetura...*, [op. cit.].

serem *outra* arquitetura e para isso encontram na tradição vernacular, popular e erudita, a possibilidade de evocar as suas raízes e legitimação.

A deslocação do *chalet* das montanhas para o espaço urbano, onde acontecia a arquitetura europeia do seu tempo, corresponde a uma ênfase dos valores do pitoresco, ou seja, da visualidade, o que permite o acesso recatado à experiência da natureza e do exótico distantes, como uma nova sensibilidade aberta pela cultura moderna e pelas suas instituições.

Como já referimos, apesar de alguns elementos diferenciadores, nomeadamente o seu estrangeirismo, o *chalet* e a casa portuguesa aproximam-se como construções sujeitas a processos híbridos, tal como são banalizadas através das mais diversas designações surgidas na imprensa, não sendo possível, a partir de certo momento, distinguir uma de outra. De facto, ambas no seu processo de massificação são uma arquitetura do pitoresco, o que não impede que a literatura recente sobre o tópico e o reexame da cultura moderna venha a reconhecer nestas produções fatores chave de uma mudança no entendimento do projeto e do espaço habitável, em curso na passagem para o século XX. Obviamente que esta leitura recoloca o problema do peso das vanguardas na determinação da construção Moderna e da sua real influência,¹⁰³ que entretanto se vai popularizar exatamente através de modelos híbridos, mais ou menos próximos destas arquiteturas do pitoresco, mas longe das ortodoxias Modernas. Esta outra arquitetura híbrida, estetizada a partir das raízes populares e modernas, sintetiza o debate elitista sobre a identidade e a nacionalidade. Produz uma casa que pretende ser *tipicamente portuguesa*, numa assemblagem, por vezes estruturalmente conservadora, nomeadamente na organização do espaço interior, reflexo também do sistema de valores do encomendante (v. casa Ricardo Severo, 1900; casa F. Formigal de Moraes, 1908).

No contexto português esta edificação que é casa portuguesa, que é *chalet* e que é também moderna, transforma-se num processo seletivo de materiais formais e de memórias visuais, de acordo com o sistema epocal de inclusões e exclusões seguido em todos os domínios da arquitetura. Trata-se de uma operação de portuguesismo inicialmente delineada na matriz do *Picturesque* por

VERNES, Michel, 2006, "Le chalet infidèle ou les dérives d'une architecture vertueuse et de son paysage de rêve", *Revue d'histoire du XIXe siècle*, nº 32 Varia.

¹⁰³ SOLÀ-MORALES, Ignasi de, 2003 (1982), "Clasicismos en la arquitectura moderna", *Inscripciones*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 143-157.

intelectuais que não tinham necessariamente uma ligação com o aparelho de estado, que vai ser apropriada a partir de 1926 com a progressiva afirmação do nacionalismo de estado. Se a ditadura vai querer mostrar distanciamento ao que considerava serem as más práticas na condução das iniciativas de habitação popular da I República (nomeadamente com a liquidação da política de Bairros Sociais, Decreto-lei nº 12.082, de 1926), vai, igualmente, concluir as suas obras, inaugurar bairros anteriormente iniciados e, sobretudo, irá recuperar parte da legislação de 1918 (Decreto nº 16.055 e nº 16.085, de 1926). Também neste momento o Estado tenta retirar-se ou apenas ser parceiro das iniciativas habitacionais que deviam caber aos privados subvencionados fiscal e financeiramente. Face ao fracasso desta conceção, esta ideia será corrigida em 1933 com o programa das Casas Económicas onde se retoma, mantendo a continuidade com anteriores traços, a ideia do portuguesismo da edificação. Como se observa nos estudos sobre o tema, vão materializar-se um conjunto de reportórios nacionalistas entre história, património edificado e tradição popular, através da produção e consumo de novas reconfigurações destes bens culturais.¹⁰⁴ A contrário do anteriormente pretendido, a intervenção na casa económica pelo Estado será entendida como instrumento de poder e a sua mais concreta materialização.

Mas o que julgamos ser primordial no problema da casa portuguesa e do *chalet*, num quadro de afirmação identitária — nacional e, posteriormente, Nacionalista — e do debate da modernidade, é a aceitação de outras possibilidades de pensar a arquitetura e a casa, em consonância com os anseios da sociedade e dos seus habitantes. Para o estudo do problema da habitação torna-se relevante perceber a passagem, já identificada,¹⁰⁵ da experimentação da casa burguesa para a casa popular (e vice-versa) da questão higienista, do conforto ambiental, da relação entre interior/exterior, da redução sucessiva da área edificada até ao ajuste dos dispositivos arquitetónicos às dimensões mínimas. Neste processo a casa e a arquitetura são transformadas num objeto de

¹⁰⁴ FERREIRA, Pedro, 2001, *Teoria da Arquitectura em Portugal, 1935-1945: Debates, Convergências e Dissidências com o Regime Político*, Lisboa, Tese de mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

SOBRAL, José Manuel, 2002, "A formação das nações...", [op. cit.].

Ibid., 1999, "Da casa à nação...", [op. cit.].

LEAL, João, 2010, "Usos da cultura popular", in José Neves (coord.), *Como se faz um povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Fundação EDP, Edições Tinta-da-China, p. 125-137.

¹⁰⁵ RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, *A Casa: arquitetura...* [op. cit.]

consumo para massas. Este aspeto é particularmente visível nas diversas esferas de regulamentação a que são sujeitas as habitações desde meados do século XIX, sendo que em 1903 é produzido, na sequência de um amplo fluxo legislativo, o Regulamento sobre a Construção de Prédios Urbanos e o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas.¹⁰⁶ Contudo, esta passagem — da casa burguesa à casa popular — não deve impedir de verificar uma arquitetura autenticamente moderna, como salienta Carlos Sambricio, inventora de uma *arquitectura social*, que pela primeira vez, em todo o mundo ocidental, projetava para um programa concreto, com um orçamento limitado e para ser edificada com processos precisos, sustentada em novas palavras como economia, sociedade e higiene.¹⁰⁷

É neste contexto que devemos *regressar ao arquivo* e visitar alguns projetos, considerados produções correntes, não plenamente considerados pela historiografia,¹⁰⁸ como no caso de Ventura de Terra com as habitações em série; em Raul Lino com a minimização do espaço habitável na produção de casas ampliáveis; em Marques da Silva com as casas quadripartidas desenhadas a partir da *Cité ouvrière* de Mulhouse,¹⁰⁹ ou ainda de outros, como Adães Bermudes, Carlos Ramos ou Teotónio Pereira. Todos, de alguma forma, como diria José Mattoso, questionando a identidade nacional para a tentarem captar.

A consideração da casa como objeto de consumo, sujeito a mecanismos de produção, repetição e transação, cujo uso é limitado no tempo, ou seja, a casa já não é eterna, abre o debate sobre a habitação — da casa portuguesa, do *chalet* e das suas variantes híbridas mais ou menos modernizantes, destinadas a todos os níveis socioeconómicos (para a burguesia, classe média e proletariado) — a

¹⁰⁶ GONÇALVES, Eliseu, 2010, "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário", in *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*, Porto, FLUP, p. 126-134.

¹⁰⁷ SAMBRICIO, Carlos (coord.), 2003, *Un siglo de vivienda social (1903/2003)*, Barcelona, Editorial Nerea.

DUMONT, Marie-Jeanne, 1991, *Le logement social à Paris 1850-1930: les habitations a bon marché*, Liège, Mardaga.

Ver também o vídeo da comunicação de Marie-Jeanne Dumont:

"L'invention du logement social moderne: des fondations philanthropiques aux cités-jardins", *Conférence sur Histoire du Logement*, Cité de l'architecture & du patrimoine, Collection: Cours Publics - saison 2007-2008.

<<http://bit.ly>> [2012].

¹⁰⁸ RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2005, "«Produções correntes» em arquitetura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX", *NW noroeste. Revista de História*, nº 1, p. 53-80.

¹⁰⁹ GONÇALVES, Eliseu, 2011, "O Bairro do Monte Pedral e o alojamento operário em 1900", in Rui Jorge Garcia Ramos (coord.), *Leituras de Marques da Silva*, Porto, FIMS, p. 100-109.

questões determinantes para a configuração moderna da casa e do seu projeto arquitetónico. Esta entrada da arquitetura na esfera dos objetos de consumo é o pré-requisito, nem sempre explícito, para o alargamento da aceitação popular de uma casa nova (ou em mudança), que extravasa o seu entendimento unicamente como problema arquitetónico. Este contexto parece corresponder à iniciativa de construção de "casas baratas", através de empresas como a Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa que, em 1920, apresenta casas de "estilização nacional" com diferentes programas e dimensões, suportada por legislação de 1918 que incentivava o crédito para construções económicas, ainda na perspetiva, anteriormente referida, de que não caberia ao Estado isoladamente intervir no mercado da habitação. Da mesma forma, ainda se tenta, em 1928, com Salazar e Duarte Pacheco no governo, promover e subsidiar a iniciativa particular de construção e o embaratecimento das rendas de casas e de quartos para a classe média e operária. Falta ainda investigar o modo como esta legislação e outra, nomeadamente referente ao regime de rendas, expropriações e cooperativas, foram decisivas para mercantilização da casa e do seu projeto arquitetónico, impulsionando práticas de promoção imobiliária mas também de alguma investigação tipológica, como a que se regista na conceção de "Casas de 5, 6 e 9 Compartimentos para o Sul do País", no início de década de 30, da autoria de Cottinelli Telmo.¹¹⁰ Estes projetos e outros patrocinados por companhias de seguros e companhias industriais, ao serem operações para obtenção de rendimento, na maioria das vezes variantes à iniciativa do bairro operário e filantrópico, no que se designa *paternalismo industrial*, sugerem não só uma política, escassa e tímida, de apoio à iniciativa privada para a construção de casas económicas, como uma deriva privada de edificação de bairros de rendimento para classes sem rendimento.

¹¹⁰ TELMO, Cottinelli, 1933, [Projeto de Casas com 5, 6 e 9 Compartimentos para o Sul do País], *A Arquitetura Portuguesa*, n.º 6, p. 41-42; n.º 7, p. 55-54; n.º 8-9, p. 70-71.

Notação III (a casa de Salazar)

Em 1926, na sequência do pronunciamento militar que poria termo à I República, é nomeada a comissão liquidatária dos seis Bairros Sociais implementados pelo regime deposto. Desde logo a Ditadura Militar produz legislação para o estabelecimento burocrático do Estado como supervisor da vida nacional, nomeadamente da mobilização política (União Nacional, 1930), dos monumentos e equipamentos nacionais (DGEMN, 1929), das zonas de proteção a edifícios públicos (1932), do gosto e das artes (Conselho Superior de Belas Artes, 1932), do regime de arrendamento e expropriações (1928), das obras de melhoramentos urbanos (1932) e, no campo da habitação, apoiando-se em grande parte na inovadora legislação de 1918.¹¹¹ Com Salazar e Duarte Pacheco tenta-se a resolução da *insalubridade social* da cidade, com medidas legislativas de subsídio a iniciativas privadas e mistas (1928) para a construção de habitação económica, considerando não caber ao Estado assumir por inteiro esse encargo.

Face ao débil resultado desta iniciativa habitacional, em 1933 esta situação seria alterada, com a intervenção do Estado na estrutura de financiamento e na organização dos programas habitacionais, com a implementação do Programa das Casas Económicas (Decreto-lei 23.052) baseado, quer no tipo de casa unifamiliar com logradouro, mas com diferentes áreas habitáveis de acordo com a classe social, quer na propriedade através da renda resolúvel. Desde então a *casa* passa a ser observada como elo fundamental para a política do culto da nação, do Estado forte e da organização corporativa como corolário da institucionalização do Estado Novo.¹¹²

Observe-se como Salazar elaborava essa *casa pilar* de uma identidade nacional e cerne da sua ação política que nunca se alterará. Numa entrevista concedida a António Ferro, Salazar comentava: "trabalho em terra própria é o grande inimigo da taberna".¹¹³ Esta afirmação realizada, quando contemplavam em 1938 o bairro acabado de construir do Programa das Casas Económicas no

¹¹¹ O decreto nº 4.137, de 1918, é considerado uma das primeiras disposições legais sobre o problema da habitação onde se fixa o termo "casa económica" para "classes menos abastadas" referindo os exemplos europeu e norte-americano.

¹¹² LUCENA, Manuel de, 1971, *A evolução do sistema corporativo português*, vol. 1 O Salazarismo, Lisboa, Perspectivas & Realidades, p. 25-88.

¹¹³ FERRO, António, 2003 (1938), "Salazar princípio e fim", in *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora, p. 169.

Alto da Ajuda, em Lisboa, pode clarificar o carácter instrumental atribuído à casa e à propriedade, como dispositivo profilático em relação a maus comportamentos sociais e, também, da importância da dependência económica do seu habitante quando colocado perante a promessa da propriedade da casa, face a uma conduta social e política. De facto, não devemos ignorar que Salazar temia o povo como grupo social que em movimento seria imparável. Nesta perspetiva, faz sentido a adoção de um regime de pequenos proprietários controlados pelo Estado, bem como a adoção da casa unifamiliar contra as más influências dos grandes falanstérios operários, equivalente do povo aglomerado em edifícios de habitação coletiva. Trata-se de um crescente receio do povo que pode ser observado na reorientação estatal de um discurso identitário centrado na cultura popular pitoresca, para outro focado na construção histórica nacionalista representada pelos seus monumentos; ou ainda, na cautelosa implementação do Museu de Arte Popular, criado em 1936, mas sintomaticamente deixado ao quase abandono, como se verifica pela ausência de eletricidade em 1952 e a ruína dos tetos em 1962.¹¹⁴ Ou seja, nas palavras de Salazar, a casa é grande inimigo da revolução:

"Seria possivelmente mais fácil resolver o problema da habitação no sentido vertical, no bloco imenso. Mas a casa pequena, independente, e o sossego, a tranquilidade, o amor, o sentimento justo da propriedade, a família. A colmeia é a promiscuidade, a revolução, o ódio, simultaneamente o indivíduo e a multidão."¹¹⁵

Assim, o esforço para uma resposta identitária através da imagem da arquitetura, apesar das profundas diferenças entre 1918 e 1933, radica mais numa arqueologia seletiva da memória coletiva para a construção de um produto histórico, do que na sua confirmação científica e arquitetónica. Confirmação, aliás, sempre reticente desde as primeiras indagações no século XIX e na passagem para o século XX (cf. Rocha Peixoto, Sousa Viterbo, Júlio Castilho, Joaquim Vasconcelos). Contudo, foi sempre insistentemente procurada e desejada essa origem portuguesa capaz de unir todos. Só com Orlando Ribeiro se assume definitivamente a nossa diversidade (1945) e, mais adiante, José Mattoso confirma-a (1985), identificando Portugal como uma comunidade feita de partes:

¹¹⁴ LEAL, João, 2009, "Da arte popular às culturas populares híbridas", *Resdomus*, Porto, Grupo Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, FAUP, 7 pág.

¹¹⁵ FERRO, António, 2003 (1933), *Entrevistas...*, [op. cit.], p. 169.

"Um país feito de bocados que nada consegue unir. Acontece não só nas estruturas socioeconómicas, mas também na preocupação cultural, cuja «norma» é a «descontinuidade de saltos geracionais» [...]." ¹¹⁶

O programa habitacional das Casas Económicas, ao deslocar para a esfera do Estado a questão da Casa Portuguesa como *casa pilar* do regime, apropria-se da pequena casa e dos seus aspetos pitorescos como forma de legitimação identitária. Se esta casa é, antes de mais, uma das entradas para o problema arquitetónico da habitação nos primeiros anos do século, também é um estereótipo de casa portuguesa que deve parecer-se com a imagem de uma casa, tal como um castelo deve parecer-se com um castelo. Esta arquitetura da imagem nunca pretendeu reproduzir uma autêntica época histórica, até porque essa reprodução não satisfaz as necessidades da vida contemporânea. Pretende antes evocar um certo ambiente caseiro tradicional, uma sólida domesticidade da casa descrita por Bachelard, que conotamos com o nosso passado familiar e com a imagem que temos dessa casa primitiva, supostamente originária:

"De certo modo, isto será ainda equivalente a falar de uma lógica metonímica, segundo a qual um simples vestígio do passado é mais significativo do que uma suposta recuperação da sua integralidade (a qual, na verdade, nunca há de ser mais do que um logro)." ¹¹⁷

Aliás é este sentido que vai orientar, desde 1929, a intervenção da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) na reconstrução de um património monumental em ruínas como parte do reforço do culto da Nação, onde o monumento, ao ser por todos compreendido, legitima o seu papel na singularização de uma identidade nacional. Assim, a ação de DGEMN sobre o edificado pode caracterizar-se como a transformação do edifício ou das ruínas dele num produto historicizável e de fácil consumo, metodologia repudiada repetidamente nos textos e intervenções de Lino. ¹¹⁸

¹¹⁶ MATTOSO, José, 2010, "Uma ideia para Portugal", *Público* (P2), 6 Março, p. 4. [Com citação de Eduardo Lourenço que por sua vez cita Miguel Real].

¹¹⁷ João Paulo de Sousa, *Memória e futuro*, [a propósito da publicação de *Campo Santo*, de W. G. Sebald], *Bolg Da Literatura*, 9 Junho 2008. <<http://daliteratura.blogspot.com/2008/06/memria-e-futuro.html#links>> [2008].

¹¹⁸ Ver, entre outros projetos, a Remodelação da fachada do Banco de Portugal em Évora proposta por Raul Lino (c. 1945) e o artigo:

LINO, Raul, 1936, "Sé do Funchal", *Diário de Notícias*, 3 de Julho, p. 1, 3.

É também este lado metonímico que aproxima diferentes arquiteturas, ao longo do século. Estas arquiteturas, independentemente do estilo, são marcadas por um renovado portuguesismo amalgamado com diferentes formas de olhar a "terra", a sua história e cultura (cf. Lino, Keil, Távora, Teotónio). Mas o êxito da Casa Portuguesa como operação identitária, consolidado pela prática nacionalista e pelo programa das Casas Económicas, demonstra também o empobrecimento deste olhar, expondo o seu lado problemático e desacreditado na apropriação da Cultura Popular.

Mas para se averiguar a extensão e prevalência deste fenómeno impõe-se aprofundar a transformação da ideia de popular ao longo do século e interrogar o que é hoje o popular.¹¹⁹ Se a casa do Conde de Arnoso (1894) representa inequivocamente a apropriação do popular, atualmente a casa em Moledo (1991), de Souto de Moura, poderá representar uma nova forma de apropriação popular? Ou seja, de um popular híbrido oposto a "conceção folclórica das culturas populares"?¹²⁰ Poderá pensar-se num novo *kit* pitoresco em arquitetura? Afinal, trata-se de uma apropriação já encetada pelos meios de comunicação social, com o uso da imagem destas arquiteturas, tal como refere Lahuerta,¹²¹ quando observa um Mies popular... o que poderia levar a pensar num Souto de Moura popular!

Notação IV (a identidade nacional entre nação e nacionalismo)

O debate para uma identidade nacional forjado pelos intelectuais românticos do século XIX e, posteriormente, pelas pesquisas etno-genealógicas que aprofundaram os domínios, material e imaterial, da sua representação na cultura popular,¹²² serão determinantes para o nacionalismo republicano. Mas "o papel da doutrinação e da propaganda republicana na produção dos ingredientes

¹¹⁹ LEAL, João, 2011, "Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à arquitetura Popular.

LEAL, João, 2010, "Usos da cultura popular", in José Neves (coord.), *Como se faz um povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Fundação EDP, Edições Tinta-da-China, p. 125-137. em Portugal", *Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica*, nº 2, p. 68-83.

¹²⁰ LEAL, João, 2011, "Entre o Vernáculo e o Híbrido...", [op. cit.], p. 80-81.

¹²¹ LAHUERTA, Juan José, 2010, "Mies popular", in *Humaredas: Arquitectura, ornamentación, medios impresos*, Madrid, Lampreve, p. 287-339.

¹²² LEAL, João, 2010, "Usos da cultura popular", [op. cit.].

fundamentais do nacionalismo português finissecular",¹²³ referidos por António Costa Pinto e Nuno Monteiro, são não só decisivos na conformação do republicanismo, como permitem, nas décadas seguintes, a construção de diferentes discursos identitários. De forma coerente, durante a República, produziram-se os símbolos e os rituais nacionais portugueses contemporâneos. Este conjunto será ideologicamente tomado pelo nacionalismo totalitário, depois do pronunciamento militar de 1926, ao qual vai conferir um sentido de "regeneração da nação", aspetos recuperados da direita conservadora do início do século, como o Integralismo Lusitano e o movimento católico.¹²⁴ O Estado Novo continua esta apropriação que normaliza e coloca-a no centro da sua ação, interna e externa, enredada pelo característico paroquialismo de Salazar. A ferocidade do tópico da identidade nacional até aos anos de 1960 conduz a "incapacidade (ou a recusa) de considerar a cultura própria no grande contexto",¹²⁵ o que significou, em arquitetura, produções baseadas na imagem e sustentadas em dotes pessoais.¹²⁶ Estas arquiteturas ao reconhecerem, implícita ou explicitamente, a sua fragilidade vão valorizar uma ruralidade pastoril, numa oscilação entre Moderno e regionalista, ou reforçar um historicismo, por vezes, numa encenação monumental.

Neste contexto, em 1933, dá-se início à montagem de uma estrutura rizomática centrada na presença do Estado, no culto da nação e na política corporativa, sustentadas no fortalecimento, clareza e imagem de uma identidade nacional. Em todos os setores da vida nacional se sentirá esta ação "clarificadora", nomeadamente, no campo da arquitetura, quer através de uma progressiva autodisciplina dos arquitetos face às pretensões do regime, quer na intervenção agendada pelo Estado sobre monumentos, equipamentos públicos e programas habitacionais. A organização do Estado, baseada num sistema de

¹²³ MONTEIRO, Nuno G., PINTO, António Costa, 2005, "A identidade nacional portuguesa", in António Costa Pinto (coord.), *Portugal contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, p. 58.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 60.

¹²⁵ Citação de Milan Kundera apresentada na discussão do tema da identidade em: FEIJÓ, António, 2008, "Um feixe de humanidades", António Feijó (com.), *Weltliteratur. Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 8-16.

¹²⁶ BOTELHO, Manuel, 1987, "Os anos 40: A ética da estética e a estética da ética", *RA*, nº 0, Porto, Revista da FAUP, p. 7-10.

poder e controlo, por vezes de imponderável articulação orgânica entre serviços e ministérios, é assente desde 1933 no pilar ideológico do corporativismo.¹²⁷

Para o desenvolvimento dos programas habitacionais, nomeadamente, das Casas Económicas (1933), é atribuído ao Serviço de Construção de Casas Económicas da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) — na alçada do Ministério das Obras Públicas e Comunicações — a condução dos processos de projeto e construção, que se articulam com outras entidades, como as câmaras municipais responsáveis pela aquisição dos terrenos e preparação de infraestruturas financiados pelo Estado. Nesta rede cabe ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) o importante papel de distribuição das casas e, finalmente, à Comissão de Fiscalização das Casas Económicas, entidade estatal e municipal sediada junto das câmaras municipais, o papel de zelar pela obra e assegurar a boa conduta dos habitantes. Mas é significativo verificar que o INTP assume um papel crucial para o controlo da política habitacional ao estar na dependência do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social (em 1950 passará a Ministério) que é tutelado pela Presidência do Conselho. O caminho burocrático do Estado para resolução do problema habitacional, que culmina na entrega da casa aos futuros habitantes, conduz ao centro político de onde emana a ação e o seu controlo. Ou seja, conduz ao topo da hierarquia do Estado personificado no chefe do governo.¹²⁸

Ao serviço desta política está uma orgânica ainda mais extensa, por vezes discreta, noutras vezes fulgurante na dimensão da abordagem e no controlo promovido. Estiveram nela envolvidos vastos setores do Estado,¹²⁹ desde a educação, o licenciamento de espetáculos, a censura, a promoção do lazer, o de

¹²⁷ LUCENA, Manuel de, 1971, *A evolução do sistema...*, [op. cit.].

¹²⁸ Ou seja, a atribuição das casas dependia de Salazar. Mosse salienta o sentido do gosto pessoal do ditador e da sua importância na determinação de uma estética, como no caso de Salazar, mesmo quando formalmente o recusava: "Longe de mim a pretensão ridícula de criar um estilo ou inspirar um estilo. Contentes ficareis se as obras a realizar forem portuguesas e simplesmente belas...".

FERRO, António, 1933, *Salazar: o homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, p. 204.

MOSSE, George L., 1999 (1997), "A estética fascista e sociedade: algumas alterações", in Ruth Ben-Guiat, *A estética no fascismo*, João Sá da Costa, Público, p. 11.

¹²⁹ Ministério do Interior (1927), Ministério da Educação Nacional (1936), Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935), Comissariado Nacional do Emprego (1935), Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social (1933) e o Secretariado de Propaganda Nacional (1933), transformado sucessivamente em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (1944) e em Secretaria de Estado da Informação e Turismo (1968).

controlo do trabalho e assistência social, mas de onde destaca o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN),¹³⁰ dirigido por António Ferro, na articulação de uma "política do espírito". Trata-se de implementar e dirigir uma mobilização nacional e internacional, através de ações diversificadas de comunicação das iniciativas do governo. Esta propaganda do regime vai empenhar-se fortemente na redefinição de uma imagem identitária de Portugal. Revela-se este intuito com inesperado sentido moderno, talvez consonante com a determinação e cosmopolitismo de Ferro,¹³¹ mas só aparentemente estanho à austeridade paroquial de Salazar. Esta estranheza não deve relaxar a importância atribuída por este à necessidade de controlo das massas, dos intelectuais e, particularmente, do povo que temia. Assim, esta "imagem" de propaganda, se é uma construção de Ferro, é também, forçosamente, regida por Salazar, nos seus aspetos ideológicos (como se pode ver pelas suas entrevistas) e orgânicos (como componente do corporativismo onde se integram os programas habitacionais).

Para cumprir o caderno de encargos do regime, Ferro não terá dificuldade (até ao seu afastamento em 1949) em cruzar intervenção artística contemporânea e cultura popular nas campanhas de propaganda, num contrato de modernidade e de legitimação, ambas agora enquadradas política, social e economicamente. Trata-se de uma relação complexa, mas a que todos se dispuseram apesar das vicissitudes entre erudito e popular,¹³² que determinou uma mediática agenda do Estado Novo e das suas realizações para grandiosidade da "alma nacional".

Contudo, a par da ação do SPN tem sido menos referido a importância de outros organismos, como os que tiveram a cargo as obras públicas e a política corporativa, responsáveis pelo enquadramento legal e, em algumas situações, financiamento, projeto e construção de diversos programas de habitação e do património edificado. Só através da leitura dinâmica do conjunto da ação governativa (o que não significa a sua articulação ou cooperação internas) se

¹³⁰ Depois de 1945 será designado Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

¹³¹ Esta dúvida pode ser equacionada pela apresentação, em 1943, das alterações da decoração sua casa, como exemplo do abandono de linhas mais modernizantes a favor de outras conservadoras.

MASCARENHAS, Domingos, 1943, "A casa de António Ferro", *Panorama*, nº 18, p. 21-55.

¹³² Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política de Espírito» 1933-1949*, Lisboa, Estampa, p. 115.

pode perceber a relação entre propaganda e habitação, como faces de uma mesma moeda. Assim, se é no SPN que se põem em marcha as campanhas de mobilização social, é através da tutela das Corporações, da Previdência Social e das Obras Públicas que se concretizam as políticas através do sistema educativo, da regulação de salários e preços, do controlo do trabalho e, especialmente, através dos programas de habitação, dos Grémios e Casas do Povos e Casa dos Pescadores com as respetivas juntas centrais, mas também das sociedades de recreio, das fundações, etc.¹³³

A ação do SPN terá a pretensão de vincular a um projeto global o povo, a classe média e, particularmente, os intelectuais. Tratou-se também de uma inédita solicitação da produção artística e arquitetónica, que representou a sua apropriação controlada com a implementação da censura e de outros mecanismos de condicionamento assentes em preceitos de conduta e bom gosto, na institucionalização da cultura popular e na exaltação da história, numa tentativa de legitimação política e moral. Este "programa cultural cooperativo"¹³⁴ será suportado, até ao fim da II Grande Guerra, pelo nacionalismo económico capaz de gerar uma grande acumulação de capital,¹³⁵ como veremos, fonte indispensável para a intervenção na década de 40.¹³⁶ Todas estas frentes, cuja atuação será pouco contestada (v. Exposição do Mundo Português), formalizavam um "estado novo" no pressuposto de um consenso interclassista e desideologizante, real ou tácito,¹³⁷ regenerador da nação em torno de afirmação "genuína" da nossa identidade.¹³⁸

Quando decorria a II Grande Guerra (1939-1945), Salazar encena a nacionalidade lusíada com a Exposição do Mundo Português (1940), campo de observação privilegiado da situação vivida, particularmente para o entendimento das condições de produção arquitetónica e das suas implicações no domínio dos programas habitacionais.

¹³³ MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ ROSAS, Fernando, 2000, *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*, Lisboa, Editorial Notícias.

¹³⁶ LUCENA, Manuel de, 1971, *A evolução do sistema...*, [op. cit.].

¹³⁷ Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), "Modernidade e tradição: algumas reflexões em torno da exposição do Mundo Português", in António Costa Pinto (et. al.) (org.), *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*, vol. 2, Lisboa, Estampa, p. 177-185.

¹³⁸ ROSAS, Fernando, 1994, "O Estado Novo (1926-1974)", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa.

Não existem dúvidas que esta iniciativa expositiva sempre foi clara e publicamente assumida como um instrumento de propaganda, indo mais longe neste objetivo do que era suposto esperar no seu tempo, aspeto comumente deturpado pelos olhos de hoje quando se observa a cenografia erguida por arquitetos e artistas plásticos. Ao detalhar estes aspetos, Jorge Ramos do Ó refere que políticos, organizadores e artistas estavam cientes disto, nos discursos proferidos tinham ideias precisas e claras referentes ao tema e conceitos que envolviam a participação dos artistas e da sua arte — o que corresponde à colaboração na montagem da Exposição de quase todos os artistas outrora ligados, quer ao debate das vias para a modernidade, quer a correntes conservadoras e historicistas.¹³⁹ O seu inquérito das fontes, tal como já o fizera José-Augusto França,¹⁴⁰ permite-lhe constatar que não se encontra uma orientação estética, mas sim uma orientação temática aberta a variantes:

"(...) quantas as que os arquitetos individualmente souberam encontrar no diálogo que estabeleceram entre as formas modernas e «clássicas». O que se lhes pede é que usem o seu programa moderno num novo sentido; que o repensem. Como é sabido, a ideia funcionalista que repousa numa articulação estreita entre a forma e a função foi a grande novidade que a arquitetura modernista trouxe. Ora, uma vez que os objetos centrais da exposição remetiam incessantemente para a tradição e história, a arquitetura não podia deixar de os refletir na sua aparência, na sua forma."¹⁴¹

Contudo a sua leitura vai mais longe, identificando aspetos determinantes para a produção de uma arquitetura híbrida que tenta ser, simultaneamente, a tradução de uma identidade nacional e modernizante:

"Por outro lado, esta orientação podia coincidir ainda com uma vontade sentida pelos próprios arquitetos de, após terem melhor ou pior assimilado as propostas da corrente modernista internacional (que entrou em Portugal nos anos 20), as adaptarem a um suposto ambiente nacional. Neste sentido, a exposição surgia como um bom campo de ensaio e um espaço de reflexão."¹⁴²

Em sintonia parece estar Raul Lino que, em 1942, numa entrevista à emissora alemã de ondas curtas, aponta a mesma hipótese para intervenção dos

¹³⁹ Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), "Modernidade e tradição... [op. cit.] p. 179.

¹⁴⁰ FRANÇA, José-Augusto, 1984 (1974), *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Bertrand, p. 219-225.

¹⁴¹ Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), "Modernidade e tradição...", [op. cit.], p. 183.

¹⁴² Idem.

arquitetos na referida Exposição, na sua assumida contenda com a arquitetura moderna:

"Ocasão única que o Estado Novo ofereceu aos artistas mais jovens para mostrarem do que seriam capazes (...) Os jovens artistas (que o quiseram) aproveitaram o excelente ensejo para se despojarem de vez do sortilégio da arquitetura internacional que exalçava a pura insignificância plástica como condição primária de qualquer obra arquitectónica de tomo..."¹⁴³

Parece, assim, que a questão de uma arquitetura como componente da política corporativa e nacionalista não foi levantada pela maioria dos arquitetos. Ou seja, face às circunstâncias políticas e nacionais (na falta de uma produção industrial e de clientes esclarecidos que suportem um projeto modernizante), os arquitetos aceitaram os motivos para o apertuguesamento do espaço, da fachada e do detalhe. Pode perguntar-se se este nacionalismo erguido, por exemplo, na Exposição e na Praça do Areeiro, em Lisboa, ou na Cidade Universitária, em Coimbra, com a pretensão de uma identidade nacional genuína, alavanca a urgência da reflexão crítica ao moderno produzida no final da década de 40? Contudo, a arquitetura neste período nunca formalizou uma unidade de ação,¹⁴⁴ nem o regime consolidou uma só imagem de propaganda, como resulta patente no "compromisso" gerado e mantido durante a direção de Ferro no SNP.

Mas no plano político está a operar-se uma mudança significativa. Se o pitoresco da cultura popular e sua normalização servem, num primeiro momento até aos anos de 1940, a lógica de afirmação de uma identidade nacionalista totalitária não se pode reter na contemplação das expressões culturais do povo, subtis e vastas nas pregas do tempo, mas antes na afirmação do povo como modelo único. Ou seja, o povo do Estado deve ser um grupo

¹⁴³ LINO, Raul, 1942, *Algumas considerações sobre a Arquitectura Alemã Contemporânea*, Coimbra, Publicação do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, p. 8.

¹⁴⁴ Ao contrario da arquitetura do III Reich, com considerável presença, particularmente, em 1941 com a exposição e publicação do catálogo *Moderna Arquitectura Alemã* de Albert Speer. Situação semelhante é apontada em Espanha quando a mesma exposição lá se apresentou:

GRIJALBA BENGOTXEA, Alberto, 2002, "Del campo a la ciudad. Los frenéticos cincuenta", in José é Manuel Pozo, Ignasi López Trueba (coord.), *Actas III Congreso Internacional Arquitectura, ciudad e ideología antiurbana*, Pamplona, T6) Ediciones, Departamento de Proyectos. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Navarra, p. 107-113.

étnico viril cuja glória é petrificada nos monumentos e construída numa narrativa nacional que importa, inequivocamente, erguer, comunicar e seguir.¹⁴⁵

A política de propaganda, ao acompanhar esta situação, vai também modificar-se; o anterior mecenato do SPN, até 1940, não pressupunha o abandono pelos artistas e arquitetos das suas referências estruturantes; posteriormente, irá verificar-se a sua chamada para junto do regime, o que reforça o condicionamento sociopolítico, direto e indireto, levando a clivagens profissionais dentro da classe dos arquitetos. Estes vão sentir a pressão, por vezes o veto para o redesenho à "estado novo", o que ergue uma arquitetura austera e monumental, fortemente simbólica da linha governativa. Esta arquitetura construída pelo Estado Novo na década de 40, mas nunca formalmente teorizada, produziu edifícios tradicionais reconhecíveis por todos, umas vezes como reprodução sem qualidade arquitetónica de estereótipos formais, outras vezes, apesar de tudo, traduziu adequação ao programa e pragmatismo construtivo a par da defesa de uma ética profissional e singular resistência (v. Parque Florestal de Monsanto, Keil do Amaral com Alberto Pessoa e Hernâni Gandra, 1941). Estas condicionantes terão necessariamente implicações no processo de realização do projeto,¹⁴⁶ levando à oscilação entre desenhos distintos, desde o pitoresco regionalista, o clássico monumental, até ao moderno (v. Cristino da Silva). Este aspeto, que também tem raízes na formação e no domínio da sua história pelos arquitetos, transforma-se inevitavelmente numa questão de sobrevivência do atelier. Mas estas clivagens entre arquiteturas e entre arquitetos encerram uma problemática identificada na dúvida colocada por Portas: "quem representava melhor a tentativa de controlo ideológico da arquitetura: Raul Lino ou Cottinelli Telmo?"¹⁴⁷

O mapear destas circunstâncias, no final da década de 40, permite atender à aceitação tácita da possibilidade de uma arquitetura regional, isto é, híbrida, portuguesa mas também modernizante, reconhecida como "português suave" numa transformação contemporânea e heterogénea do anterior *estilo*

¹⁴⁵ MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e Cultura Popular...*, [op. cit.], p. 54.

¹⁴⁶ A alteração das rotinas dentro dos ateliers, observadas por vários autores (de Hitchcock a Federico Bucci), acompanham a necessidade de responder a diferentes contextos com diferentes arquiteturas.

¹⁴⁷ PORTAS, Nuno, 1982, "Arquitectura e urbanismo na década de 40", in Fernando Azevedo (com.), José-Augusto França (prog.), *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. 6, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 35.

português.¹⁴⁸ Esta observação, para além de reconhecer a continuação da massificação popular de Casa Portuguesa, é significativa, em algumas situações, como *pièce de résistance*, quer politicamente como oposição ao regime, quer arquitetonicamente (v. Casa Afonso Barbosa, 1941, Pousada de Salamonde, 1949, Januário Godinho; Bloco da Carvalhosa, Arménio Losa, 1945; Clube de ténis do Monsanto, Keil do Amaral, 1947; Igreja de Águas, Nuno Teotónio Pereira, 1949) como dupla interrogação à arquitetura mais ortodoxa do Movimento Moderno e ao pitoresco patrocinado oficialmente.

É neste sentido que seguem os textos de Keil do Amaral, *A Arquitetura e Vida* (1942) e "Uma iniciativa necessária" (1947), e de Fernando Távora, *O Problema da Casa Portuguesa* (1945 e 1947). Os seus objetivos são concomitantes, Keil reivindica a necessidade de ir novamente ao encontro das raízes populares (base do que viria a ser o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, 1955-1960), verdadeiro princípio para uma renovação da arquitetura; Távora defende a autenticidade com a circunstância nacional para renovar a arquitetura de hoje; ou seja, ambos os arquitetos propõem o conhecimento das formas de vida e das condições de habitação para o aprofundamento de uma identidade cultural portuguesa e renovação da arquitetura Moderna.¹⁴⁹

Na passagem para a década de 1940 está-se perante outro entendimento das questões da identidade, da nacionalidade e dos processos de propaganda, aspetos que irão refletir-se no campo da habitação. Verifica-se outro enquadramento do problema habitacional, quer através da definição legal (mais

¹⁴⁸ Não se adota aqui a designação de Português Suave estabelecida por José Manuel Fernandes, em 2003, que identifica esta arquitetura com as marcas formais do Estado Novo. Sem recursar esta identificação, inclui também outras produções, quer na linha do pitoresco anterior, dos historicismos arqueológicos, quer, ainda, da renovação e crítica moderna. Parece ainda que esta abrangência pode desfazer o equívoco da expressão, aliás como José Manuel Fernandes, João Vieira Caldas e Nuno Teotónio Pereira fizeram notar no programa de rádio *Encontros com o Património*, dedicado ao Português Suave, transmitido pela TSF em 28 de Março de 2009.

FERNANDES, José Manuel, 2003, *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.

¹⁴⁹ Bandeirinha verifica uma conjugação pertinente de sentidos nestas edições, salientada pela participação "ausente" destes arquitetos no I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, onde apontam, informalmente, a necessidade de outro entendimento do moderno em arquitetura e na cultura portuguesa, aspeto lateral ao congresso.

BANDEIRINHA, José António, 1996 (1993), *Quinas Vivas*, Porto, FAUP publicações.

Ver também sobre este assunto e as suas repercussões:

FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral Santos, 2011, *A escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de escola*, Tese doutoramento em Arquitectura (Área de conhecimento em Teoria e Projecto), Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, *A Casa...*, [op. cit.], p. 272-286.

do que política) dos modelos habitacionais, nomeadamente o número de pisos que é possível edificar, quer através da atenção dada às características espaciais da casa como tradução de modos de vida. Se o modelo da casa unifamiliar campesina é assegurado pelo regime, desde 1933 até 1972, através do programa das Casas Económicas, a partir de 1945, irá passar a coexistir com o programa das Casas de Renda Económica, que vai permitir outros tipos arquitetónicos, em especial, o edifício de habitação coletiva em altura.

A grande quantidade de legislação então produzida e de organismos a intervir no domínio da habitação, repartidos por diferentes tutelas, como já referimos, revela sintomas da incoerência orgânica vivida pelo Estado centralista,¹⁵⁰ que apesar das reorganizações não conseguirá resolver o problema da habitação, nem do desenvolvimento português.¹⁵¹ A dificuldade sentida, mesmo depois de 1945, é o resultado de uma conceção normalizadora da vida das classes trabalhadoras e, em sentido amplo, da imposição, a todo custo, modelo social corporativo. Nesta perspetiva, através do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), o Estado pensa a questão habitacional, antes de mais, como acesso a uma regalia, que privilegia a classe média que suportava o seu aparelho. A resposta à carência de casa das classes desfavorecidas, dos operários, camponeses e pescadores, é muito limitada, encontrando alguma ação em programas como o das Casas Desmontáveis (1938, destinado a desalojados de bairros insalubres a demolir) e o das Casas para Famílias Pobres (1945, vocacionado para desalojados por trabalhos de urbanização) ou ainda através das Casas do Povo (1933), da Junta de Colonização Interna (1936) e das Casas dos Pescadores (1937) que exercem a política corporativa da "domesticação escalonada e bem assente da luta de classes".¹⁵²

Entre 1933 e 1972 este conjunto heterogéneo de programas vai erguer um elevado número de habitações em Portugal que importa investigar de forma sistemática e numa dinâmica global.¹⁵³ Contudo, podemos desde já avançar que

¹⁵⁰ Em 1950 procedeu-se a alguma reorganização governamental com atribuição de estatuto de Ministério ao Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social e criaram-se mecanismos de articulação interministerial; em 1953 elabora-se o I Plano de Fomento, que não aborda questões sociais, contudo o Estado não abandona a sua dominação autoritária, com um reformismo muito pouco consequente.

¹⁵¹ MURTEIRA, Mário, 1979, *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e o modelo português*, Lisboa, Presença.

¹⁵² LUCENA, Manuel de, 1971, *A evolução do sistema...*, [op. cit.], p. 102.

¹⁵³ É importante fazer avaliação desta questão, nomeadamente da dimensão dos programas nas suas diferentes perspetivas, política, arquitetónica, social e territorial. Nesse sentido está em

será necessário reavaliar o impacto na sociedade portuguesa atribuído ao modelo corporativo, nas suas diferentes etapas, observando a sua estreita relação com a previdência social e com os programas habitacionais.¹⁵⁴ O que não coloca em causa a continuação, por outros meios, de velhas políticas.¹⁵⁵

A casa e o bairro, patrocinados pelo Estado como sinal de um Portugal trabalhador ordeiro e virtuoso, conjuntamente com os seus monumentos reconstruídos, ofereciam à propaganda nacionalista a imagem perfeita. Contudo, se a concertação da monumentalização (v. Cidade Universitária de Coimbra, 1943), da encenação (v. Exposição do Mundo Português, 1940) e do condicionamento social (v. programas habitacionais: Casas Económicas, 1933; Casas de Renda Económica, 1947) foram determinantes para um primeiro momento da política nacionalista estruturada em representações identitárias, no final do anos de 1940 esta política já estava esgotada. Mesmo o discurso oficial em redor da "casa" e dos seus valores fundamentais perde importância. O aumento das assimetrias sociais e a carência de habitação irão forçar a inevitabilidade da aceitação de habitação plurifamiliar em altura. Aspetos que, ao serem cruzados com transformações no plano económico, delineiam condições para outra cultura arquitetónica na resposta ao problema da habitação que, no seio do programa Casas de Renda Económica (CRE), se concretiza com a intervenção das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência (1946).

curso o projeto de investigação multidisciplinar "Mapa da habitação: programas habitacionais no século XX português" do grupo Atlas da Casa, no Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU-FCT) da FAUP.

¹⁵⁴ Se esta interpretação subscreve a leitura do sistema corporativo e da sua evolução presente no estudo de Manuel Lucena, levanta dúvidas à avaliação apresentada por Rui Ramos quando refere por exemplo: "O plano corporativo nunca foi realizado. Foram sobretudo as corporações económicas que se desenvolveram, e mesmo essas só a um nível básico. (...) O seu alcance foi reduzido." Parece-nos que não se está a avaliar plenamente a mais significativa das intervenções no plano corporativo realizada através dos diferentes programas habitacionais patrocinados pelo Estado. Se de 1933 até 1946 a ação das corporações carece ainda de verificação detalhada no domínio da habitação, depois de 1946, com a aprovação dos estatutos das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência (com Teotónio Pereira desde 1948), e de 1958, ano da publicação da Lei do programa das Casas Construídas ou Adquiridas através de Empréstimo e da entrada de Braula Reis para HE-FCP, os programas habitacionais foram significativos pela sua dimensão e acuidade na estratégia entre tipo arquitetónico e orientação política. Por isto é fundamental voltar a observar o plano corporativo na sua estrutura funcional e abrangência de intervenção.

LUCENA, Manuel de, 1971, *A evolução do sistema...*, [op. cit.].

RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2009, *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, p. 645.

¹⁵⁵ LUCENA, Manuel de, 1971, *A evolução do sistema...*, [op. cit.], p. 185.

Notação V (da «política do espírito» à nova paisagem)

Com o final da II Guerra Mundial (1939-1945), perante o novo cenário geopolítico internacional (v. Nações Unidas, 1945), o Estado Novo é forçado à alteração da retórica e ação. Está confrontado, por um lado, tanto com a emergência dos Estados Unidos da América, símbolo de um estilo de vida e da democracia, como com as imagens de prosperidade dos países em reconstrução devastados pela guerra; por outro lado, o país encontra-se dividido entre as adversidades do povo e as condições de vida da classe média, com o acesso recente aos bens de consumo e ao lazer divulgados em imagens de propaganda (v. Pousadas).

O modelo económico e social do Estado Novo (v. Lei de Reconstituição Económica, Maio 1935), base das campanhas de propaganda de restauração nacionalistas, passou a ser visto não como uma inevitabilidade para o país face às anteriores *condições adversas* registadas na economia e na sociedade, mas, pela primeira vez, como razão do subdesenvolvimento em que se encontrava Portugal.¹⁵⁶ Neste contexto, as tentativas de redefinição, sobretudo, da política socioeconómica, embora não rejeitassem o controlo social num modelo corporativo, passavam pelo distanciamento da anterior imagem de propaganda e da "política do espírito". Passava esta política, sobretudo depois de 1950, por difíceis tentativas de agilizar um estado centralizado mas espartilhado pela burocracia,¹⁵⁷ para tentar um melhor domínio da sua intervenção, o que agudizaria a contradição da formação social portuguesa que conduz à explosão de 1974.¹⁵⁸

¹⁵⁶ PEREIRA, Raúl da Silva, 1994, "Adérito Sedas Nunes: no final do século", *Análise Social*, nº 125-126, p. 5-8.

MURTEIRA, Mário, 1979, *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e o modelo português*, Lisboa, Presença.

¹⁵⁷ Ver, por exemplo, em 1942, a reorganização do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) em Direção-Geral que passou a englobar os Grémios, os Sindicados e as Casas do Povo (Decreto-Lei nº 32.443, de 24 de Novembro); em 1944, a fusão dos serviços da Direcção dos Melhoramentos Rurais e da Secção de Arruamentos (Junta Autónoma das Estradas), da Secção de Melhoramentos Urbanos (DGEMN) e da Secção de Melhoramentos Águas e Saneamento (Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos) origina a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (Decreto nº 34.337, de 27 Dezembro de 1944) no MOPC com as competências herdadas na conceção, orientação e fiscalização da construção no âmbito de alguns programas habitacionais, como, entre outros, Casas Económicas, Casas para Famílias Pobres e Casas de Pescadores; ou, ainda, em 1950, a passagem, com todas as competências, do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social para Ministério (Decreto-Lei nº 37.909), posteriormente, em 1973, para Ministério das Corporações e Segurança Social (Decreto-Lei nº 584).

¹⁵⁸ PEREIRA, João Martins, 1971, *Pensar Portugal hoje*, Lisboa, Dom Quixote.

Esta passagem é marcada, antes de mais, pela emergência da luta contra a ditadura acompanhada pelo recrudescimento do controlo policial e da censura, mas também pelo confronto político dentro do aparelho de Estado, onde se perspetivam diferentes caminhos a seguir. Trata-se de uma inevitabilidade assumida politicamente que, mais uma vez, põe lado a lado diversos entendimentos de progresso. Pode ser clarificador deste momento o confronto entre António Ferro e Ferreira Dias (1900-1966), analisado por Jorge Ramos do Ó como desvalorização da "política do espírito", da década anterior, para o patrocínio de outro tipo de *progresso e obra pública*,¹⁵⁹ dicotomia essencial na compreensão dos caminhos seguidos pela habitação programada.

No livro de Ferreira Dias, *Linha de Rumo: Notas de Economia Portuguesa* (1945),¹⁶⁰ galardoado pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) em 1946 (prémio Anselmo de Andrade), encontra-se um ataque frontal à política de articulação do "antigo" e do "moderno" conduzida por Ferro. Ainda segundo Ramos do Ó, Ferreira Dias afirma nesse livro, não compreender, "mesmo com esforço", a glorificação da aldeia de Monsanto "como modelo de povoado", considerando-a "uma aldeia suja e rude".¹⁶¹ Mas o seu ataque será ainda mais violento quando recorda com "deceção profunda" a visita ao Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937,¹⁶² onde encontra uma exposição atulhada de "formas toscas" — "bordados rústicos, bilhas de Estremoz..." — que nele "tomavam o aspeto duma civilização inferior, próprias de gentes de pele pigmentada". Em 1950 Ferro respondia-lhe, ao apresentar outra face do progresso, que também antes de assumir a "cruzada nacional" do salazarismo se fascinara com a civilização dos arranha-céus, mas atualmente já não trocava "a ponte suspensa de S. Francisco" pelo "castelo de Guimarães".¹⁶³

A crítica à *paisagem rural* e ao *pitoresco*, romântico e oitocentista, corresponde à defesa do desenvolvimento industrial e económico do país,

¹⁵⁹ Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política de Espírito» 1933-1949*, Lisboa, Estampa.

¹⁶⁰ O volume I é redigido em 1945, no seguimento das funções de Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria (1940-1944); o volume II será publicado postumamente em 1998.

¹⁶¹ Citação do livro *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa* (1945), de Ferreira Dias em: Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), *Os anos de Ferro...*, [op. cit.], p. 195.

¹⁶² Projeto de arquitetura de Keil do Amaral, sendo comissário da exposição António Ferro.

¹⁶³ Citação de António Ferro, "O Antigo...", in *Prémios Literários (1934-1947)*, (SNI, 1950) em: Idem.

focado nas grandes obras públicas, nomeadamente, na urgente eletrificação nacional, da qual Ferreira Dias, engenheiro formado pelo Instituto Superior Técnico, é mentor e um dos principais responsáveis desde a década de 30.¹⁶⁴ O confronto da *ponte em aço* e do *castelo em granito* reproduz, dentro do regime totalitário, a dúvida entre progresso *maquinista* e *culturalista*, debatida ao longo do século, em diversos contextos: na Questão Coimbrã, entre Terra e Lino, ou, como seguidamente acontecerá, entre Modernos e os seus críticos. Mas as barragens irão ser inevitavelmente construídas, na tentativa de eletrificação do país, pelos engenheiros formados durante o regime...

Em 1945, como refere França, "a vida portuguesa foi revolucionada pelo reflexo dos acontecimentos internacionais e uma oposição política desenhou-se inesperadamente, com um vigor que abalou as próprias instituições cimentadas ao longo de vinte anos de ditadura".¹⁶⁵ Também os artistas apoiados pela "política do espírito" vão assinar documentos oposicionistas, atitude que amplia a desconfiança contra Ferro e o seu isolamento interno. A seu favor só contava com a confiança pessoal de Salazar que lhe devia a mitificação internacional. Contudo a situação revela-se insustentável.

Um sinal de mudança impõe-se com a reforma do SPN (1945) sob a pretensão de alargar a sua ação, passando a designar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), e prossegue com o afastamento compulsivo de Ferro para a legação portuguesa em Berna (1949), morrendo a redigir o livro *Saudade de Mim* (editado postumamente em 1957). A mobilização nacionalista, traçada por Salazar e conduzida por Ferro, será secundarizada e banalizada pelos novos serviços de propaganda, agora mais empenhados noutras atribuições, como a censura (1952) ou a credibilidade da imagem internacional (1953), configurando-se também outro figurino para a identidade nacional.

Ao longo da década de 40 o Estado está perante um modelo de afirmação em desgaste. Neste contexto realiza-se, em 1948, o I Congresso Nacional de Arquitectura, o que consubstancia a defesa da arquitetura moderna contra o

¹⁶⁴ Integra diversos organismos relacionados com a concepção técnica e legal da eletrificação nacional desde 1930, foi subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria (1940-1944) e ministro da Economia (1958-1962), sendo da sua autoria as leis da Electrificação do País (Lei nº 2002, promulgada em Dezembro de 1944) e do Fomento e Reorganização Industrial (Lei nº 2005, de Março 1945).

¹⁶⁵ FRANÇA, José-Augusto, 1984 (1974), *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Bertrand, p. 208.

"estilo português", abrindo a possibilidade do inquérito à arquitetura regional com apoio governamental.¹⁶⁶ No mesmo ano ocorre o II Congresso Nacional de Engenharia. Ambos os congressos em consonância com a exposição *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947*, inaugurada também em 1948, iludem uma abertura do regime que não se verifica, permanecendo uma afirmação identitária que continua a ambicionar unir todos num projeto corporativo inscrito na ditadura. Contudo, ao interpretarmos a apresentação enfática na Exposição das *grandes obras públicas*, das barragens, dos planos de urbanizações e dos bairros modernos e já não só de pequenas *casas pitorescas*;¹⁶⁷ ou ainda, no Congresso dos arquitetos, a conclusão da necessidade de uma arquitetura moderna, estamos perante uma atualização dos sistemas de representação identitária, do Estado e dos arquitetos, que, contudo, continuam a subscrever em rotas divergentes o aproveitamento do popular, como legitimação nacionalista ou como defesa de uma arquitetura moderna.

Na década de 50, com a quebra de alguns aspetos da política isolacionista e com a modernização das infraestruturas e da atividade económica, de acordo com um modelo centralista, o Estado vai debater-se com uma identidade multicontinental e com a defesa da unidade política dos territórios coloniais, face aos movimentos europeus para a descolonização. O desinvestimento ideológico no povo, que acompanha o fim da intervenção de Ferro, patrocina uma reorientação nacionalista, através da banalização do popular.¹⁶⁸

Trata-se do fecho de um tempo longo, apropriado pelo regime, centrado na retórica do pitoresco/nacionalista e da pastoral vida no campo. Agora o campo, as serras e os vales vão dar origem a paisagens diferentes com os diques de betão para as centrais hidroelétricas (v. Exposição *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947*, 1948). Nesta outra *paisagem* organiza-se a oposição política e social ao regime, com a mobilização de trabalhadores e intelectuais, e com a abertura, pela primeira vez, da universidade às ciências sociais (embora o seu ensino só seja permitido em 1974), onde se registará o subdesenvolvimento

¹⁶⁶ FRANÇA, José-Augusto, 1982, "O I Congresso Nacional de Arquitectura", in Fernando Azevedo (com.), José-Augusto França (prog.), *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 132-133.

¹⁶⁷ A exposição, realizada no Instituto Superior Técnico em Lisboa, pretendia evidenciar as grandes obras do Estado Novo em três grandes áreas: urbanização, hidráulica e comunicações.

¹⁶⁸ MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

português.¹⁶⁹ O povo e a cultura popular serão agora solicitados para legitimar esta luta.

A constatação desta passagem para a década de 50 impõe um novo olhar sobre as décadas anteriores, quando Ferro incorporava ordenada, hierarquizada e controladamente as propostas formais do moderno e da tradição popular, equilibrando tendências, só pontualmente divergentes, na condução da "política do espírito". A reunião patrocinada já então selava uma vontade implícita ao regime, glorificadora da nação e dos valores ideológicos de Salazar. Como veio a verificar-se em 1940, ao aceitarem a proposta e ao participarem na Exposição do Mundo Português, os arquitetos alimentaram a representação de um autoritarismo como força portadora de futuro, utilizando os traços da modernidade artística. Se a proposta era sincera, como salienta Ramos do Ó, vem mostrar também os limites deste inusitado convívio. Tradição e modernidade não eram incompatíveis, mas associadas à veneração pelas raízes históricas e ao conservadorismo político, levaram à perda definitiva das bases de argumentação moderna/funcionalista de posições anteriores (v. Cristino da Silva).¹⁷⁰

Neste xadrez desenham-se alguns dos motivos para a necessidade e aceitação de outro tipo de resposta ao problema da habitação, consonante com um olhar tecnocrata, sobretudo atento ao desempenho e eficácia das soluções. Nesta perspetiva enquadram-se diversas incitativas legislativas que, em 1945, com as Casas de Renda Económica (CRE) e depois, em 1947, com as Casas de Renda Limitada (CRL), vão tornar possível outro modelo de programa habitacional. A nova legislação passa a prever o regime de arrendamento, já não a propriedade resolúvel como em 1933 com as Casas Económicas (CE), e liberta a construção do condicionalismo da edificação unifamiliar e da limitação do número de pisos. Esta nova disposição legal terá o cuidado de não questionar o modelo das CE, mantido até 1972, evitando assim questionar um dos pilares do regime e da sua mitificação.¹⁷¹ Aspeto que permite, cautelosamente, a

¹⁶⁹ PEREIRA, Miriam Halpern, 2005, "A História e as Ciências Sociais", *Ler História*, nº 49, Lisboa, Associação de Actividades Científicas, ISCTE, p. 5-29.

MACHADO, Fernando Luís, 2009, "Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia*, nº 19, p. 283-343.

¹⁷⁰ Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), *Os anos de Ferro...*, [op. cit.], p.127, p. 180 e segs.

¹⁷¹ As circunstâncias desta produção legislativa, particularmente relevantes, estão a ser investigadas no âmbito da tese de doutoramento de Maria Tavares e do projeto de investigação

coexistência (ou escolha) entre a habitação unifamiliar e coletiva,¹⁷² como já se tinha verificado na passagem para o século XX,¹⁷³ numa dialética de modelos de sociedade que asseguram a autonomia familiar, ancorada nos valores da ruralidade, e a massificação do alojamento, apelando aos valores urbanos de comunidade, *num jogo que mistura ideologia com o pragmatismo da construção da cidade*.¹⁷⁴

Neste contexto, em 1946, será permitida a aplicação do capital acumulado das instituições de previdência na construção de habitações. No mesmo ano, com a aprovação dos estatutos das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência (HE-FCP), parecem estar criadas as condições para uma diferente resposta arquitetónica ao problema da habitação. A intervenção das HE-FCP virá a ser inequivocamente moderna o que, embora não substituindo as CE, permitirá adotar outras formas de intervenção arquitetónica.

As circunstâncias históricas do regime e os instrumentos — legais, institucionais e arquitetónicos — facultam a mudança, contudo não se compreenderia a sua profundidade sem considerar que a montagem, em 1948, do serviço das HE-FCP foi assegurada e conduzida durante 10 anos por Nuno Teotónio Pereira.¹⁷⁵ Para isto, é necessário observar as implicações que teve na organização e nas metodologias da intervenção deste programa habitacional moderno na globalidade da sua ação de arquiteto.

"Mapa da habitação: programas habitacionais no século XX português" do grupo Atlas da Casa, no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU-FCT) da FAUP.

¹⁷² Adotam-se os termos "unifamiliar" e "coletiva" como referência, respetivamente, à política familiar da CE e à possibilidade moderna aberta pelos outros programas, já não centrada somente na questão familiar.

¹⁷³ Passagem observada na investigação em curso sobre os Bairros de Habitação Popular no Porto no início do século XX, conduzida por Eliseu Gonçalves, no âmbito da sua tese de doutoramento e do projeto de investigação "Mapa da habitação: programas habitacionais no século XX português" do grupo Atlas da Casa, no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismos (CEAU-FCT) da FAUP.

¹⁷⁴ Aspecto permanente desde o início do século XX confirmado pela investigação conduzida por Eliseu Gonçalves sobre a habitação popular no Porto entre 1899 e 1933.

¹⁷⁵ Ver, sobre esta dimensão:

TAVARES, Maria, 2012, "Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas da Federação de Caixas de Previdência", in *Habitação para o maior número: Portugal Anos de 1950-1980*, IHRU, p. 10-35 [no prelo]

Notação VI (do programa habitacional moderno ao "sítio onde se regressa")

No final de 1946 arranca a edificação das primeiras células habitacionais do Bairro de Alvalade¹⁷⁶ através de um contrato de partilha de responsabilidades entre a Câmara Municipal de Lisboa (urbanização) e a Federação das Caixas de Previdência (edificação). Em conformidade com o programa das Casas de Renda Económica são realizados nove projetos com três variantes por Miguel Jacobetty Rosa, arquiteto da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras da CML. A construção dos edifícios vai decorrer em conjunto com os trabalhos de urbanização da CML e onde participa o engenheiro Guimarães Lobato com a colaboração do arquiteto estagiário Nuno Teotónio Pereira. Como é referido por Maria Tavares, o início da obra de Alvalade constitui uma experiência determinante para a montagem operacional das HE-FCP, em 1948, por Teotónio Pereira.¹⁷⁷ Antes de mais, vai adquirir experiência na participação numa obra de grande dimensão — são construídas 2066 habitações distribuídas por 302 edifícios de 3 e 4 pisos —, depois irá contactar com uma investigação inédita sobre novos materiais e processos construtivos, para a sua normalização e prefabricação, permitindo economia e rapidez no projeto e na obra.

Tratou-se do início de atividade importante para Teotónio Pereira que, contudo, não o impede de ser crítico ao transportar esta experiência para o novo organismo das Habitações Económicas (HE-FCP). Vai rejeitar, por exemplo, a possibilidade de repetição indiscriminada de um projeto tipo de arquitetura, preferindo optar pela partilha de elementos específicos da organização espacial, definidos através do programa, e pela adoção de soluções técnicas e de pormenorização comuns. Mas tal como em Alvalade, a edificação nas HE enquadra-se maioritariamente nos programas das Casas de Renda Económica (CRE),¹⁷⁸ tirando partido dos sistemas de habitação coletiva em altura, o que não limitou a utilização de outros tipos de habitação convenientes para uma resposta ajustada ao local de intervenção.

¹⁷⁶ Plano de Urbanização do Sítio de Alvalade, Decreto-Lei 33921 de 1944; plano de Faria da Costas, 1944-1945.

¹⁷⁷ TAVARES, Maria, 2012, "Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações, Económicas Federação de Caixas de Previdência", in *Habitação para o maior número: Portugal Anos de 1950-1980*, IHRU, p. 10-35 [no prelo].

¹⁷⁸ Não só maioritariamente como apenas recorrendo ao programa CRE para a elaboração de projeto de raiz. Contudo as HE-FCP foram financiadoras de vários bairros de CE, como esclarece a investigação de Maria Tavares, com projeto elaborado no MOP.

Teotónio Pereira vai promover um programa habitacional crítico a todos os níveis (em relação à obra em curso das primeiras células de Alvalade, na interpretação das possibilidades legais e, mais tarde, do dogmatismo da arquitetura Moderna), experimental (ao propor novos métodos de trabalho, para alcançar a indispensável racionalidade económica e construtiva, e de colaboração autoral com arquitetos externos), disseminador (ao convocar jovens arquitetos modernos para desenvolverem projetos em todo o país) e moderno (ao introduzir na habitação coletiva novos princípios de organização da casa e do volume edificado revalorizando o programa e a sua relação com o habitante).

Entre estes aspetos é importante observar que, no seguimento das primeiras células do Bairro de Alvalade (Jacobetty, 1947-1950), em Lisboa, do Bairro de Braga (Teotónio, 1950), ou do Bairro de Ramalde (Távora, 1950-1954), no Porto, a intervenção das HE alargou-se progressivamente a todo o território nacional, com a integração de jovens arquitetos que projetaram e construíam algumas das suas primeiras obras (v. Andresen, Costa Cabral, Croft, Pimentel, Soutinho, et al.). Trata-se de uma intervenção raramente identificada na história convencional, por vezes quase esquecida no currículo dos arquitetos que participaram nessas equipas, em distintas fases de projeto, muitas vezes retomando trabalhos já iniciados por outros arquitetos. Para o estudo da habitação social e da arquitetura da décadas de 50 e 60 é importante quantificar e caracterizar estas intervenções que, ao obedecerem a um programa e projeto modernos, não se confundem com a aplicação convencional da regra moderna. A análise das HE permite verificar como a crítica moderna vai ocorrer e integrar o processo de trabalho das equipas, na resposta às condições, nomeadamente, do local de intervenção e dos habitantes, sempre com pragmatismo na escolha da resposta arquitetónica e dos processos construtivos.¹⁷⁹

A importância atribuída ao lugar e ao utente na conceção dos projetos de habitação virá a ser fundamental para uma mudança de paradigma. Estava-se perante a passagem de um projeto ainda marcado pelo racionalismo e pelo funcionalismo, para outro onde ganhava voz um particular sentido das questões do uso e do habitante.

¹⁷⁹ Dados preliminares da investigação conduzida no âmbito da tese de doutoramento de Maria Tavares e do projeto de investigação "Mapa da habitação: programas habitacionais no século XX português" do grupo Atlas da Casa, no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU-FCT) da FAUP.

Esta mudança é pressentida nas primeiras intervenções, como os Bairros de Alvalade (1947), Braga (1950) e Ramalde (1950-1954) ainda próximas de um desenho Moderno; através, por exemplo, da validação da planta das habitações por diagramas de movimento dos habitantes (Alvalade), através da geometria da implantação (Ramalde, fase 1) ou da orientação dos *blocos* pela insolação (Braga); mas também, na passagem de uma relação do edifício com a rua geradora de quarteirões (Alvalade), para o *bloco* perpendicular ao arruamento (Braga), até ao *bloco* autónomo das *vias de circulação* (Ramalde).

Mudança já claramente afirmada nas seguintes intervenções, como os bairros da Sódia Póvoa (Nuno Teotónio Pereira, 1953) e da Pedreira (Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, 1957), onde se pretende, antes de mais, traduzir um projeto de vida; e observado, por exemplo, nos edifícios articulados em T, destinados simultaneamente a diferentes grupos sociais, que traduzem um inquérito aos modos de vida, ou na inclusão no seu programa de espaços de "convívio e encontro" para os seus habitantes.

Nesta sequência, de 1947 a 1957, percebe-se ainda o dilema relativo à questão da "frente e traseira" na configuração do espaço "público e privado". Trata-se, neste caso, de dispositivos arquitetónicos ativadores de diferentes tecidos urbanos, entendimento que começa por traduzir a malha tradicional da cidade, depois a sua crítica Moderna e, finalmente, a sua contra-crítica já imbuída de uma leitura sociológica da realidade.

Assim, nesta série de projetos pode observar-se uma progressiva introdução de elementos que denotam a crítica aos modelos da arquitetura do Movimento Moderno. O que acompanha o debate nacional e internacional, no qual Nuno Portas apela à "aderência às nossas realidades" na crítica arrasadora dirigida ao projeto Moderno de Pedro Cid (1925-1983) para a exposição em Bruxelas de 1958. Realidade que se procura traduzir numa outra arquitetura habitacional experimentada no atelier de Teotónio Pereira, com a colaboração, entre outros, de Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida (v. casa Protótipo AIL, casa Praia das Maçãs, casa de Sesimbra, 1957; casa Barata dos Santos, edifícios nos Olivais Sul, 1958, e Norte, 1959). Nesta caminhada espelha-se a leitura da dicotomia espaço/sociedade vinda da arquitetura italiana e o inquérito/estudo da *realidade* através da obra de Chombart de Lauwe (1913-1998), mais tarde, também pela influência da escola inglesa.

Como já se referiu, a intervenção das HE, ao não substituir o programa das Casas Económicas, com a "casa portuguesa" como resposta ao problema

habitacional, coabita com novas modalidades de representar a identidade nacional, numa "guerra cultural"¹⁸⁰ entre arquiteturas e entre arquitetos; ou seja, entre modernos e modernos críticos, entre tradicionalistas e modernos, ou entre nacionalistas e progressistas. É neste ambiente tenso, bem marcado, por exemplo, pelos artigos de Lino contra a arquitetura Moderna,¹⁸¹ e explorado politicamente pelo regime, que emerge uma nova formulação da questão identitária.

Agora esta questão coloca-se numa perspectiva já não apenas moderna, mas de adequação contemporânea às circunstâncias nacionais e locais. Este mecanismo ativador dos valores de uma identidade nacional retoma ideias e expressões do início do século, percorrendo um "sítio onde se regressa".¹⁸² O que leva à mesma necessidade de voltar a conhecer o verdadeiro Portugal onde reside a lição da cultura popular, uma espécie de arquitetura sem arquitetos.¹⁸³ Neste sentido aponta a adoção do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955) realizado pelos arquitetos para fundamentar a sua ideia de arquitetura sustentada na coerência e na racionalidade das construções populares e não na sua forma. O que será também um instrumento estratégico, quer contra a "casa portuguesa" e os valores a ela associados, quer na defesa de outra arquitetura, que devia ser moderna mas, simultaneamente, portuguesa e do seu tempo.

Depois dos primeiros inquéritos realizados pelos engenheiros agrónomos (Inquérito à Habitação Rural, 1944 e 1947), cuja edição do último volume seria

¹⁸⁰ Esta expressão é usada por João Leal, que a recupera de Herman Lebovics, para designar "uma luta particularmente forte e significativa, que, embora estruturada em torno de um tema específico (...), teria repercussões ideológicas políticas e culturais mais vastas".

LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas...*, [op. cit.], p. 54-60, 145-146, 222-223.

¹⁸¹ LINO, Raul, [1934], "Casas Económicas", Arquivo familiar Raul Lino, 24 pág. [dactiloscrito].

ELISEU, José (realizador), *Raul Lino* [documentário filmado], produzido pela Radiotelevisão Portuguesa, aquando da Exposição Retrospectiva da Obra de Raul Lino, Lisboa, 1970. [0:41 min.]

¹⁸² FIGUEIRA, Jorge, 2011, "Sobre o arcaico e o sofisticado na arquitectura", *Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica*, nº 2, EDARQ, p. 15-18.

¹⁸³ Esta coincidência do popular com a crítica ao moderno regista-se em simultâneo em diversos contextos internacionais. Como referência geral sobre o tema, ver:

GOLDHAGEN, Sarah Williams, LEGAULT, Réjean (ed.), 2000, *Anxious Modernisms: Experimentation in Postwar Architectural Culture*, MIT Press.

RUDOFISKY, Bernard, 1999 (1964), *Architecture Without Architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*, Albuquerque, University of New Mexico Press.

Para a análise da proposta de Rudofsky, ver:

RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2010, *A Casa...*, [op. cit.], p. 274, 570.

Sobre a viagem dos arquitetos ao interior de Portugal na transição dos anos cinquenta para os sessenta ver:

FERNANDEZ, Sergio, 2011, "Rio de Onor 1963-1965", *Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica*, nº 2, p. 38-49.

proibida pela censura, e posteriormente pelos arquitetos (Inquérito à Habitação Popular, 1955), na década de 60 esta questão é atualizada. O povo e a cultura popular serão de novo objeto de interesse e estudo. Agora com um marcado empenho sociopolítico, seguido pela leitura dos trabalhos de Jorge Dias (1907-1973), que determinará as jornadas arquitetónicas por Portugal de Arnaldo de Araújo (Bragança, 1957), José Dias (Espinhosela, 1960), Sergio Fernandez (Rio de Onor, 1964) ou José Forjaz (Mourão, 1967).¹⁸⁴

Apesar da diferença entre o inquérito dos agrónomos e o dos arquitetos, ou entre as viagens dos arquitetos, como observa João Leal, todos reconhecem o ensinamento da "terra mãe". Este reconhecimento legitimador da "terra" servirá a crítica à arquitetura Moderna ortodoxa e do seu mito universalista. Crítica bem patente, quer nos escritos de Nuno Portas, quer nas propostas de uma "nova história" de Pedro Vieira de Almeida para outra leitura da tradição arquitetónica portuguesa.

Interessa reter que, neste contexto, os projetos de Teotónio Pereira e dos colaboradores que com ele trabalharam vão experimentar outros modelos de habitação.¹⁸⁵ É disto exemplo o Bairro de St.^a Marta (1955), onde são aprofundadas as questões da integração no local e da relação da forma edificada com as formas de habitar, num projeto que pretende ser informado pelo real como inevitável marca identitária. No desenho deste projeto, especialmente nas perspetivas a lápis, pode encontrar-se a crítica contra a cristalização Moderna. O seu registo visual configura uma nova atitude, quer de denúncia da urgente necessidade de alteração das condições de vida, somente possível em democracia, quer de um diferente olhar do lugar.

Também na perspetiva do conjunto em tons negros, do Bairro da Pedreira (1957), é fixado esse olhar da dura realidade onde vive o povo, mas também marca a definitiva posse de um lugar, sentida na implantação das pequenas torres de habitação sobre o vale que agora é de quem o habita.

¹⁸⁴ RA, *Revista da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, nº 0, 1987.

¹⁸⁵ PORTAS, Nuno, 1966, "Habitação em Sesimbra", *Arquitectura*, nº 93, p. 115-119.

Notação VII (do mundo e do meu estirador)

Ao longo do século a questão identitária será sucessivamente renovada em contextos diferentes, mas partilhando sempre a mesma necessidade de olhar a "terra" para voltar a descobrir raízes.

Contudo, no decurso dos anos de 1960, começam a surgir sinais de outro entendimento. João Leal verifica, em 2003, que se "a equação entre cultura popular e identidade nacional foi a equação estruturante da antropologia entre 1870 e 1970"¹⁸⁶ neste período a natureza desta equação é alterada:

"O objecto é aparentemente o mesmo — o estudo da ruralidade — mas ele deixa de ser olhado a partir de interrogações sobre a identidade nacional. Continua-se a falar do campo, mas esse campo já não é cisto [aceite] como a paisagem por excelência da nacionalidade."¹⁸⁷

Também na arquitetura, a partir do final da década de 1960, a questão da identidade nacional vai deixar de se colocar como uma questão formal. Melhor dizendo, a questão identitária será tratada numa perspectiva de modernidade, entre a redefinição do que é ser moderno e a crescente oposição política que denuncia o subdesenvolvimento da sociedade portuguesa. Neste quadro, a retórica governamental afasta-se desta problemática, o que também reflete a situação internacional da descolonização e a atenção prestada ao tópico das identidades nacionais.

"Os contrastes sociais nacionais, a penetração de outros modos de estar e ver o mundo e os fluxos migratórios em Portugal estiveram na origem do aparecimento de novos discursos das elites intelectuais, nomeadamente das áreas da arquitectura e das ciências sociais. As cidades tornam-se lugares preferenciais para o desenvolvimento de novas propostas sobre a sociedade e o espaço, ao mesmo tempo que a ruralidade passou a ser interpretada pelos cânones modernos. Com a entrada na década de 1970, os antropólogos preparam uma «substituição do projecto nacionalista pelo projecto sociológico», desviando-se da construção ideológica da ruralidade, como paisagem da nacionalidade, e absorvendo metodologias e teorias da observação participante, da

¹⁸⁶ LEAL, João, 2003, "«Estrangeiros» em Portugal: a antropologia das comunidades rurais portuguesas nos anos 1960", *Ler História*, nº 44, p. 155.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 156.

interpretação sociológica, da análise simbólica e da contextualização histórica, em novos olhares mais preocupados com o conflito e a diferença, do que com a unidade."¹⁸⁸

É nesta perspetiva de mudança que em 1959 a produção legislativa permite estabelecer as "bases estruturantes urbanas de Lisboa",¹⁸⁹ ao criar o Gabinete Técnico de Habitação da CML e ao estabelecer o regime das rendas livres (70% de fogos sociais e 30% de renda livre), como é referido por Teresa Heitor, o que corresponde à abertura aos ideais de uma cultura moderna do habitar, observada no início das operações nos Olivais Norte e Sul. É também neste sentido que, em 1972, no momento de mais uma reforma ministerial, quando o Ministério das Corporações e Previdência Social toma a designação de Ministério das Corporações e Segurança Social, são extintos todos os anteriores organismos governamentais relacionados com a iniciativa habitacional programada.¹⁹⁰ Trata-se de mais um esforço do regime em se atualizar, nomeadamente, com a reorganização do setor habitacional com a criação, em 1969, do Fundo de Fomento da Habitação como novo organismo com competências transversais na habitação estatal.

Contudo o Estado mostrava-se incapaz de responder ao problema social e de carência de habitação no quadro da política corporativa, como é patente na situação herdada em Abril de 1974, referida por António Fonseca Ferreira:

"25% da população vivia sem condições de habitabilidade; em 2,5 milhões de habitações, 52% não possuía abastecimento de água, 53% não possuía eletricidade, 60% não possuía rede de esgotos, 67% não possuía instalações sanitárias; estimava-se a falta de 600.000 habitações."¹⁹¹

¹⁸⁸ PRISTA, Marta Lalanda, 2011, *Discursos sobre o passado: Investimentos patrimoniais nas Pousadas de Portugal*, Tese de doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, p. 47.

Nesta caracterização da entrada da década de 1970, Marta Prista cita: CABRAL, João de Pina, 1991, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, p. 40.

Sobre este assunto, ver também:

LEAL, João, 2003, "«Estrangeiros» em Portugal: a antropologia das comunidades rurais portuguesas nos anos 1960", *Ler História*, nº 44, p. 155-176.

¹⁸⁹ HEITOR, Teresa Valsassina, 2004, "Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala", aula 5c, *Mestrado em Engenharia de Conceção, História Económica, Tecnologia e Sociedade*, Lisboa Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, Instituto Superior Técnico [documento digital].

¹⁹⁰ Ver nota 4.

¹⁹¹ Com base no X Recenseamento Geral da População de 1970, através de António Fonseca Ferreira, 1987, *Por uma nova política de habitação*, Porto, Edições Afrontamento.

Por outro lado, em 1970, a arquitetura portuguesa está perante a querela entre Vieira de Almeida e os arquitetos modernos a propósito da Exposição Retrospectiva da Obra de Raul Lino. Depois do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, em 1955, ter procurado colocar um ponto final na questão do portuguesismo da arquitetura e da Casa Portuguesa, eis que esta exposição e a argumentação de Vieira de Almeida, através do seu artigo "Raul Lino um arquiteto moderno",¹⁹² reabrem a questão da história da arquitetura portuguesa do século XX, da sua tradição e identidade.

A contestação da exposição pelos arquitetos modernos, para além de questões de relacionamento pessoal e disciplinar com Raul Lino, confirma a tese da própria exposição. Ou seja, o uso da história pelos arquitetos modernos implicava que se ultrapassasse o conceito de objeto arquitetónico como mera evocação de uma imagem.

A exposição e os artigos publicados no seu catálogo assinalam o início de outra história da arquitetura, focada na interpretação do fenómeno arquitetónico em si mesmo como parte de estruturas mais amplas, na linha de uma *nova história*.¹⁹³ Isto significou para Pedro Vieira de Almeida, ao reconsiderar uma história e ao identificar uma tradição, colocar em causa a "arrumação em gavetas" de meio século de arquitetura portuguesa. Melhor dizendo, a sua proposta retoma a convenção histórica para logo dela se afastar, num percurso desviante que permite abrir outras hipóteses interpretativas.¹⁹⁴ Esta posição permite-lhe, não só reivindicar um lugar próprio para a história da arquitetura como fenómeno espacial, como também convocar mecanismos de análise do projeto arquitetónico em si, num processo próximo dos trabalhos iniciais de Colin Rowe.¹⁹⁵

¹⁹² ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1970, "Raul Lino, Arquitecto Moderno", in *Raul Lino: Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 115-188.

¹⁹³ Posição já anteriormente defendida por José-Augusto França, Pedro Vieira de Almeida e, também, Nuno Portas.

¹⁹⁴ Adota-se as propostas da crítica literária de Bloom, sobretudo a sua reflexão sobre os mecanismos da criação e concentração da obra em si a partir do cânone e da sua refutação:

BLOOM, Harold, 1998 (1994), *O Cânone Ocidental*, Temas e Debates.

¹⁹⁵ A proximidade aos processos Rowe e ao seu projeto interpretativo da arquitetura, já patente, em 1962, no CODA "Ensaio sobre algumas características do espaço em arquitetura e elementos que o informam", será reforçada na análise que propõe em 1967, da Piscina de Leça de Siza como "espaço de transição":

ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1967, "Uma análise da Obra de Siza Vieira", *Arquitectura*, nº 96, p. 64-67.

Quem melhor irá levar a cabo esta reivindicação no campo do projeto de arquitetura é Siza, como já referimos na introdução. Não só propõe uma concentração total da arquitetura sobre os seus recursos, como partirá para uma leitura própria da história e da crítica arquitetónica. Na sua obra de juventude assume, desta maneira, a rutura com uma produção que ignorava a sua filiação, o que lhe permite reivindicar pelo projeto uma história. Em Siza a reflexão sobre a história da arquitetura anseia incorporar o que considera serem os seus precursores, os que sustentam a resposta aos problemas colocados pelo projeto num lugar concreto. Diversos estudos enfatizam nesta elaboração da influência reconhecida de outros arquitetos estrangeiros (v. Aalto, Loos, Oud, Taut, etc.). Embora se trate de uma ligação efetiva, estes estudos não valorizam o facto determinante de que esta incorporação surge, antes de mais, de uma atenta observação local.

O relato do interesse de Siza pela casa Armando Peres de Manuel Marques, situada no gaveto com a avenida dos Combatentes, no Porto, quando projetava, entre 1967 e 1970, a casa Manuel Magalhães situada na mesma avenida, parece subscrever a ideia da importância da observação a partir do local.¹⁹⁶ Esta casa de Manuel Marques — um volume cúbico de arestas vincadas com uma *bay-window* de grandes dimensões que marca a rotação dos alçados no gaveto, como uma perturbação prismática na unidade da edificação — regista um assinalável interesse formal de Siza que parte primeiro de um olhar local, onde tem raízes, para depois se rever na arquitetura internacional. Siza olha o mundo da arquitetura a partir de uma narrativa local, na qual reconhece o seu interesse e filiação, para a afirmação destes valores através da sua obra. Ou seja, "trata-em-obra" os problemas que sente e identifica.¹⁹⁷ Esta casa e a sua *bay-window*, por exemplo, devem ser contrapostas à *bay-window loosiana*, numa investigação ainda a realizar, relendo a obra de Manuel Marques (1890-1956) e de Adolf Loos (1870-1933) e a leitura que Siza faz de ambas.

Este preciso elemento faz parte do cânone formal da obra de Siza, repetido e transformado até hoje em diferentes programas, locais e escalas. Mas a sua

¹⁹⁶ Este relato para uma história oral chegou até nós por Domingos Tavares (2012) quando acompanhava Siza numa visita à obra da casa Manuel Magalhães (c. 1970). Nesse momento, na avenida dos Combatentes, na vizinhança da obra, Siza descreve com entusiasmo a sua admiração e interesse formal pela casa de gaveto de Manuel Marques.

¹⁹⁷ A expressão "trata-em-obra" é retirada do livro *Cinco Conferências: Especulações críticas sobre a História da Música do século XX* (2008), de António Pinho Vargas.

peculiaridade é, não apenas anunciar as obras seguintes onde irá ser trabalhado (v. bairro das Caxinas, casa Beires e Avelino Duarte), nem tão pouco dar a conhecer a relação estabelecida com formas idênticas em obras de arquitetos como Loos e, genericamente, com a tradição clássica finissecular (século XIX-XX), mas antes constatar que a sua obra arquitetónica tinha um pai, ou seja, que se filia numa leitura da tradição arquitetónica portuguesa (já não só popular). *Este desejo de dotar a sua arquitetura de pátria era, na época, particularmente mal entendido.*¹⁹⁸ Como é referido, no contexto das artes plásticas, por Raquel Henriques da Silva, "é muito raro (...) um artista português considerar qualquer espécie de dívida em relação a outros artistas portugueses".¹⁹⁹ Este declarado abraço aos seus precursores, aspeto "não dito" na época, coloca necessariamente a obra de Siza no mesmo rio da história da arquitetura internacional à qual pertence por natureza.

Mas Siza não estava só. Este olhar foi captado das lições de Távora e registado na casa Carneiro de Melo (1957), situada na avenida da Boavista, no Porto, onde cita trechos formais e sistemas construtivos do mercado da Vila da Feira (1953), da casa de Ofir (1957) ou do Pavilhão de Ténis na Quinta da Conceição (1956), verdadeiro manifesto de Távora para outra leitura da tradição arquitetónica.²⁰⁰

Na abertura da década de 1970 a pertinência do olhar de Siza não distingue, na construção da sua obra, "cá dentro" e "lá fora", não por serem idênticos mas por considerar, como aponta em 1983, fazerem parte da mesma tradição:

(...) "eu não tenho medo dos perigos do internacionalismo, como algo que me poderá soltar das raízes. Eu adoro que a mistura de culturas seja possível. Eu acho que o conhecimento de outras culturas ou a possibilidade de ter trabalho noutra sítio poderão

¹⁹⁸ Citação onde se substitui o termo pintura por arquitetura.

SILVA, Raquel Henriques, 2012, "Nikias 60 anos depois. A pintura como vocação, ofício e reflexão, in R. Henriques da Silva, B. Pinto de Almeida, *Nikias Skapinakis: Presente e Passado 2012-1950*, Lisboa, Museu Coleção Berardo, p. 19. [A palavra pintura é substituída por arquitetura].

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ KRÜGER, Mário, 2001, "Quinta da Conceição", in J. Figueira, P. Providência, N. Grande, *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*, Porto, Ordem dos Arquitectos SRN, Civilização Editora.

avivar as raízes de uma cultura. Está agarrada às raízes da nossa cultura, não pelo caminho. É um processo condicionante muito importante."²⁰¹

Siza considera a história dos outros como indispensável para conhecer a sua história e o seu lugar na história.²⁰² Contudo vai mais além. Esta *bay-window* exemplifica e comprova, não apenas da centralidade da história na sua obra, mas também como desta forma a sua obra é disseminadora, ou seja, construtora de uma tradição. Siza, ao considerar a história, está a romper com a "lei do eterno recomeço"²⁰³ — referida já por José-Augusto França como problema da criação artística portuguesa —, facto que lhe permite, não só ampliar o seu espaço de observação e de inclusão de materiais no processo criativo, como também, ao determinar o seu caminho, contaminar os processos criativos de outros arquitetos.²⁰⁴

As posições de Siza no projeto e de Pedro Vieira Almeida na história da arquitetura sinalizam também uma mudança no campo da identidade. Dissolve-se a equação verdadeiramente estruturante do debate identitário durante cem anos: "a equação entre cultura popular e identidade nacional".²⁰⁵ Mas, tal como Fernando Pessoa censura o provincianismo de Mário de Sá Carneiro quando este diz admirar Paris, defendendo que "quem é de um lugar não o admira porque o tem dentro dele",²⁰⁶ também Siza recusa qualquer provincianismo identitário, baseado na retórica da terra e da pertença ao local, porque a sua obra contém o local.²⁰⁷ Para João Leal ocorre aqui "uma dupla mudança de escala, que enfraquece significativamente o referente nacional. Essa mudança de escala valoriza, por um lado, o local como espaço de referência, em detrimento da

²⁰¹ SIZA, Álvaro, "«A arquitectura mais interessante aparece onde culturas se misturam intensamente»", p. 11. [dactiloscrito anotado por Nuno Portas da entrevista realizada em 8 de Março de 1983, no Porto, por Dorien Boasson em francês. Traduzida para holandês e publicada na revista *Women Tabk*, nº 8 de 1983. Tradução para português de C. Castanheira.]

²⁰² Aspeto aprofundado por T. S. Eliot (1888-1965). Ver entre outros: ELIOT, T. S., 1992 (1945), "O que é um clássico?", in Maria Adelaide Ramos (ed.), *Ensaios Escolhidos*, Lisboa, Cotovia, p. 137.

²⁰³ FRANÇA, José-Augusto, 1984 (1974), *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Bertrand, p. 532.

FRANÇA, José-Augusto, "A Lei do Eterno Recomeço", *Diário Popular*, 20 Março 1958, p. 17.

²⁰⁴ BLOOM, Harold, 1998 (1994), *O Cânone Ocidental...*, [op. cit.].

²⁰⁵ LEAL, João, 2003, "«Estrangeiros» em Portugal: a antropologia das comunidades rurais portuguesas nos anos 1960", *Ler História*, nº 44, p. 172.

²⁰⁶ PESSOA, Fernando, 2007 (1928), *O Provincianismo Português*, Editorial Nova Ática, p. 5.

²⁰⁷ Tal como se pode considerar que a obra de juventude de Lino não se relaciona com a natureza porque ela contém a Natureza.

escala de observação nacional. E, por outro lado, coloca a esfera local em diálogo privilegiado com esferas locais situadas supra-nacionalmente".²⁰⁸

Nos anos de 1970 abandona-se a questão identitária nos moldes em que atravessou a arquitetura portuguesa do século XX, rompendo-se com as suas antíteses fundadoras entre pátrio e estrangeirado, entre "cá de dentro" e "lá de fora". Num romantismo erudito, a casa Alcina, construída por Sergio Fernandez em 1971, é, talvez, a última *casa portuguesa* que, ao enfrentar o dilema de ser tradicional e moderna, se aproxima de uma identidade em renovação, num pragmatismo que sempre marcou a arquitetura portuguesa.

²⁰⁸ LEAL, João, 2003, "«Estrangeiros» em Portugal..., [op. cit.].

4. Sumário pormenorizado da lição

A lição: o plano da UC e a conclusão de um ciclo letivo

A última sessão (5) de Cultura e Habitar: *A arquitetura doméstica no centro das controvérsias modernas: um balanço.*

O tema: a questão identitária em arquitetura como roteiro para a construção histórica do século XX

A sua permanência no século XX português do debate identitário: uma periodização.

A consonância da pergunta "como se é moderno" e da dúvida "como se é português".

O longo século XIX: inércias culturais, sociais, económicas e políticas (França, 1966; Pereira, 1999; Costa, 2007).

O «Problema da Habitação» e a «Casa Portuguesa» como dissídio moderno: as culturas científica e artístico-literária (1900)

A arquitetura das primeiras décadas do século XX como fenómeno polifónico, impuro e processual.

A questão do alojamento observada na controvérsia entre os arquitetos Ventura Terra (1866-1919) e Raul Lino (1878-1974).

Transformação urbana e condições de vida: a operação filantrópica, o "bairro social" e o "bairro de rendimento".

O debate identitário na construção da modernidade.

Questionar a rutura, no advento da Revolução Industrial, que teria produzido duas culturas, a artístico-literária e a científica.

A casa pilar da nação: Casas Económicas (1933)

A casa como elo para a política do culto da Nação e do Estado forte: corporativismo e condicionamento político e social.

Apropriação e normalização da cultura popular como legitimação do Estado Novo: o programa das Casas Económicas (1933) e a "política do espírito".

O êxito da Casa Portuguesa como operação identitária e propaganda nacionalista.

O que é hoje o popular?

Da "política do espírito" à nova paisagem: Casas de Renda Económica (1945)

A rede burocrática do estado: totalitarismo e controlo da habitação.

Propaganda, intervenção artística contemporânea e cultura popular: um contrato de modernidade e de legitimação.

A controvérsia entre António Ferro e Ferreira Dias, ou a substituição da paisagem campesina por centrais hidroelétricas de betão.

Pragmatismo e tecnocracia: o programa das Casas de Renda Económica (1945) e das Casas de Renda Limitada (1947).

A coexistência entre habitação *unifamiliar* e habitação *coletiva*: a autonomia familiar ancorada nos valores da ruralidade e a massificação do alojamento.

A iniciativa das Habitações Económicas na Federação das Caixas de Previdência (1947) como programa moderno de habitação.

Do programa habitacional moderno ao "sítio onde se regressa" (1955)

O papel de Nuno Teotónio Pereira nas Habitações Económicas: a reflexão crítica, a experimentação, a disseminação, a modernidade.

A passagem de um projeto racionalista e funcionalista, para outro onde se revaloriza o programa e a sua relação com o habitante.

Observação e análise desta mudança numa série de projetos entre 1947 e 1957.

Manifesto e propósito experimental de uma arquitetura como inscrição da vida: Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Pedro Vieira de Almeida (1958).

A controvérsia entre modernos e a coabitação entre diferentes programas habitacionais: uma "guerra cultural" (Leal, 2000).

Novas modalidades de representar a identidade nacional ou o "sítio onde se regressa" (Figueira, 2011): olhar a "terra" para voltar a descobrir raízes.

Balanço e perspetivas

1959: Gabinete Técnico de Habitação da CML.

1969: criação do Fundo de Fomento da Habitação.

1972: extinção dos anteriores organismos governamentais relacionados com a iniciativa habitacional programada.

1974: 25% da população vivia sem condições de habitabilidade.

A querela entre Vieira de Almeida e os arquitetos modernos a propósito da exposição da obra de Raul Lino (1970): questionar a história e o problema da tradição.

"Tratar-em-obra" o problema da história.

O fim da equação estruturante, de cem anos da cultura portuguesa, entre cultura popular e identidade nacional (Leal, 2003).

5. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1970, "Raul Lino, Arquitecto Moderno", in *Raul Lino: Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 115-188.
- 1986, "Carlos Ramos: Uma Estratégia de Intervenção", in *Carlos Ramos: Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- 2006, "Identidade e arquitectura", *Vinte e Um por Vinte e Um*, nº 2, Porto, Revista da Escola Superior Artística do Porto, p. 138-143.
- ALVES, Vera Marques, 2007, "«A poesia dos simples»: arte popular e nação no Estado Novo", *Etnográfica*, vol. 11, nº 1, p. 63-89;
- <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365612007001010005&lng=pt&nrm=iso> [2011].
- ARAÚJO, Arnaldo, 1957, *Formas do Habitat Rural, Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da Comunidade*, Concurso para a obtenção do diploma de arquitecto (CODA), Porto, ESBAP.
- ATKINSON, Harriet, 2008, "A «New Picturesque»? The Aesthetics of British Reconstruction after World War Two", *Edinburgh Architecture Research*, nº 31, p. 24-35.
- BANDEIRINHA, José António, 1996 (1993), *Quinas Vivas*, Porto, FAUP publicações.
- BANHAM, Reyner, 1955, "The New Brutalisme", *The Architectural Review*, nº 708, p. 354-361.
- 1968, "The Revenge of the Picturesque, English Architectural Polemics, 1945-1965", in John Summerson (dir.), *Concerning Architecture. Essays on Architectural Writers and Writing Presented to Nikolaus Pevsner*, London, Allen Lane, p. 265-273.
- BAPTISTA, Luís Vicente, 1998, "Casa, Família, Ideologia; a emergência da política de «moradias unifamiliares» em Portugal nos anos 30", *Ler História*, nº 34, p. 137-164.
- 1999, *Cidade e Habitação Social: O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Celta.
- BATTEUX, Charles (L'abbé Batteux), 1992 (1746), "L'imitation de la nature", in Jean-Pierre Épron (dir.), *Architecture: une anthologie*, vol. 2, Les architectes et le projet, Liège, Institut Français d'Architecture, Mardaga, p. 40-41.
- BAUDELAIRE, Charles, 2006, *A Invenção da Modernidade (Sobre Arte, Literatura e Música)*, Lisboa, Relógio d'Água.
- BILLIG, Michael, 2004 (1995), *Banal Nationalism*, London, Sage Publications.
- BLOOM, Harold, 1998 (1994), *O Cânone Ocidental*, Temas e Debates.
- BOLLNOW, Otto Friedrich, 1969 (1963), *Hombre y Espacio*, Barcelona, Labor.
- BOSWELL, David, EVANS, Jessica (eds.), 1999, *Representing the Nation: A Reader: Histories, Heritage and Museums*, Routledge.
- BOTELHO, Abel, 1903, "A Casa Portuguesa", *A Construção Moderna*, nº 92, p. 59-61; nº 94, p. 75-76.
- BOTELHO, Manuel, 1987, "Os anos 40: A ética da estética e a estética da ética", *RA*, nº 0, Porto, FAUP, p. 7-10.
- BOURDIEU, Pierre, 1994 (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- 1997 (1994), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta.
- BRITO, Joaquim Pais de, 1980, "O Estado Novo e a Aldeia mais Portuguesa de Portugal", in António Costa Pinto (org.), atas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa, O Fascismo em Portugal, A Regra de Jogo, p. 511-532.
- 2011, "Etnografia, Etnógrafos e Configurações da Identidade", in Ana de Castro Henriques (coord.), *Primitivos Portugueses, 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves*, Babel, p. 42-51.
- CABRAL, João de Pina, 1991, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.

- CALDAS, João Vieira, 1997, "Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo", in A. Becker, A. Tostões, W. Wang (org.), *Arquitectura do século XX: Portugal*, Lisboa, Prestel, p. 23-31.
- CARDOSO, António, 1997 (1992), *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, Porto, Faup Publicações.
- CARDOSO, José Luís, ROCHA, Maria Manuela, 2003, "Corporativismo e Previdência Social (1933–1962)", *Ler História*, nº 45, p. 111-135.
- CARVALHO, José Alberto Seabra, CARVALHO, Marta Barreira, 2009, "Museus e exposições: ideias, formas e discursos de representação e celebração da arte portuguesa (do liberalismo ao Estado Novo)", in *Arte Portuguesa*, vol. 20 Em Torno da História da Arte, Fubu Editores, p. 92-139.
- CATROGA, Fernando, 1993, "Os caminhos polémicos da «geração nova»", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 O Liberalismo 1807-1890, Estampa, p. 569-581.
- 2006, *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil: Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Almedina.
- CHOAY, Françoise, 1965, *L'urbanisme: utopies et réalités: Une anthologie*, Paris, Seuil.
- 1996 (1992), *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil.
- COLQUHOUN, Alan, 1954, "Twentieth Century Picturesque", *The Architectural Review*, nº 691, p. 2.
- CONNERTON, Paul, 1999, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta.
- COSTA, Alexandre Alves, 1988, "Arquitectura Portuguesa", *Vértice*, serie II, nº 8, Lisboa, p. 105-107.
- 1999, "A vanguarda nacionalista", in João Vieira Caldas (com.), *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN, p. 67-68.
- 2007, *Textos Dados*, Coimbra, EDARQ.
- 2009, "Identidade nacional e património construído: arquitectura, cidade e território", *ecdj*, nº 12, Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 53-58.
- COSTA, Alexandre Alves, MOTA, Nelson, 2012, "Nem neo-garretianos nem Vencidos da Vida Uma Pastoral Transmontana", *Monumentos*, nº 32, p. 72-81.
- COSTA, Sandra Vaz, 2004, "A Palavra tornada Pedra", in Ana Tostões (coord.), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa, IPPAR, p. 39-47.
- CRISON, Mark, 2006, "The Uses of Nostalgia: Stiring an Gowan's Preston Housing", *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 65, nº 2, p. 216-237;
<<http://www.jstor.org/stable/25068265>> [2012]
- CRUZ, Marta, 2006, "Construir a casa: Elementos exploratórios para a compreensão dos conteúdos, do contexto e do processo de concepção arquitectónica da habitação unifamiliar", *Sociologia*, vol. XVI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 231-250.
- CULLEN, Gordon, 1949, "Townscape Casebook", *The Architectural Review*, nº 636, p. 363-374.
- 1978 (1971), *El paisaje urbano: tratado de estética urbanística*, Barcelona, Blume. [Edições: Townscape, 1961; The Concise Townscape, 1971].
- DE WOLFE, Ivor, 1949, "Townscape: A plea for an English visual philosophy on the true rock of Sir Uvedale Price", *The Architectural Review*, nº 636, p. 354-362 [Hugh de Cronin Hastings].
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix, 2003 (1975), *Kafka. Para uma literatura menor*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- DIAS, Augusto da Costa, 1970, "A-propósito da exposição sobre obras de Raul Lino", *Arquitectura*, nº 115, p. 94-96.
- 1977 (1962), *A crise da consciência pequeno-burguesa: o nacionalismo literário da geração de 90*, Lisboa, Estampa.
- DUARTE, C., 1970, "Noticiário", *Arquitectura*, nº 116, p. 97.

- DUMONT, Marie-Jeanne, 1991, *Le logement social à Paris 1850-1930: les habitations a bon marché*, Liège, Mardaga.
- ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne, 1999 (1989), *Architecture de la vie privée: maison et mentalités XVII - XIX siècles*, Bruxelles, A.A.M.
- ELIOT, T. S., 1992 (1945), "O que é um clássico?", in Maria Adelaide Ramos (ed.), *Ensaio Escolhidos*, Lisboa, Cotovia, p. 129-146.
- FEIJÓ, António (com.), 2008, *Welllitteratur. Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral Santos, 2011, *A escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de escola*, Tese doutoramento em Arquitectura (Área de conhecimento em Teoria e Projecto), Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.
- FERNANDES, José Manuel, 2003, *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.
- 2007, "Sete intervenções urbanas do Estado Novo em centros históricos", *Monumentos*, nº 27, p. 28-35.
- 2012, *Arquitectos Segurado*, NCM - Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FERNANDEZ, Sergio, 1964, *Recuperação de aldeias: Equipamento Colectivo, Rio de Onor, Bragança*, Concurso para a obtenção do diploma de arquitecto (CODA), Porto, ESBAP.
- 2011, "Rio de Onor 1963-1965", *Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica*, nº 2, p. 38-49.
- FERREIRA, Alberto (ed. lit.), MARINHO, Maria José (compilação), 1966, 1970, *Bom senso e bom gosto: a questão coimbrã: textos integrais da polémica*, Lisboa, Portugalia;
- <<http://purl.pt/14800>> [2012]
- FERREIRA, António Fonseca, 1987, *Por uma nova política de habitação*, Porto, Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Pedro, 2001, *Teoria da Arquitectura em Portugal, 1935-1945: Debates, Convergências e Dissidências com o Regime Político*, Tese de mestrado em Teorias da Arte, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.
- FERRO, António, 1933, *Salazar: o homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- 2003 (1938), "Salazar princípio e fim", in *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora, p. 149-193.
- FIGUEIRA, Jorge, 2011, "Sobre o arcaico e o sofisticado na arquitectura", *Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica*, nº 2, EDARQ, p.15-18.
- FIGUEIREDO, Rute, 2007, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, Lisboa, Colibri.
- FRANÇA, José-Augusto, 1982, "O I Congresso Nacional de Arquitectura", in Fernando Azevedo (com.), José-Augusto França (prog.), *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 132-133.
- 1984 (1974), *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Bertrand.
- FRANÇA, José-Augusto, ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1970, "Ainda «O caso Raul Lino»: José-Augusto França e Pedro Vieira de Almeida respondem a F. Silva Dias", *Arquitectura*, nº 116, p. 139-140.
- FRANÇA, José-Augusto, RIO-CARVALHO, Manuel, ALMEIDA, Pedro V., PIMENTEL, Diogo L. (org.), 1970, *Raul Lino: Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GALVÃO, Andreia M. Bianchi Aires de Carvalho, 2003, *A Caminho da Modernidade: a travessia portuguesa, ou o caso da obra de Jorge Segurado como exemplo de complexidade e contradição (1920-1940)*, 3 vols, Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Lusíada. [policopiado]
- GELLNER, Ernest, 1993 (1983), *Nações e Nacionalismo*, Gradiva.
- 1998 (1997), *Dos Nacionalismos*, Editorial Teorema.
- GIL, Fernando, 1984, *Mimésis e negação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- GOETHE, Johann W., 2001 (1813-1814), *Viagem a Itália*, Lisboa, Relógio d'Água. [Tradução, Prefácio e Notas de João Barrento]
- GOMES, Paulo Varela, 1989, "Teoria da Arquitectura Portugal 1915-1945: O Modernismo de Raul Lino", *Vertice*, nº 11, p. 67-79.
- GOMES, Paulo Varela, 1993, "O último erro de Raul Lino", *Expresso* (Revista), 23 de Janeiro, p. 42-43.
- GONÇALVES, Eliseu, 2010, "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário", in *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*, Porto, FLUP, p. 126-134.
- 2011, "O Bairro do Monte Pedral e o alojamento operário em 1900", in Rui Jorge Garcia Ramos (coord.), *Leituras de Marques da Silva*, Porto, Fundação Marques da Silva, p. 100-109.
- GOLDHAGEN, Sarah Williams, LEGAULT, Réjean (ed.), 2000, *Anxious Modernisms: Experimentation in Postwar Architectural Culture*, MIT Press.
- GREENBERG, Clement, 1989 (1953), "The plight of our culture", *Art and Culture: critical essays*, Borton, Bacon Press, p. 23-33.
- GRIJALBA BENGOETXEA, Alberto, 2002, "Del campo a la ciudad. Los frenéticos cincuenta", in José Manuel Pozo, Ignasi López Trueba (coord.), *Actas III Congreso Internacional Arquitectura, ciudad e ideología antiurbana*, Pamplona, T6 Ediciones, Departamento de Proyectos. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Navarra, p. 107-113;
- <<http://www.unav.es/arquitectura/publicaciones/coleccion/actas/>> [2012].
- GUERRA DA CAL, Ernesto, 1979, *Dicionário de Literatura*, vol. 3, Porto, Figueirinhas.
- GUILLAUME, Marc, 2003 (1980), *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.
- HALL, Peter, WARD, Colin, 1998, *Sociable Cities: The Legacy of Ebenezer Howard*, John Wiley & Sons.
- HEITOR, Teresa Valsassina, 2001 (1997), *A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas: Uma Abordagem Sintáctica*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- HEWISON, Robert, 1999 (1987), "The climate of Decline", in David Boswell e Jessica Evans (ed.), *Representing the Nation. A Reader: Histories, Heritage and Museums*, Oxon, Routledge, p. 151-162.
- HITCHCOCK, Henry-Russell, 1926, *The Great Architect and the Vernacular*, MoMA Manhattan Special Collections Oversize, 6 pag. [dactiloscrito, anotado e assinado Henry-Russell Hitchcock, jr.]
- 1975 (1958), *Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries*, Penguin Books.
- HOBBSAWM, Eric, 1998 (1990), *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*, Lisboa, Terramar.
- HOWARD, Ebenezer, 1970 (1898), *Garden Cities of To-morrow*, London, Faber and Faber. [*To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform*, 1ª ed].
- JANARRA, Pedro, 1998, "A Política Urbanística e de Habitação Social do Estado Novo; o caso do Bairro de Alvalade de Lisboa: entre o projecto e o concretizado", *Ler História*, nº 34, p. 105-134.
- KUBLER, George A., 1965, "What can Historians do for Architects?", *Perspecta*, nº 9-10, p. 299-302.
- KRÜGER, Mário, 2001, "Quinta da Conceição", in J. Figueira, P. Providência, N. Grande, *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*, Porto, Ordem dos Arquitectos SRN, Civilização Editora.
- 2005, *Leslie Martin e a Escola de Cambridge*, Coimbra, edarq.
- LAHUERTA, Juan José, 2010, *Humaredas: Arquitectura, ornamentación, medios impresos*, Madrid, Lampreve.
- LE GOFF, Jacques, 1998, "Introduction des Entretiens du Patrimoine", in Jacques Le Goff (pre.), *Actes des Entretiens du Patrimoine, Patrimoine et Passions Identitaires* (Paris, 1997), Fayard, Caisse national des monuments historiques et des sites, p. 9-13.

- LEAL, Joana Cunha, 2006, "A individualidade de Lisboa e o tipo de casa portuguesa em Júlio de Castilho", *Vinte e Um por Vinte e Um*, nº 2, Revista da Escola Superior Artística do Porto, p. 73-85.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, D. Quixote.
- 2002, "Metamorfoses da arte popular: Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa", *Etnográfica*, vol. VI (2), p. 251-280.
- 2003, "«Estrangeiros» em Portugal: a antropologia das comunidades rurais portuguesas nos anos 1960", *Ler História*, nº 44, p. 155-176.
- 2009, "Da arte popular às culturas populares híbridas", *Resdomus* [on-line], Porto, Grupo de Investigação Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP, 7 pág.;
- <<http://resdomus.blogspot.com/2009/09/da-arte-popular-as-culturas-populares.html>> [2009]
- 2009, *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*, Porto, Fundação Marques da Silva.
- 2010, "Usos da cultura popular", in José Neves (coord.), *Como se faz um povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Fundação EDP, Edições Tinta-da-China, p. 125-137.
- 2011, "Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal", *Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica*, nº 2, p. 68-83.
- LEITE, Carolina, 1996, "Quem tem medo dos emigrantes? Produção, percepção e utilização do espaço doméstico: As lógicas inconciliáveis dos actores", *Noites de Sociologia do Porto*, VI (11 de Abril), p. 232-236 [Tema: Produção versus Utilização do espaço: lógicas inconciliáveis?]
- LINO, Raul, [1933-1938], Arborização junto a Monumentos Nacionais, 16 Junho, Parecer datiloescrito do Vogal do Conselho Superior de Belas-Artes.
- [1934], "Casas Económicas", Arquivo familiar Raul Lino, 24 pág. [dactiloscrito]
- 1936, "Sé do Funchal", *Diário de Notícias*, 3 de Julho, p. 1, 3.
- 1941, "A Propósito da Sé do Funchal", *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, nº IX, p. 5-15.
- 1942, *Algumas considerações sobre a Arquitectura Alemã Contemporânea*, Coimbra, Publicação do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 8 pág.
- LÔBO, Margarida Souza, 1999, "Casas Económicas, um programa emblemático da política habitacional do Estado Novo", in João Vieira Caldas (com.), *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN, p. 151-158.
- LOBO, Susana, 2006, *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- LOURENÇO, Eduardo, 1982 (1978), *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do destino Português*, Lisboa, Dom Quixote.
- LOWENTHAL, David, 1997 (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- 2008, *Passage du temps sur le paysage*, Infolio.
- LUCENA, Manuel de, 1971, *A evolução do sistema corporativo português*, vol. 1 O Salazarismo, vol. 2 O Marcelismo, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- MACDONALD, Sharon, 2006, *Words in Stone?: Agency and Identity in a Nazi Landscape*, *Journal of Material Culture*, vol. 11(1/2);
- <<http://mcu.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/1-2/105>> [2011].
- MACHADO, Fernando Luís, 2009, "Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia*, nº 19, p. 283-343.
- MARQUES, Joana, 2011, *1951 e 1953: duas exposições de arquitectura no Porto*, Porto, Dissertação de Mestrado de Integrado em Arquitectura na FAUP.
- MASCARENHAS, Domingos, 1943, "A casa de António Ferro", *Panorama*, nº 18, p. 21-55.

- MASSU, Claude, 2006, "Universalisme et régionalisme chez Lewis Mumford", in Jean-Lucien Bonillo, Claude Massu, Daniel Pinson (dir.), *La Modernité Critique: autour du CIAM 9 d'Aix-en-Provence - 1953*, Marseille, Editions Imbernon, p. 79-85.
- MATOS, Madalena Cunha, 2002, "Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência", *Jornal Arquitectos*, nº 204, Lisboa, p. 32-41.
- MATTOSO, José, 1985, *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, vol. 1 Oposição, vol. 2 Composição, Editorial Estampa.
- 1997 (1988), *A Escrita da História: Teoria e Métodos*, Lisboa, Estampa.
- 2007, "Introdução à biografia de D. Afonso Henriques", in *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates, p. 13-23.
- 2010, "Uma ideia para Portugal", *Público* (P2), 6 Março, p. 4-5.
- MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- 2010, *A cultura popular no Estado Novo*, Coimbra, Angelus Novus.
- MENDES, Manuel, 1999, "Porto - Cultura da cidade, paisagem doméstica, morfologias da casa, 1895-1969 (continuidade, contaminações, metamorfoses)", in Mário Barroca, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras UP, p. 63-72.
- 2001, *(In)formar a modernidade. Arquitecturas Portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*, Porto, FAUP publicações.
- MOLDER, Maria Filomena, 2009, *Símbolo, Analogia e Afinidade*, Lisboa, Vendaval e a autora.
- MONTEIRO, Nuno G., PINTO, António Costa, 2005, "A identidade nacional portuguesa", in António Costa Pinto (coord.), *Portugal contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, p. 51-65.
- MOSSE, George L., 1999 (1997), "A estética fascista e sociedade: algumas alterações", in Ruth Ben-Guiat, *A estética no fascismo*, João Sá da Costa, Público, p. 3-12.
- 2001 (1975), *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany, from the Napoleonic Wars Through the Third Reich*, New York, H. Fertig; <<http://motlc.wiesenthal.com/site/pp.asp?c=gvKVLcMVIuG&b=395131>> [2012].
- MOOS, Stanislaus von, 2002, "Urban form and national identity. On Philadelphia 1950-2000", in José Manuel Pozo, Ignasi López Trueba (coord.), *Actas III Congreso Internacional Arquitectura, ciudad e ideología antiurbana*, Pamplona, T6 Ediciones, Departamento de Proyectos, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Navarra, p. 45-51.
- <<http://www.unav.es/arquitectura/publicaciones/colecciones/actas/>> [2012].
- MURTEIRA, Mário, 1979, *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e o modelo português*, Lisboa, Presença.
- MUTHESIUS, Hermann, 1979 (1904-1905), *The English House*, New York, Rizzoli.
- NETO, Maria João, 2010, *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais: 1929-1960*, Porto, Faup Publicações.
- NOBRE, Pedro Alexandre de Barros Rito Nunes, 2010, *Belém e a Exposição do Mundo Português: cidade, urbanismo e património urbano*, vol. 1 (texto) e vol. 2, Lisboa, Trabalho de projecto de mestrado em Património Urbano, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- NORA, Pierre, 1989, "Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire", *Representations*, nº 26, p. 7-24.
- <<http://www.jstor.org/stable/2928520>> [2012]
- MUÑOZ, Maria Teresa, 2006, "La influencia de las Usonian Houses de Frank Lloyd Wright sobre la arquitectura española de los años cincuenta: la Casa Ugalde de Coderch y Valls de 1951", in José Manuel Pozo, Javier Martínez Gonzalez (coord.), *Actas IV Congreso Internacional La arquitectura norteamericana, motor y espejo de la arquitectura española en el arranque de la modernidad (1940-1965)*, Pamplona, T6 Ediciones, Departamento de Proyectos, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Navarra, p. 185-192.

- <<http://www.unav.es/arquitectura/publicaciones/coleccion/actas/>> [2012].
- Ó, Jorge Ramos do, 1999 (1993), "Modernidade e tradição: algumas reflexões em torno da exposição do Mundo Português", in António Costa Pinto (et. al.) (org.), *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*, vol. 2, Lisboa, Estampa, p. 177-185.
- 1999 (1993), *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política de Espírito» 1933-1949*, Lisboa, Estampa.
- PALACIOS CEREZALES, Diego, 2010, "O soberano ausente: o povo, povos, povinho, avatares de um sujeito mítico na cultura liberal portuguesa", in José Neves (coord.), *Como se faz um povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Fundação EDP, Edições Tinta-da-China, p. 71-84.
- PALLA, Maria Antónia, 1970, "Útil ou nefasto à arquitectura portuguesa: A grande polémica em torno de Raul Lino", *Século Ilustrado (O)*, 26 Dezembro.
- PEDROSA, Patrícia Santos, 2010, *Habitar em Portugal nos anos 1960: ruptura e antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso*, Teses de Doutoramento em Projects Arquitectònics da Universitat Politècnica de Catalunya;
- <<http://www.tdx.cat/TDX-0222111-114034>> [2011].
- PEREIRA, João Martins, 1971, *Pensar Portugal hoje*, Lisboa, Dom Quixote.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2005, "A História e as Ciências Sociais", *Ler História*, nº 49, p. 5-29.
- PEREIRA, Paulo, 1999, *2000 anos de arte em Portugal*, Lisboa, Temas e Debates e Autores
- 2004, "O Património como ideologia: as intervenções no património edificado", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, nº 14-15 [Património Cultural], Lisboa, Biblioteca Nacional, p. 27-45.
- 2009, "História da História da Arte Portuguesa", in *Arte Portuguesa*, vol. 20 Em Torno da História da Arte, Fubu Editores, p. 34-87.
- PEREIRA, Raúl da Silva, 1966, "Investigação social em Portugal - organismos e instituições", *Análise Social*, vol. IV, (n.º 15), p. 538-539.
- 1994, "Adérito Sedas Nunes: no final do século", *Análise Social*, nº 125-126, p. 5-8.
- PESSOA, Fernando, 2007 (1928), *O Provincianismo Português*, Editorial Nova Ática.
- PEVSNER, Nikolaus, 1954, "C 20 Picturesque. An Answer to Basil Taylor's Broadcast", *The Architectural Review*, nº 688, p. 226-229.
- 1947, "The Picturesque in Architecture", *The Journal of the R.I.B.A.*, vol. 55, nº 2, p. 55-61.
- PINTO, António Costa (org. et. al.), 1987, atas do colóquio *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*, 2 vol., Lisboa, Fragmentos.
- PORTAS, Nuno, 1959, "A responsabilidade de uma novíssima geração no Movimento Moderno em Portugal", *Arquitectura*, nº 66, p. 13-14.
- 1966, "Habitação em Sesimbra", *Arquitectura*, nº 93, p. 115-119.
- 1970, "Raul Lino: uma interpretação crítica da sua obra de arquitecto e doutrinador", *Colóquio*, nº 61, p. 14-21.
- 1982, "Arquitectura e urbanismo na década de 40", in Fernando Azevedo (com.), José-Augusto França (prog.), *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. 6, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 33-41.
- 2002, "A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria", *Jornal Arquitectos*, nº 204, p. 48-52.
- PORTAS, Nuno, SILVA, F. Gomes, 1958, "Expo 58", *Arquitectura*, nº 63, p. 23-38.
- PORTELA, Artur, 1982, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- POZO, José Manuel, LÓPEZ TRUEBA, Ignasi (coord.), 2004, *Modelos alemanes e italianos para España en los años de la postguerra*, Actas IV Congreso Internacional, Pamplona, T6) Ediciones, Departamento de Proyectos, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Navarra;
- <<http://www.unav.es/arquitectura/publicaciones/coleccion/actas/>> [2012].

- PRICE, Uvedale, 1810 (1794), *Essays on the picturesque, as compared with the sublime and the beautiful; and, on the use of studying pictures, for the purpose of improving real landscape*, London, Printed for J. Mawman;
- <<http://www.archive.org/details/essaysonpictures01priciala>> [2012]
- PRISTA, Marta Lalanda, 2011, *Discursos sobre o passado: Investimentos patrimoniais nas Pousadas de Portugal*, Tese de doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- QUENTAL, Antero, 1865, *A dignidade das letras e as litteraturas officiaes*, Lisboa, Typografia Universal.
- 1865, *Bom-senso e bom-gosto. Carta ao excellentissimo senhor Antonio Feliciano de Castilho*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- RAMALHO, Maria Irene, 2007, *Poetas do Atlântico: Fernando Pessoa e o modernismo anglo-americano*, Porto, Edições Afrontamento.
- RAMOS, Rui, 1993, "A invenção de Portugal", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6 (A Segunda Fundação 1890-1926), Estampa, p. 565-595.
- RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2009, *História de Portugal*, A Esfera dos Livros.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia (coord.), 2011, *Leituras de Marques da Silva: Reexaminar a modernidade no início do século XXI: arquitectura, cidade, historia, sociedade, ciência, cultura*, Porto, Fundação Marques da Silva.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia, 2005, "«Produções correntes» em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX", *NW noroeste. Revista de História*, nº 1, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p. 53-80.
- 2008, "Figura e fundo: notas a propósito do Pavilhão Carlos Ramos", in José Quintão (ed.), *O Pavilhão Carlos Ramos*, Porto, FAUP Publicações, p. 23-29.
- 2010, *A Casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX portugueses*, Porto, FAUP Publicações.
- 2010, "Ser moderno em 1900: a arquitectura de Ventura Terra e Raul Lino", in Actas do Colóquio Caminhos e Identidades da Modernidade: 1910, o Edifício Chiado em Coimbra [2009], Câmara Municipal de Coimbra, p. 15-31.
- 2011, "A perspectiva das coisas. Raul Lino em Cascais", *Monumentos*, nº 31, p. 106-121.
- 2011, "Disponibilidade moderna na arquitectura doméstica de Raul Lino e Ventura Terra na abertura do século XX", in Marieta Dá Mesquita (coord.), *Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade*, Lisboa, Caleidoscópico, p. 78-111.
- 2011, "Raízes e caminhos: Marques da Silva e a arquitectura do século XX", in Rui Jorge Garcia Ramos (coord.), *Leituras de Marques da Silva: Reexaminar a modernidade no início do século XXI: arquitectura, cidade, historia, sociedade, ciência, cultura*, Porto, Fundação Marques da Silva, p. 15-27.
- RAPOSO, Luís (dir.), 2008, *Impressões do Oriente: De Eça de Queiroz a Leite de Vasconcelos*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- REAL, Miguel, 2011, *O Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIBEIRO, Orlando, 1998 (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa. [ed. revista e ampliada]
- RICŒUR, Jacques, 1998, "Vulnérabilité de la mémoire", in Jacques Le Goff (pre.), Actes des Entretiens du Patrimoine (Paris, janvier 1997), *Patrimoine et Passions Identitaires*, Fayard, Caisse national des monuments historiques et des sites, p. 17-31.
- ROCK, David, 1994, "Gordon Cullen", *Urban Design*, nº 52 (Autumn: Gordon Cullen);
- <<http://www.rudi.net/books/13103>> [2012].
- RODRIGUES, Sofia Leal, 2003, "O pensamento artístico de Joaquim de Vasconcelos", *ArteTeoria*, nº 4, p. 44-57.
- ROLLO, Maria Fernanda, "Engenharia e história: percursos cruzados", in José M. Brandão de Brito, M. Heitor, M. F. Rollo (coord.), *Engenho e Obra: Uma abordagem à história da engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, D. Quixote, 2002, p. 31-55.

- ROSAS, Fernando, 1994, "O Estado Novo (1926-1974)", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa.
- 2000, *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*, Lisboa, Editorial Notícias.
- ROSEMBERG, Pierre, CHRISTIAN, Keith (ed.), 2008, *Poussin and Nature: Arcadian Visions*, New York, The Metropolitan Museum of Art.
- [s. n.], 1970, "Da imprensa", *Arquitectura*, nº 116, p. 96-97.
- 1929, "Os «Futuristas» portugueses: as obras-primas dos modernistas e um resumo histórico de todo o movimento de arte moderna em Portugal", *Notícias Ilustrado (O)*, nº 37, p. 8-20.
- RUDOFISKY, Bernard, 1999 (1964), *Architecture without Architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*, Albuquerque, University of New Mexico Press.
- RYKWERT, Joseph, 1994, "The Use of History", *Lotus*, nº 81, p. 129.
- SAID, Edward W., 2004, *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*, Lisboa, Cotovia.
- 2005 (1994), "Reconsiderando a teoria itinerante", Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, Lisboa, Cotovia, p. 25-42.
- SAMUEL, Raphael, 1999 (1994), "Resurrectionism", in David Boswell e Jessica Evans (ed.), *Representing the Nation. A Reader: Histories, Heritage and Museums*, Oxon, Routledge, p. 163-184.
- SANTOS, Rui Afonso, 1997, "O Design e a Decoração em Portugal, 1900-1994", in Paulo Pereira (coord.), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, Temas e Debates e Autores, p. 437-505.
- SARAIVA, António José, LOPES, Óscar, 2001 (1966), *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora.
- SEGURADO, Jorge, 1933, *Casas Económicas* [discurso proferido na SNBA], Espólio Jorge Segurado. [manuscrito, 19 pág.]
- SILVA, Carlos Nunes, 1994, "Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX", *Análise Social*, nº 127, p. 655-676.
- SILVA, Raquel Henriques da, 2004, "O neomanuelino do palace-hotel: pistas para pensar a memória", *Monumentos*, nº 20, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 45-49.
- 2006, "Ventura Terra em contexto", in Ana Isabel Ribeiro (coord.), *Miguel Ventura Terra: a arquitectura enquanto projecto de vida*, Esposende, Câmara Municipal de Esposende, p. 11-29.
- 2012, "Nikias 60 anos depois. A pintura como vocação, ofício e reflexão, in R. Henriques da Silva, B. Pinto de Almeida, *Nikias Skapinakis: Presente e Passado 2012-1950*, Lisboa, Museu Coleção Berardo, p. 17-27.
- SIZA, Álvaro, 2012, "O arquitecto é um especialista em não ser especialista", *Jornal Arquitectos*, nº 245, p. 68-75. [entrevista de Eduardo Souto Moura]
- SIMÕES, João Gaspar, [197-], *A Geração de 70: alguns tópicos para a sua história*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- SMILEY, David, 2001, "Making the Modified Modern", *Perspecta*, nº 32, p. 39-54.
- SMITH, Anthony D., 1991 (1991), *National Identity*, Penguin Books.
- 1999, "History and Modernity: Reflections on the theory of nationalism", in David Boswell, Jessica Evans (eds.), *Representing the Nation: A Reader: Histories, Heritage and Museums*, Routledge, p. 45-60.
- SMITHSON, Allison, SMITHSON, Peter, 1957, "Cluster City: A New Shape for the Community", *The Architectural Review*, nº 122, p. 333-336.
- SOBRAL, José Manuel, 1999, "Da casa à nação: passado, memória, identidade", *Etnográfica*, vol. III (1), p. 71-86.
- 2002, "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português", *Análise Social*, nº XXXVII (165), p. 1093-1126.
- 2004, "O Norte, o Sul, a raça, a nação: representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)", *Análise Social*, vol. XXXIX (171), p. 255-284.

- SOLÀ-MORALES, Ignasi de, 2003 (1982), "Clasicismos en la arquitectura moderna", *Inscripciones*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 143-157.
- STIRLING, James, 1960, "«The Functional Tradition» and Expression", *Perspecta*, nº 6, p. 88-97;
<<http://www.jstor.org/stable/1566895>> [2012].
- TARICAT, Jean, 2011, "Du pittoresque moderne au nouveau brutalisme", *Marnes*, nº 1, Éditions de La Villette, p. 19-35.
- TAVARES, Domingos, 1985 (1980), *Da rua Formosa à Firmeza*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP.
- 2008, *Francisco Farinhas: realismo moderno*, Porto, Dafne.
- TAVARES, Maria, 2012, "Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas, Federação de Caixas de Previdência", in *Habitação para o maior número: Portugal Anos de 1950-1980*, IHRU, p. 10-35 [no prelo]
- TERRA, Ventura, 1903, "A cidade. Uma palestra com Ventura Terra", *O Dia*, nº 919, 5 Março, p. 1.
- THIESSE, Anne-Marie, 2000 (1999), *A Criação das Identidades Nacionais: Europa séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas e Debates.
- TOSTÕES, Ana, 1994, "The City of the 1950s", *Rassegna*, nº 59, p. 63-71.
- 1997, "A Ruptura Moderna", in Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, Temas e Debates e Autores, p. 528-547.
- 1997, "Ecletismo, Revivalismo e a «Casa portuguesa»", in Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, Temas e Debates e Autores, p. 507-517.
- 1997, "Modernismo e Arquitectura de Regime", in Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, Temas e Debates e Autores, p. 517-528.
- 1997, "Modernização e Regionalismo, 1948-1961", in A. Becker, A. Tostões, W. Wang (org.), *Arquitectura do século XX: Portugal*, Lisboa, Prestel, p. 41-54.
- 1997 (1994), *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP publicações.
- 2002, "Alvalade, uma experiência pioneira de Habitação Colectiva. Quando a habitação é capaz de fazer cidade", *Jornal Arquitectos*, nº 204, p. 42-47.
- 2003, "Afirmção, Questionamento e Contestação do Paradigma Moderno", *Jornal Arquitectos*, nº 211, Lisboa, p. 18-25. [Seminário Internacional "Situação-Crítica"]
- 2003, "Estilo Internacional, turismo e transformação do território ou as «nuvens negras» profetizadas por Keil do Amaral", in *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965*, Actas do 4º Seminário DOCOMOMO Ibérico, Fundação DOCOMOMO Ibérico, p. 205-210.
- 2006, *Fundação Calouste Gulbenkian: Os Edifícios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- TOSTÕES, Ana (coord.), 2004, *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Quimera.
- 2004, *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa, IPPAR.
- TUNHAS, Paulo, 2006, "Fernando Gil e a controvérsia", *Revista de História do Livro*, nº 19, p. 285-310.
- UNWIN, Raymond, 1914 (1909), *Town Planning in practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*, London, T. Fisher Unwin.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1915, *Historia do museu etnologico português*, Lisboa, Imprensa nacional;
<<http://www.archive.org/details/historiadomuseue00vasc>> [2012].
- VASQUINHAS, Irene, 2011, História da vida privada em Portugal: a época contemporânea, in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*, vol. 3, Temas e Debates, Círculo de Leitores.

- VERNES, Michel, 2006, "Le chalet infidèle ou les dérives d'une architecture vertueuse et de son paysage de rêve", *Revue d'histoire du XIXe siècle*, n° 32 Varia;
<<http://rh19.revues.org/document1099.html>> [2007].
- VIDLER, Anthony, 2011, "Troubles in Theory Part I: The State of the Art 1945-2000; II: Picturesque Postmodernism; III: The Great Divide: Technology vs Tradition", *The Architectural Review* [Essays], September, December (2011), July (2012).
<<http://www.architectural-review.com/issues/2011/october/troubles-in-theory-part-1-the-state-of-the-art-1945-2000/8620015.article>> [2012].
- VIGATO, Jean-Claude, 1994, *L'architecture régionaliste: France 1890-1950*, Paris, Éditions Norma.
- VILA-MATAS, Enrique, 2010 (2008), *Diário Volúvel*, Lisboa, Teorema.
- VOGLIAZZO, Maurizio, 1981, "Das Englische Haus: proposta per un «manuale»", in Silvano Custaza, Maurizio Vogliazzo (ed.), *Muthesius*, Milano, Electa, p. 10-14.
- WAUGH, Evelyn, 2000 (1945), *Brideshead revisited: The sacred and profane memoirs of captain Charles Ryder*, Penguin Classics.
- WHITE, William, 2009, "The Englishness of English Architecture: Modernism and the Making of a National International Style, 1927-1957", *Journal of British Studies*, vol. 48, n° 2, p. 441-465.
- YATES, Frances A., 1984 (1966), *The Art of Memory*, Routledge.